



Finibanco

RELATÓRIO E CONTAS 2008

Finibanco, S.A.

Sede: Rua Júlio Dinis, 157 Porto **Capital Social:** EUR 120.000.000

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto e **Pessoa Colectiva** n.º 505 087 286

Índice

	Órgãos Sociais
	Apresentação do Relatório
	Relatório de Gestão
1	Enquadramento Macroeconómico
1.1	Economia Internacional
1.1.1	Estados Unidos da América do Norte (EUA)
1.1.2	Zona Euro
1.1.3	Economia Espanhola
1.1.4	Economias Emergentes
1.2	Enquadramento Nacional
1.3	Política Monetária
1.4	Mercado de Capitais
2	Actividade
2.1	Linhas Gerais de Acção
2.2	Modelo de Negócio
2.3	Banca Comercial
2.3.1	Banca de Empresas
2.3.2	Banca de Negócios e Particulares
2.4	Banca de Investimentos
2.4.1	Private Banking
2.4.2	Mercado de Capitais
2.5	Área Financeira e Internacional
2.6	Gestão do Risco
2.7	Área de Operações e Sistemas de Informação
2.8	Recursos Humanos
2.9	Análise Económica e Financeira
2.9.1	Balanço
2.9.2	Conta de Resultados
2.9.3	Impactos do Período de Turbulência Financeira
3	Declarações dos Membros do Conselho de Administração
4	Aplicação de Resultados
5	Nota Final
	Demonstrações Financeiras
	Notas às Demonstrações Financeiras
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
	Anexos
	Participações dos Membros dos Órgãos de Administração
	Participações Qualificadas
	Acções Próprias

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

<i>Presidente</i>	António Moreira Barbosa de Melo
<i>Vice-Presidente</i>	Vitorino Pereira d'Almeida Borges Allen Brandão
<i>Secretário</i>	Ana Beatriz Magalhães Reis Prado de Castro

Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Álvaro Pinho da Costa Leite
<i>Vice-Presidente</i>	Humberto da Costa Leite
<i>Vogal</i>	Armando Esteves
<i>Vogal</i>	Artur de Jesus Marques
<i>Vogal</i>	Joaquim Mendes Cardoso

Conselho Fiscal

<i>Presidente</i>	José Rodrigues de Jesus
<i>Vogal Efectivo</i>	António Monteiro de Magalhães
<i>Vogal Efectivo</i>	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
<i>Vogal Suplente</i>	Viriato Marques da Silva Arrojado

Revisor Oficial de Contas

<i>Efectivo</i>	Ernst & Young Audit & Associados SROC, SA representado por João Carlos Miguel Alves
<i>Suplente</i>	Rui Abel Serra Martins (ROC)

Apresentação do Relatório

Em obediência ao que sobre a matéria dispõe o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e o Contrato de Sociedade, estou por esta via a dar público testemunho do modo como evoluiu a actividade do Finibanco no decurso do exercício de 2008.

Ao fazê-lo, permitam-me que comece por mencionar a comemoração do décimo quinto aniversário da constituição do Finibanco, que aconteceu em 9 de Junho de 1993 com a transformação da Finindústria em Banco.

Permitam-me também que, com uma pontinha de vaidade, lembre que ele começou com apenas um Balcão, na Rua de Júlio Dinis, com cerca de trinta elementos, e que graças ao árduo trabalho de todos quantos nele se empenharam se desenvolveu, lenta mas sustentadamente, contando hoje com 172 Balcões, só no Finibanco e com um quadro de pessoal de cerca de mil, duzentos e noventa e seis empregados.

Na Assembleia Geral do Finibanco, realizada em 28 de Março de 2008, foram eleitos os membros dos órgãos sociais e foi criada uma Comissão Executiva tendo-lhe sido delegadas competências para as áreas de gestão corrente.

A partir dessa data deixei as funções executivas que exercia no Conselho de Administração e entreguei-as ao meu filho Humberto da Costa Leite, que assumiu a presidência da Comissão Executiva. Passei desde então a desempenhar as funções de Presidente, não executivo, do referido Conselho de Administração.

O novo Presidente da Comissão Executiva agarrou com determinação e muito entusiasmo a gestão do Banco dificultada pelo momento que passa, nada propício, como era expectável, à concretização dos nossos melhores desejos.

No desenvolvimento da sua acção, foi solicitado a uma conceituada empresa da especialidade de consultoria um estudo sobre o posicionamento competitivo do Finibanco com vista ao seu relançamento empresarial. O trabalho apresentado, que tomou a sugestiva designação de Programa CRESCERE, identificou as oportunidades de optimização a todos os níveis, mas com relevância especial no que se refere à dinâmica comercial, à assumpção de risco, à recuperação de crédito, à utilização de meios, à reorganização da estrutura e ainda à reflexão sobre o modelo societário de governo.

Com base neste trabalho foi implementado um conjunto de projectos com vista a proporcionar-lhe bases sólidas de Crescimento, o aumento da Eficiência e a melhoria da Rentabilidade, num espaço temporal de quatro anos.

Foram definidos objectivos ambiciosos em matéria de estrutura de balanço, de alargamento da base de clientes, de abordagem do mercado e de profunda reestruturação orgânica interna, que certamente não deixarão de proporcionar oportunidades de desenvolvimento de competências profissionais aos colaboradores mais empenhados.

Naturalmente, é ainda cedo para contabilizar os resultados deste programa, tanto mais que ele surgiu num momento difícil da nossa economia, mas os esforços desenvolvidos e o manifesto empenhamento que vem sendo notado por parte de todos os colaboradores, permitem-nos consolidar a esperança de que os resultados finais serão certamente consentâneos com as nossas expectativas.

Como é sabido, a conjuntura de enorme instabilidade que se tem verificado nos mercados financeiros tem trazido graves problemas ao sistema bancário. Sem dúvida que o Finibanco não deixou de os sentir, mas apesar de tudo a posição de liquidez da Instituição tem-se mantido estável, na medida em que beneficia da sua forte base de depósitos e também dos efeitos de uma operação de securitização de créditos que efectuou em finais do ano de 2008, que lhe permite aceder ao financiamento junto do Banco Central Europeu.

A par de tudo isto, tem-se em preparação outra operação similar que lhe permitirá aumentar a capacidade de financiamento junto daquela Instituição, também com vista a sustentar a política de crescimento que se pretende prosseguir.

Em matéria de estrutura orgânica, para além da referência genérica que aqui se faz à reestruturação operada no Finibanco em resultado da implementação do Programa CRESCERE e no local próprio pormenorizadamente descrita, releva o que se produziu em consequência das disposições contidas no Aviso número 5/2008 do Banco de Portugal.

Como é sabido, aquele Aviso veio pôr o acento tónico no sistema de controlo interno das instituições financeiras, de modo a torná-lo adequado e eficaz, a garantir o efectivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que estão sujeitas, a apropriada gestão dos riscos inerentes às suas actividades e ainda a sua estabilidade e sobrevivência.

Em consequência e tendo em conta o que dispõe o número 3 do artigo sexto do referido Aviso quanto à adequação do sistema de controlo interno à dimensão, à natureza e à complexidade da actividade desenvolvida, foi criada no âmbito da Holding uma comissão ao nível do Conselho de Administração, e a área de auditoria interna passou a integrar a estrutura orgânica da empresa-mãe, acentuando-lhe o carácter de independente e corporativo. Simultaneamente, procedeu-se à criação, também na Holding, de dois novos órgãos, de acção independente e transversal a todo o Grupo, um que se ocupa do controlo corporativo de riscos e o outro da matéria de *compliance*, tendo este por objectivo o controlo do respeito pelas disposições legais aplicáveis, incluindo as que se reportam à prevenção do branqueamento de capitais e aos usos profissionais e deontológicos.

Como se referiu, em termos conjunturais a evolução da situação económica e financeira, sobretudo no segundo semestre do exercício, ficou muito aquém do expectável, mesmo considerando as previsões mais pessimistas, e a evolução do mercado de capitais não contribuiu, muito pelo contrário, para compensar a quebra verificada nos resultados operacionais. A tudo isto acresce a circunstância de estes se ressentirem ainda do esforço que foi desenvolvido no alargamento da rede de Balcões do Finibanco, com o acréscimo de 22 em 2008, totalizando 69 nos últimos 3 anos.

O impacto negativo nos resultados dos Balcões abertos nesses três exercícios atingiu 12,7 milhões de euros. Este sacrifício no presente é contudo imprescindível para a Instituição garantir a sustentabilidade futura.

Por todas estas razões, os resultados obtidos não foram além de oitocentos e oitenta mil euros.

Álvaro Pinho da Costa Leite
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1 Economia Internacional

O ano de 2008 foi marcado pela manutenção e agravamento da crise financeira e seus efeitos de contágio à economia real a nível global, resultando num acentuado abrandamento do crescimento económico e na antecâmara da recessão mundial de 2009.

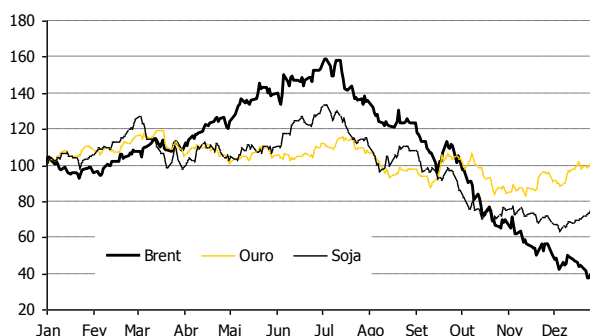
Projeções sobre a economia mundial (taxas de variação, em %)

	2007	2008e	2009p
PIB Mundial	5,2	3,4	0,5
Economias Avançadas	2,7	1,0	-2,0
Área Euro	2,6	1,0	-2,0
EUA*	2,0	1,1	-1,6
Países Emergentes e em Desenvolvimento	8,3	6,3	3,3
China	13,0	9,0	6,7
Volume do Comércio	7,2	4,1	-2,8
Importações			
Economias Avançadas	4,5	1,5	-3,1
Países Emergentes e em Desenvolvimento	14,5	10,4	-2,2
Exportações			
Economias Avançadas	5,9	3,1	-3,7
Países Emergentes e em Desenvolvimento	9,6	5,6	-0,8
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	2,1	3,5	0,3
Países Emergentes e em Desenvolvimento	6,4	9,2	5,8

Fontes: FMI, World Economic Outlook, actualização de Janeiro de 2009 e; * Departamento do Comércio dos EUA, para 2008

Ao nível da estabilidade de preços, o ano dividiu-se em dois períodos distintos, determinados essencialmente pela evolução do preço das matérias-primas nos mercados internacionais. No primeiro, persistiram os riscos inflacionistas enquanto, no segundo, assistimos a uma clara redução dos indicadores de inflação, na medida em que se materializou um choque deflacionista associado à acentuada descida do preço do petróleo e à incapacidade de fixação de preços por parte das empresas.

Índices de matérias-primas seleccionadas

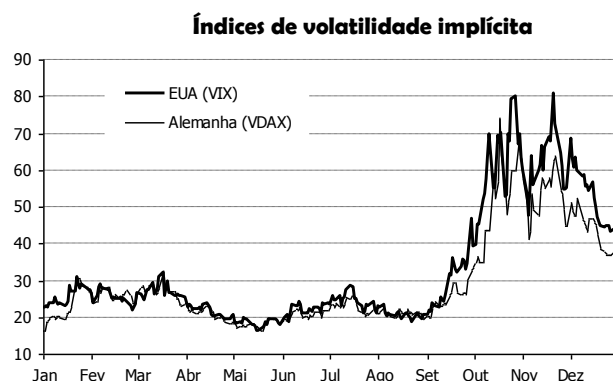


Notas: 31-12-2007=100

Fonte: Reuters Ecowin

A inflação, medida pela variação homóloga do índice de preços no consumidor, aumentou no primeiro semestre para níveis não vistos desde o início da década de 90, reflectindo a tendência ascendente do preço do petróleo, cuja cotação atingiu um máximo histórico nos primeiros dias de Julho. O posterior recuo do preço do petróleo, que caiu mais de 70% desde então até ao final do ano, em simultâneo com o agravamento da crise financeira e o acentuar do ritmo de deterioração das condições económicas, configuraram um choque deflacionista que levou, em alguns casos, a inflação para mínimos da história recente e que deverá atingir pontualmente valores negativos em 2009.

Ainda assim, 2008 ficará na história não pela evolução dos preços, mas sim pela manutenção e agravamento da crise financeira. A dimensão desta coloca desafios às empresas, Governos e autoridades nacionais e supra-nacionais como já não acontecia desde a Grande Depressão da década de 30. As pressões nos mercados financeiros tornaram-se mais acentuadas e abrangentes a partir de meados de Setembro, com a intensificação dos problemas de solvência de diversas instituições financeiras de referência a nível internacional e que resultaram no virtual desaparecimento do modelo de banca de investimento norte-americano. Em paralelo, os índices de volatilidade implícita aumentaram para novos máximos históricos, sublinhando os elevados níveis de incerteza quanto ao real valor dos títulos subjacentes.



Fonte: Reuters Ecowin

A deterioração dos balanços das instituições financeiras e a persistência de elevados níveis de incerteza, em Setembro e Outubro, realçaram o carácter sistémico da crise e originaram a uma resposta sem precedentes por parte das autoridades monetárias e dos Governos a nível global. De entre as medidas tomadas destacam-se a aprovação do “Troubled Assets Relief Program” ou Plano Paulson, nos EUA, e a subscrição de aumentos de capital das instituições financeiras em dificuldade por parte de diversos Estados dos dois lados do Atlântico, que resultaram em alguns casos em nacionalizações de facto.

O agravamento da crise financeira, em simultâneo com a inversão do ciclo de construção em alguns dos países de referência, trouxe como consequência a aceleração do ritmo de deterioração da actividade económica. A maioria dos países avançados fechou o ano em recessão técnica (ou em vias de entrar em recessão) e deverá manter uma dinâmica recessiva, pelo menos, no primeiro semestre de 2009, num contexto de contracção da produção industrial e de redução do comércio internacional.

A persistência de condições financeiras restritivas e de elevados níveis de incerteza estão a corroer a confiança dos agentes económicos, a condicionar o investimento privado, tanto ao nível das famílias como das empresas, e a contribuir para uma rápida deterioração das condições do mercado de trabalho, mesmo em economias aparentemente dinâmicas até ao terceiro trimestre do ano, como é o caso da Alemanha. Nos EUA, por exemplo, foram destruídos mais de 1,5 milhões de empregos no último trimestre do ano, o que representa a mais grave perda de emprego em quaisquer três meses consecutivos desde a reconversão da economia de guerra, em 1945.

Neste contexto, os Governos ficaram na contingência de conjurar medidas de incentivo à actividade económica, seja ao nível da descida de impostos ou da realização de importantes obras públicas, as quais vão resultar no aumento dos gastos do Estado e, consequentemente, das necessidades de financiamento da economia. Deste modo, espera-se a subida dos défices orçamentais da generalidade dos países avançados em 2009, com os EUA a encabeçarem a lista com estimativas que vão até aos 11% do produto interno bruto (PIB), enquanto na zona euro diversos países, Portugal incluído, vão ultrapassar a fasquia dos 3% no biénio de 2009/2010.

1.1.1 Estados Unidos da América do Norte (EUA)

Nos EUA, a actividade económica manteve a tendência de abrandamento iniciada em 2007, com a taxa de crescimento do PIB a descer de 2,0%, para 1,3%. O padrão de crescimento intra-anual mostra a recuperação da actividade económica no primeiro semestre, seguida de um processo de progressiva deterioração das condições económicas na segunda metade do ano.

Globalmente, a evolução da actividade económica continuou a ser dominada pela queda do investimento residencial privado, a que se adicionou a significativa contracção do consumo privado de bens, num contexto de dificuldades de acesso ao crédito e de rápida deterioração do mercado de trabalho. A procura externa compensou parcialmente estas dificuldades, com as exportações a aumentarem, beneficiando de um superior dinamismo económico relativo dos mercados de exportação, enquanto as importações caíram pela primeira vez desde 1991 e ao ritmo mais elevado desde 1980.

Segundo o Comité para os Ciclos Económicos do Departamento Nacional de Estudos Económicos (NBER), a economia norte-americana entrou oficialmente em recessão em Dezembro de 2007, colocando término a um período de 73 meses de expansão.

O sentimento dominante à altura da realização deste relatório é que a economia norte-americana, a primeira a entrar em recessão de entre os países desenvolvidos, seja também a primeira a entrar num processo sustentado de recuperação económica. Não obstante, os dados disponíveis não permitem antecipar quando esta ocorrerá, já que todos os indicadores qualitativos e quantitativos disponíveis continuam a apontar para uma prolongada e profunda recessão. Isto é especialmente verdade ao nível do mercado de trabalho mas, também, ao nível do mercado de habitação, onde os elevados níveis de existências e sistemáticas quebras de preços estão a ampliar os problemas do crédito imobiliário e, por esta via, não estão a fornecer o necessário suporte para a estabilização do mercado financeiro.

A instabilidade financeira está a dificultar o acesso ao crédito, dando lugar a uma situação de escassez de crédito (ou “credit crunch”), e a criar uma forte resistência à transmissão da política monetária altamente expansionista aos consumidores e empresas – falhando portanto no estímulo à actividade económica. Neste contexto, os EUA encontram-se em risco de atravessar a mais grave crise económica desde a reconversão da economia militar da segunda metade da década de 40.

Pós 2ª Grande-Guerra: Recessões e perda de emprego					
Recessão¹			Perda de emprego		
Início	Fim	Duração (meses)	Total (mil)	média (mil)	% do emprego
Fev.1945	Out.1945	9	-3305	-367	-7,9%
Nov.1948	Out.1949	12	-2300	-192	-5,1%
Jul.1953	Mai.1954	11	-1557	-142	-3,1%
Ago.1957	Abr.1958	9	-2096	-233	-3,9%
Abr.1960	Fev.1961	11	-902	-82	-1,7%
Dez.1969	Nov.1970	12	-679	-57	-1,0%
Nov.1973	Mar.1975	17	-956	-56	-1,2%
Jan.1980	Jul.1980	7	-837	-120	-0,9%
Jul.1981	Nov.1982	17	-2712	-160	-3,0%
Jul.1990	Mar.1991	9	-1493	-149	-1,4%
Mar.2001	Nov.2001	9	-1629	-181	-1,2%
Dez.2007	???	13 ²	-2548	-193	-1,8%
Médias globais		11	-1679	-158	-2,8%

¹ Segundo a definição do NBER; ² Valores à data de Dezembro de 2008

Fonte: NBER; Reuters EcoWin e; Finibanco

A sublinhar a dimensão do impacto da corrente recessão na deterioração das condições no mercado de trabalho, em 2008 contabilizou-se a destruição líquida de empregos em cada um dos doze meses, o que resultou numa quebra acumulada de 2 milhões e 589 mil postos de trabalho, valor que supera as perdas de emprego em quaisquer doze meses consecutivos, desde a “desmilitarização” da economia norte-americana com o fim da Segunda Grande-Guerra e subsequente recessão. Mais significativo, a perda de empregos no quarto trimestre ascendeu a 1,5 milhões, registo por si só idêntico ou superior ao observado em sete das últimas doze recessões. A taxa de desemprego evoluiu em conformidade, aumentando de 4,9% para um máximo de quase 16 anos de 7,2%, em Dezembro.

A dinâmica actual e os dados prospectivos indiciam que o processo de ajustamento do mercado de emprego ainda está longe de se concluir, pelo que existem expectativas fundamentadas de que a taxa de desemprego possa atingir os 10% em 2009.

Pelo terceiro ano consecutivo, o investimento residencial foi o principal responsável pela redução da actividade económica, caindo 20,9% e contribuindo negativamente em 1 ponto percentual para a taxa de crescimento do PIB. O agudizar da crise da habitação resultou no acentuar da tendência descendente dos preços das casas e no aumento dos incumprimentos, num contexto de excesso de oferta e de dificuldades no acesso ao crédito.

A continuação de uma situação de crise na construção residencial por um período prolongado acarretou a descida do peso desta no PIB, de 5,4% em 2006 para um mínimo desde que existem dados comparáveis (1990) de 2,9%, no último trimestre de 2008, valor claramente abaixo da média histórica e do observado em outras economias desenvolvidas.

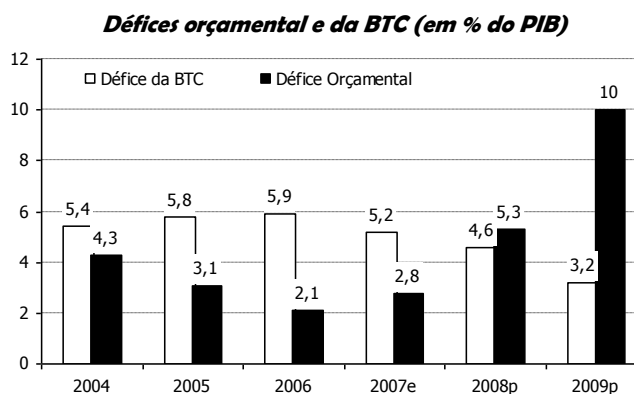
O processo de correcção do investimento residencial, em simultâneo com o aumento do ritmo de transmissão dos efeitos de contágio da crise financeira à economia real, num contexto de deterioração dos balanços das instituições financeiras e de instabilidade no sistema financeiro, acabaram por subjugar a confiança das famílias e originar um comportamento mais defensivo das mesmas, com o consumismo de anos recentes a dar lugar a uma atitude mais cautelosa e à recuperação da taxa de poupança.

O consumo privado apresentou uma tendência descendente, apenas temporariamente interrompida no segundo trimestre em consequência da aplicação do pacote de estímulo orçamental aprovado em Fevereiro, o qual estipulava a redução e devolução de impostos pagos pelas famílias e empresas, num total acumulado de cerca de 1% do PIB.

As exportações mantiveram um crescimento significativo nos primeiros três trimestres do ano, beneficiando dos ganhos de competitividade decorrentes da depreciação do dólar e da manutenção de um superior dinamismo económico relativo dos principais mercados de destino. Esta situação inverteu-se no quarto trimestre, com as exportações a retraírem-se quase 5%. Por outro lado, as importações caíram em todos os trimestres, reflectindo o abrandamento da procura interna e alguma substituição de importações por produção doméstica. A melhoria da balança comercial em bens e serviços resultou numa contribuição positiva da procura externa líquida para a taxa de crescimento do PIB em 1,41 pontos percentuais.

O recuo do défice comercial em bens e serviços, provavelmente inferior ao incorporado nas estimativas de Outono do FMI e CE¹, mitigou o aumento das necessidades de financiamento da economia norte-americana, em face do agravamento do défice orçamental. Ainda assim, as estimativas indiciam que estes défices gémeos superem largamente os 10% do PIB em 2009, situação usualmente conotada com o emergir de crises cambiais.

¹ As estimativas mais recentes apontam para um défice da BTC de 4,9%, em 2008.



Fonte: Eurostat, Previsões de Outono de 2008 e Previsões Interinas de Janeiro de 2009, para o défice orçamental em 2009

Ao nível das Finanças Públicas, o défice orçamental praticamente duplicou em 2008, com as estimativas mais conservadoras a apontarem para um valor ligeiramente acima dos 5%, reflectindo os efeitos combinados dos estabilizadores automáticos, em face de uma situação de menor crescimento e, sobretudo, do pacote de incentivo orçamental, de Fevereiro, e do “Troubled Assets Relief Program” (TARP), de Setembro.

O TARP, também conhecido como Plano Paulson, surgiu como a resposta do Departamento do Tesouro à eminência da falência do sistema financeiro norte-americano, em consequência das dificuldades de balanço e do agravamento da instabilidade financeira em Setembro. O TARP previa a esterilização do sistema financeiro através da compra ou garantia de 700 mil milhões de dólares de activos tóxicos (ou troubled assets). Estes activos incluíam uma variedade de títulos emitidos antes de 14 de Março e a sua compra visava remover activos ilíquidos ou de difícil avaliação dos balanços dos bancos e de outras instituições – estes activos são apontados como a causa para a falta de confiança entre instituições financeiras, uma vez que se desconhece o seu montante e quem os detém.

O TARP tem sofrido algumas mutações desde a sua apresentação, a primeira das quais a 14 de Outubro e que permitiu ao Departamento do Tesouro utilizar a primeira tranche, de 250 mil milhões, na compra de acções preferenciais e de warrants dos nove maiores bancos norte-americanos, bem como de outros bancos de menor dimensão. Outras alterações foram feitas, algumas apresentadas pela Presidência e outras pelo Departamento do Tesouro. No total foi já despendido metade do valor previsto, sobretudo, em ajudas aos bancos em dificuldade. Em 2009 espera-se que a Administração Obama recorra à segunda tranche do TARP, sendo igualmente de esperar a aprovação de um novo pacote de incentivo fiscal, estimado em 800 mil milhões (cerca de 5,5% do PIB) a aplicar entre 2009 e 2010.

O incentivo orçamental ascendeu a cerca de 1% do PIB, em redução e devolução de impostos a particulares e empresas, enquanto a parcela aplicada em 2008 do plano TARP totalizou 2,5% do PIB, o que representa um efeito combinado de 3,5 pontos percentuais de incremento no défice orçamental, em percentagem do PIB.

1.1.2 Zona Euro

A economia da zona euro manteve a tendência de abrandamento iniciada no final de 2007, com o ritmo de deterioração das condições económicas a aumentar ao longo do ano e a resultar na desaceleração da taxa de crescimento do PIB de 2,7% em 2007 para 0,9% em 2008. No segundo e terceiro trimestres o PIB diminuiu 0,2%, o que significa que a zona euro entrou em recessão técnica pela primeira vez desde que foi criada a moeda única.

O menor dinamismo é extensível à generalidade dos Estados Membros, sendo que a actividade se situou particularmente abaixo das expectativas na Alemanha e na Itália, ocorrendo o inverso em França, país que contabilizou um crescimento positivo no terceiro trimestre e que não entrou assim em recessão técnica, apesar desta fazer parte do discurso oficial do Governo francês.

O abrandamento da actividade económica reflecte o menor dinamismo da procura interna, em especial ao nível do investimento empresarial, a que se adicionou uma evolução desfavorável da procura externa líquida, associada à perda de competitividade em preço, decorrente da apreciação do euro, e ao menor dinamismo do comércio internacional.

A deterioração da envolvente económica e financeira fez-se sentir na capacidade de criação de emprego, com as empresas do bloco a aumentarem progressivamente o número de despedimentos ao longo do ano. No cômputo do ano, o número de desempregados aumentou quase 1 milhão e 400 mil, com a Espanha a ser responsável por mais de dois terços desse valor. A taxa de desemprego aumentou em conformidade, de 7,2% em Janeiro para 8,0% em Dezembro.

A Alemanha foi o país que maior resiliência mostrou, continuando a criar abundantes postos de trabalho, mesmo com a economia em plena recessão. No entanto, nem mesmo o colosso alemão foi capaz de resistir à aceleração do ritmo de deterioração das condições económicas do último trimestre do ano, período onde o número de desempregados aumentou em 23 mil e a taxa de desemprego, calculada segundo a metodologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT)², subiu marginalmente para 7,2% em Dezembro, de um mínimo de quase 16 anos de 7,1% em Outubro.

Ao nível da estabilidade de preços, aferida pela variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), esta acentuou-se nos últimos meses do ano, caindo de 3,8% em Agosto para 1,6% em Dezembro, reflectindo a diminuição dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, num contexto de incapacidade de fixação de preços por parte das empresas. Este processo, que se intensificará até ao Verão de 2009, permite ganhos reais dos salários e será um factor a estimular o consumo privado em 2009.

Ainda assim, e em termos globais, a inflação média anual ascendeu a 3,3% em 2008, valor que representa uma aceleração face aos 2,1% do ano anterior e que resulta essencialmente do comportamento desfavorável do preço do petróleo na primeira metade do ano.

Excluindo o preço da energia do cálculo do IHPC, constatamos que este apresenta uma maior estabilidade ao longo do ano, com a sua variação homóloga a oscilar entre o máximo de 2,8% de Março e o mínimo de 2,1% de Dezembro. A tendência descendente deve-se acentuar em 2009, na medida em que as condições económicas mais desfavoráveis comecem a reflectir-se nas negociações salariais, ajudando ao processo de descida de preços dos bens não-transaccionáveis e dos serviços. Esta evolução configura um quadro propício à adopção de taxas de juro nominais historicamente baixas por parte do Banco Central Europeu (BCE).

Os desafios colocados à actividade económica pela crise financeira e seus efeitos de contágio levaram à adopção de medidas orçamentais excepcionais pela generalidade dos Estados Membros, que resultaram no agravamento do défice orçamental para o conjunto da zona euro, de 0,6% para 1,7% em 2008. A deterioração dos saldos orçamentais reflectiu-se ao nível da dívida pública, com o rácio em percentagem do PIB a aumentar de 66,1% para 68,7%.

² A única válida para comparações internacionais mas preterida domesticamente face às taxas de desemprego calculadas segundo as metodologias do Bundesbank e do Departamento do Trabalho.

1.1.3 Economia Espanhola

Em anos recentes as economias irlandesa e espanhola foram apontadas como exemplos de sucesso no âmbito da convergência real no seio da União Europeia, conseguindo manter sistematicamente taxas de crescimento do PIB superiores à da média comunitária. No caso Espanhol, a construção provou ser o sector fulcral da convergência, garantindo em simultâneo abundância de empregos e ganhos no produto, os quais se estenderam às zonas fronteiriças de Portugal, onde trabalhadores e empresas atravessaram a fronteira em busca de novas oportunidades. No entanto, esta realidade mudou.

O ritmo de crescimento da actividade económica desacelerou acentuadamente em 2008, com a taxa de crescimento do PIB a cair de 3,7% para 1,2%, condicionado por uma queda do investimento produtivo, em particular do investimento residencial, num contexto de abrandamento dos níveis de consumo privado, de aceleração dos gastos públicos e de contribuição líquida positiva da procura externa.

Tal como muitos outros países, a Espanha entrou em recessão técnica no último trimestre do ano, o que não acontecia desde 1993.

Dos Estados Membros da zona euro, a Espanha foi o primeiro a mostrar sinais de deterioração das condições no mercado de trabalho, logo nos primeiros momentos da crise financeira internacional, e é onde se vivem actualmente as maiores dificuldades, espelhadas numa escalada do desemprego que atingiu níveis inacceptáveis nos últimos meses do ano.

O número de desempregados encetou uma tendência ascendente em Julho de 2007, fechando o ano de 2008 num máximo histórico de 3 milhões e 128 mil indivíduos desempregados e com a taxa de desemprego num máximo de 9 anos de 13,9% - a mais elevada da União Europeia. Refira-se que, só no último trimestre do ano, 500 mil espanhóis engrossaram os números do desemprego em 20%.

1.1.4 Economias Emergentes

A deterioração das condições económicas e financeiras a nível global tem sido acompanhada por um abrandamento do comércio internacional, em geral, e pela quebra na procura das economias avançadas, em particular, e está a ter inevitáveis repercussões negativas nas economias emergentes, com especial incidência naquelas que nos últimos anos acomodaram a maior fatia da deslocalização da produção dos países desenvolvidos e em que o sector exportador tem mais peso.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento abrandou 2 pontos percentuais para 6,3% e deverá descer mais 3 pontos percentuais em 2009. A maior resiliência destas economias aos efeitos de contágio da crise financeira, no período de 2008 e 2010, trará como consequência que países como a China e a Índia vão continuar a deter o estatuto de motores do crescimento económico mundial e vão reforçar o seu peso na economia global.

O ritmo de crescimento da China abrandou para 9,0%, valor extremamente elevado para os padrões das economias desenvolvidas mas que representa um claro abrandamento, após a recente explosão económica do país, onde a taxa de crescimento económico superou sempre os 10% e atingiu um pico de 13% em 2007. Este menor ritmo de expansão deve-se ao abrandamento das exportações, apenas parcialmente compensado pelo aumento da taxa de crescimento do consumo privado.

Para este desiderato terá contribuído a mudança estratégica de Pequim, que passou a fornecer fortes incentivos à procura interna. Em Novembro, Pequim anunciou um ambicioso programa de estímulo fiscal, o qual prevê a aplicação de 4 triliões de yuan renminbi até 2010, sob a forma de descida de impostos, investimento em infra-estruturas e em serviços sociais, com apenas uma pequena parcela (cerca de 6%) prevista para 2008.

De acordo com as estimativas do FMI, a taxa de crescimento da economia chinesa deverá abrandar para 6,7% em 2009 e recuperar para 8,0% em 2010.

O ritmo de crescimento também abrandou na Índia, em 2 pontos percentuais para 7,3% em 2008, esperando-se para 2009 uma desaceleração da mesma amplitude. Refira-se que, como excepção, o Brasil registou um incremento de 0,1 pontos percentuais na taxa de crescimento do PIB, para 5,8% mas, de acordo com o FMI, o crescimento dever-se-á situar abaixo da tendência em 2009, em 1,8%.

A maior esperança de recuperação da economia mundial reside na manutenção de elevados níveis de crescimento em países como a China e a Índia, uma vez que os EUA atravessam um processo de ajustamento do orçamento das famílias e que uma Europa envelhecida dificilmente suportará os níveis de consumo e de investimento privado necessários para se encetar um novo período de crescimento económico sustentado a nível global.

1.2 Enquadramento Nacional

Em 2008, a economia portuguesa interrompeu o processo de recuperação da actividade económica observado nos dois anos anteriores, reflectindo os elevados desafios proporcionados pela crise financeira internacional e seus efeitos de contágio na economia real, nomeadamente ao nível da diminuição da actividade industrial e do comércio internacional. A taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) recuou de 1,9% para 0,2%, reflectindo essencialmente a acentuada deterioração das componentes mais susceptíveis à evolução das condições financeiras e da procura externa, designadamente o investimento e as exportações.

<i>Projeções económicas para Portugal</i>			
	2007	2008e	2009p
Consumo Privado	1,6	1,4	-0,2
Consumo Público	0,0	0,1	0,3
FBCF	3,2	-0,8	-5,5
Exportações	7,5	0,3	-3,8
Importações	5,6	2,3	-2,8
PIB	1,9	0,2	-1,6
Saldo Orçamental (em % do PIB)	-2,6	-2,2	-4,6
Dívida Pública (em % do PIB)	63,6	64,6	68,2
IHPC	2,4	2,7	1,0

Notas: e - estimado ; p - previsto

Fonte: Comissão Europeia, Previsões Intercalares de Janeiro 2009

A desaceleração da actividade económica afectou a capacidade de criação de emprego por parte do tecido empresarial, em especial na segunda metade do ano, período em que se observou a destruição líquida de 1% dos postos de trabalho e em que a taxa de desemprego subiu de 7,3% para 7,8% do segundo para o quarto trimestre do ano.

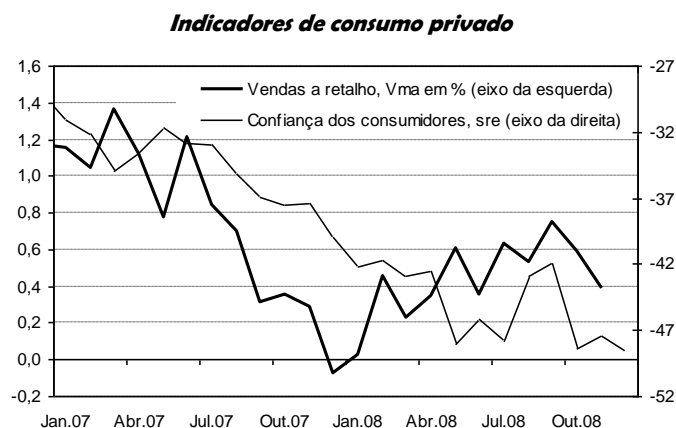
A rápida deterioração das condições determinaram a tomada de medidas orçamentais com vista a estabilizar a actividade económica e a minimizar os efeitos de contágio da crise financeira. O aumento da despesa pública, num contexto de redução do valor previsto para o PIB, implica o aumento do défice orçamental em percentagem do PIB para além do valor de referência de 3,0%, em 2009.

No entanto, este é um quadro de excepção, previsto no âmbito da legislação comunitária, pelo que Portugal não incorrerá num processo de défices excessivos, mesmo que o défice orçamental se confirme bem acima dos 3% do PIB (4,6% ou 3,9%, respectivamente, segundo a Comissão Europeia ou o Governo).

Ao nível da estabilidade de preços, a evolução da inflação voltou a ser determinada pela oscilação dos preços dos combustíveis, com a acentuada queda do preço do petróleo no segundo semestre a proporcionar a descida da variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor de 3,4% em Junho para 0,8% em Dezembro.

Componentes da Despesa

A economia nacional apresentou um padrão de crescimento distinto ao longo do ano, com o maior dinamismo do primeiro semestre a contrastar com a recessão da segunda metade do ano. A procura interna voltou a assumir-se como o motor do crescimento, impulsionada pela manutenção de níveis do consumo privado próximos da tendência de longo prazo, por oposição a novo retraimento da formação bruta de capital fixo.



Fonte: Reuters EcoWin

O consumo privado foi a componente mais dinâmica da procura interna, pese embora prosseguindo a trajectória de desaceleração característica do passado recente. Globalmente, o consumo privado apresentou um comportamento relativamente estável ao longo do ano, em particular no que concerne ao consumo de bens não duradouros, o que contrasta com a instabilidade de outras componentes da procura e com o comportamento do mesmo agregado noutras economias de referência. Esta maior estabilidade terá sido conseguida em parte pelo recurso ao endividamento, situação que é insustentável a prazo, em especial numa altura de tanta incerteza e aversão ao risco.

O pico do consumo privado terá sido atingido no terceiro trimestre, após um segundo trimestre de fraco dinamismo, situação que está associada ao adiamento de despesas importantes em face da descida da taxa normal do IVA, no dia 1 de Julho. No último trimestre do ano o consumo privado acentuou a tendência de abrandamento, reflectindo, por um lado, o efeito de base do maior consumo do terceiro trimestre e, por outro lado, a reconhecida deterioração da envolvente global. A quebra do consumo foi minorada pela antecipação de compra de veículos automóveis em Dezembro, em face do agravamento fiscal previsto para o ano de 2009.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) terá caído 0,8% em 2008, voltando a contribuir negativamente para o PIB após ter contabilizado o crescimento mais elevado da década em 2007 - ainda assim valores bastante distintos do observado em idênticas posições cíclicas, como seja o crescimento médio de 13% em 1997/1998.

A queda da FBCF traduz a evolução desfavorável de todas as suas componentes, em especial ao nível da construção e material de transporte. A FBCF em máquinas e equipamento foi a componente mais dinâmica do investimento, pese embora desacelerando da taxa de crescimento de 8,2% em 2007 para 3,7% no ano em análise.

Ao nível do investimento, mas na sua componente não produtiva, a variação das existências contribuiu positivamente para a taxa de crescimento do PIB, em 0,2 pontos percentuais, após uma contribuição nula no ano precedente.

No seu cômputo, a procura interna, incluindo variação de existências, terá contribuído com 1 ponto percentual para a taxa de crescimento do PIB, abrandando da contribuição de 1,8 pontos percentuais do ano anterior.

A procura externa teve uma contribuição negativa para a taxa de crescimento do PIB, em consequência do superior abrandamento da taxa de crescimento das exportações face às importações.

As exportações acentuaram a trajectória de desaceleração iniciada em 2007, devendo mesmo apresentar uma variação homóloga negativa no último trimestre do ano, reflectindo o menor dinamismo da economia global e o retraimento do comércio internacional. A taxa de crescimento das importações caiu para cerca de metade mas, a sua queda foi limitada pela manutenção de algum dinamismo da procura interna, em especial ao nível do consumo privado. Esta evolução proporcionou o incremento da taxa de penetração das importações.

Política Orçamental

O défice do Sector Público Administrativo deverá ter recuado de 2,6% para 2,2% do PIB em 2008, dando seguimento ao processo de consolidação das finanças públicas portuguesas e assegurando o objectivo definido no Pacto de Estabilidade e Crescimento, que resultou no levantamento do processo de défice excessivo, por parte das instâncias europeias.

Esta redução inclui o impacto de medidas temporárias, em particular ao nível das despesas de capital, sem as quais o défice orçamental teria subido marginalmente de 2,7% para 2,8% do PIB. De entre essas medidas destaca-se a renegociação dos contratos de exploração das barragens já existentes e a cedência de novas concessões, em particular no sector rodoviário.

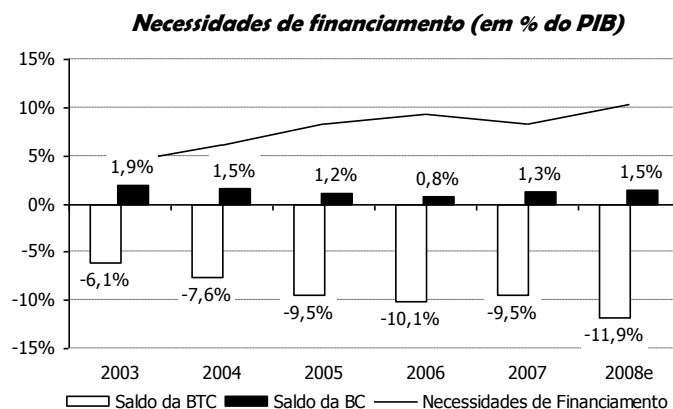
Ao nível do saldo corrente, observou-se a inversão da tendência descendente da despesa corrente em percentagem do PIB, estimando-se que a mesma tenha subido 1,1 pontos percentuais para 42,4% do PIB, num contexto de estabilização do rácio da receita fiscal. Esta terá ficado aquém do orçamentado e limitada por factores pontuais, em particular ao nível dos impostos indirectos.

A receita do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) cresceu 1,8% face a 2007 mas ficou em 95% do orçamentado, reflectindo essencialmente a alteração da taxa normal do IVA de 21% para 20%, a partir de 1 de Julho, conforme estipulado pela Lei nº26-A/2008, de 27 de Junho, bem como os aumentos dos reembolsos para as empresas e das transferências para as Regiões Autónomas. Por sua vez, a receita do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) ficou aquém do orçamentado e do valor arrecadado em 2007, devido ao efeito conjunto da quebra na procura dos produtos petrolíferos, da não actualização da taxa de imposto e da consignação da Contribuição de Serviço Rodoviário prevista na Lei nº55/2007. Corrigido deste último, a quebra do ISP reduz-se de 20,2% para 3,6%.

Quanto ao rácio da dívida pública, a Comissão Europeia estima que o mesmo tenha aumentado 1 ponto percentual, para 64,6% do PIB.

Balança de Pagamentos

As estimativas disponíveis apontam para um significativo incremento das necessidades de financiamento da economia portuguesa, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente (BTC) e de capital (BC), de 8,2% para 10,3% do PIB, retomando a tendência de deterioração da posição externa de Portugal após as melhorias observadas em 2007. Este agravamento das necessidades de financiamento reflecte o aumento de 2,3 pontos percentuais do défice de transacções correntes, para 11,8% de PIB, parcialmente minorado pelo incremento de 0,2 pontos percentuais no excedente da balança de capital.



Fonte: Banco de Portugal, dados online e Boletim Económico de Inverno de 2008;
INE e; Finibanco (cálculos)

O incremento do rácio do défice da balança corrente no PIB reflecte sobretudo o aumento dos saldos negativos das balanças de bens e de rendimentos, a que se juntaram a diminuição do fluxo de remessas dos emigrantes. A evolução adversa do preço do petróleo na primeira metade do ano contribuiu para o agravamento do défice comercial, sendo que a sua posterior descida apenas se começou a sentir em finais do ano, situação que se deverá prolongar pelos primeiros meses de 2009.

O saldo da balança financeira evoluiu em conformidade com as necessidades de financiamento, tendo atingido 10,8% do PIB. A desagregação do saldo permite constatar que a economia portuguesa foi maioritariamente financiada por via do “investimento de carteira”, que terá totalizado 74% do investimento total, com os títulos de dívida de curto prazo a liderarem as preferências dos investidores, destronando as obrigações e outros títulos de longo prazo.

Mercado de Trabalho

Na primeira metade do ano, o comportamento do mercado de trabalho caracterizou-se pela manutenção da tendência de aumento da taxa de actividade, em simultâneo com a gradual recuperação do mercado de trabalho, seja ao nível da criação de emprego ou de descida da taxa de desemprego. No entanto, esta dinâmica mudou no segundo semestre, na medida em que se intensificaram os efeitos de contágio da crise financeira e económica internacional. Os dados do final do ano mostram apenas uma modesta deterioração das condições do mercado de trabalho, o que pode ser entendido como confirmação do hiato temporal entre a evolução das condições económicas e a resposta do mercado de emprego.

População activa, emprego e desemprego (taxas de variação, em %)							
	2006	2007	2008				
			Total	I	II	III	IV
População activa	0,8	0,6	0,1	-0,2	0,4	-0,2	-0,3
Emprego total	0,7	0,2	0,5	0,1	0,7	-0,6	-0,4
Agricultura, silvicultura e pescas	-0,4	-0,4	-1,0	-1,1	2,2	0,8	-3,3
Indústria	0,7	0,0	-3,6	-2,7	-0,1	-1,0	-2,0
Serviços	1,0	0,4	3,0	1,7	0,9	-0,7	1,0
Taxa de desemprego (%)	7,7	8,0	7,6	7,6	7,3	7,7	7,8

Fonte: INE, Inquérito trimestral ao emprego

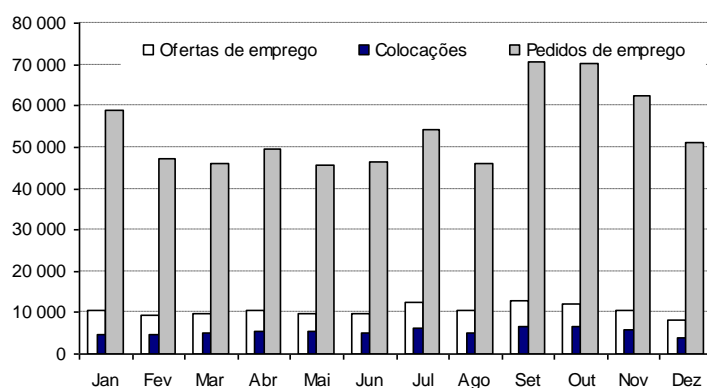
No cômputo de 2008, a taxa de actividade da população activa recuou 0,1 pontos percentuais, para 62,5%, reflectindo variações de idêntica magnitude em ambos os sexos, com os Homens a manterem uma taxa de actividade 13,2 pontos percentuais acima da das Mulheres.

O emprego aumentou modestamente, não obstante as perdas observadas nos dois últimos trimestres, confirmando a dinâmica de recuperação iniciada em 2006. Por sectores, observou-se um incremento de 3,0% do emprego nos serviços, o que permitiu compensar as quebras de 3,6% e de 1,0% do emprego na indústria e na agricultura, silvicultura e pescas, respectivamente.

O incremento do emprego foi acompanhado pela subida de 0,1% na população activa, o que resultou na melhoria generalizada dos indicadores de desemprego. O número de indivíduos sem emprego recuou 4,8%, o que se reflectiu na descida da taxa de desemprego de 8,0% para 7,6%.

Estas melhorias são corroboradas pelos dados dos centros de emprego. O número médio de inscritos nos centros de emprego recuou 2,5% para 471.899 indivíduos em 2008, reflectindo essencialmente a descida de 4,1% no número de desempregados à procura de um novo emprego, a que se juntaram as descidas de 1,2% e de 7,0% dos que estão à procura do primeiro emprego e dos que procuram empregos mas que estão temporariamente ocupados em programas especiais de emprego, respectivamente.

Pedidos de emprego nos Centros de Emprego, ofertas e colocações



Nota: Valores ao longo do mês

Fonte: IEFP

A descida do número de pedidos de emprego foi moderada pelo incremento dos processos colocados por trabalhadores sem emprego e temporariamente indisponíveis por motivos de saúde (valor que praticamente duplicou em dois anos) e por trabalhadores que estão empregados mas que pretendem melhorar as suas condições (8,6%).

A descida do desemprego registado foi novamente acompanhada por um aumento das ofertas de emprego e das colocações em 8,6% e 7,0%, respectivamente.

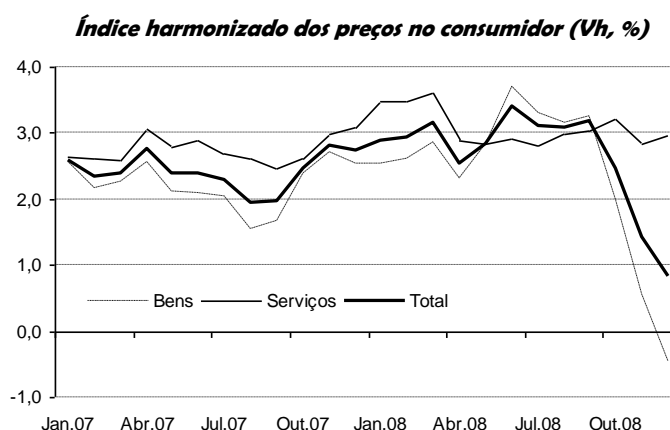
No final do ano as condições no mercado de emprego começaram a piorar, sendo de registar que o número de desempregados inscritos aumentou 6,6% em Dezembro face ao mês homólogo de 2007.

Na evolução anual do desemprego, o acréscimo percentual mais elevado foi contabilizado ao nível dos “operários e trabalhadores similares da indústria extractiva e construção civil” (38,8%), o que é consistente com um cenário de correcção significativa do mercado imobiliário – à semelhança do que acontece em outros países, sendo Espanha um exemplo próximo.

Estabilidade de preços

A evolução do preço da energia e de outras matérias-primas voltou a revelar-se determinante para a estabilidade de preços em Portugal, com os principais índices de preços e expectativas inflacionistas a oscilarem, primeiro com a subida do preço do petróleo Brent iniciada ainda em 2007 e, mais próximo do fim do ano, com a reversão desse movimento.

O índice de preços dos bens industriais acompanhou de perto esta tendência, fechando o ano marginalmente positivo (0,2%) e longe dos máximos de 8,1% do mês de Julho. A dinâmica foi mais discreta ao nível dos preços do consumidor, moderado por um comportamento mais estável dos preços dos serviços, genericamente não transaccionáveis, por oposição à maior volatilidade dos preços dos bens.



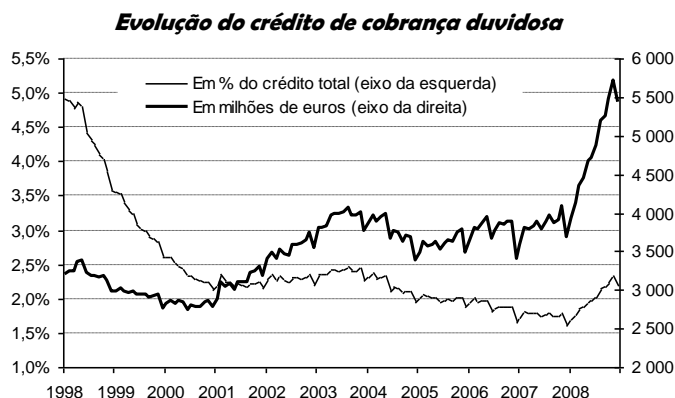
Fonte: Reuters EcoWin e; Boletim Estatístico do Banco de Portugal de Janeiro de 2009

Os preços no consumidor registaram um aumento médio anual de 2,7% em 2008, acelerando face ao crescimento de 2,4% do ano anterior. Este incremento decorre do efeito de base do aumento dos preços na primeira metade do ano e cuja reversão poderá resultar em variações homólogas negativas pontuais do índice harmonizado de preços (IHPC) nos meses de Verão de 2009. Atentando à variação homóloga do IHPC, esta atingiu em Dezembro um mínimo histórico de 0,8%, recuando face aos 3,4% de Junho.

Situação Monetária e Financeira

O crédito total concedido ao sector privado não financeiro manteve uma trajectória de desaceleração ao longo do ano, acompanhando igual dinâmica do crédito a sociedades não financeiras e do crédito a particulares, em especial na sua vertente do crédito à habitação, que totaliza cerca de 80% dos empréstimos tomados por particulares.

Ao nível do crédito a particulares há que referir a divergência entre a evolução dos empréstimos ao consumo e os empréstimos para habitação, com os primeiros a manterem um elevado dinamismo até Setembro e com os segundos a acentuarem a tendência de desaceleração iniciada em 2006.



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico de Fevereiro de 2009 e; Finibanco (cálculos)

A deterioração da envolvente económica e a maior aversão ao risco por parte das outras instituições financeiras, menos propensas a renovar créditos a clientes de maior risco, aumentaram as dificuldades de cumprimento das responsabilidades financeiras de empresas e famílias. O crédito da cobrança duvidosa aumentou de forma muito significativa em todas as suas vertentes, atingindo sucessivos máximos históricos em valor, enquanto o seu rácio no crédito total aumentou de 1,7% em Janeiro para 2,4% em Novembro, valor em linha com a média dos últimos 10 anos. Esta dinâmica aliviou ligeiramente no último mês do ano, em simultâneo com a maior estabilidade do sistema financeiro internacional.

Refira-se que, os sectores da actividade que mais contribuíram para o aumento do crédito de cobrança duvidosa foram a “construção” e as “actividades imobiliárias e de serviços”, com taxas de crescimento de 92,6% e 123,6%, respectivamente, consolidando o seu peso dominante no ranking do malparado, onde no conjunto ultrapassam metade do total do crédito de cobrança duvidosa a sociedades não financeiras.

A manutenção de um ritmo de crescimento do crédito concedido ao sector privado acima da taxa de crescimento do PIB nominal resultou no acréscimo de endividamento das famílias à banca de 78% para 79% do PIB, em 2008.

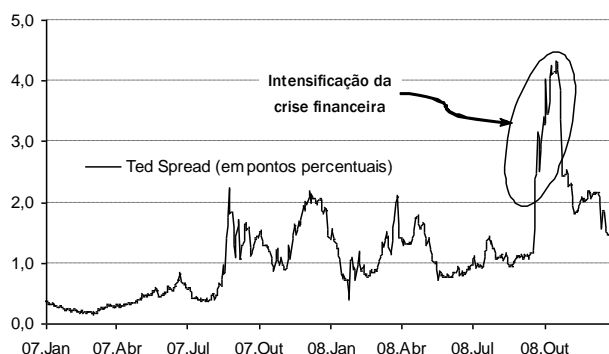
1.3 Política Monetária

A manutenção de perturbações no sistema financeiro condicionou a actuação das autoridades monetárias a nível global, em 2008, exigindo medidas para estabilizar o sistema financeiro e promover a confiança dos agentes económicos. Na primeira metade do ano estas preocupações coexistiram com os riscos à estabilidade de preços, associados essencialmente às pressões inflacionistas decorrentes do aumento do preço dos combustíveis, pelo que a descida de taxas de intervenção foi limitada a alguns países.

A conjuntura começou a mudar no Verão, primeiro com a inversão da tendência ascendente do preço do petróleo, o que aliviou as pressões inflacionistas e forneceu maior margem de manobra às autoridades monetárias e, finalmente, com a intensificação da crise financeira, em Setembro. Este mês ficou marcado pela sucessão de problemas de solvência de importantes instituições financeiras de maior dimensão, que resultaram na alteração da estrutura accionista ou mesmo em falência, como foi o caso da Lehman Brothers.

Dentro das empresas em dificuldades, e só nos EUA, refiram-se as nacionalizações de facto das duas principais empresas de garantia de crédito hipotecário, a Fannie Mae e a Freddie Mac, bem como da maior seguradora mundial, a American International Group (AIG).

Diferencial treasuries-money market a 3 meses (pontos percentuais)



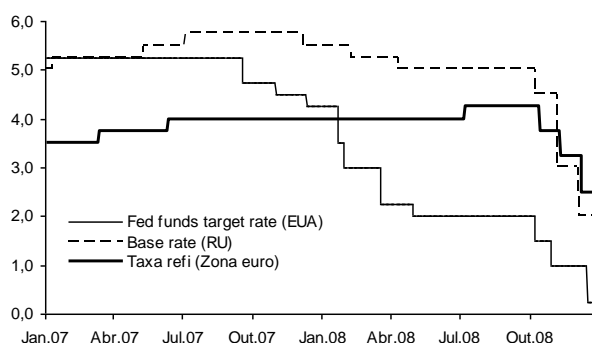
Nota: Este diferencial, conhecido por Ted Spread, é um importante indicador de problemas de liquidez no sistema financeiro

Fonte: Reuters Ecowin

A Reserva Federal norte-americana voltou a desempenhar um papel de liderança nos meios utilizados para ajudar o sistema financeiro em dificuldades e mitigar os efeitos de contágio da crise. Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu o ciclo de descida de taxas de intervenção, iniciado a 18 de Setembro de 2007, procedendo a mais sete alívios da política monetária, dois dos quais entre reuniões agendadas do comité de política monetária. No final do ano, a “fed funds target rate” situava-se virtualmente em zero, mais concretamente num intervalo objectivo de 0,0% a 0,25%, descendo dos 4,25% com que iniciou 2008.

O agressivo alívio da política monetária foi acompanhado por outras medidas de excepção, que culminaram com a aprovação do Plano Paulson, o qual previa um montante de 700 mil milhões de dólares para esterilizar o mercado, através da compra de títulos “tóxicos” e do reforço do capital de instituições financeiras em risco.

Taxas de intervenção (em %)



Fonte: Reuters EcoWin

Sem possibilidade de voltar a descer taxas de intervenção (pelo menos ao nível da “fed funds”), a Reserva Federal antecipou possíveis medidas adicionais, nomeadamente através da injeção massiva de liquidez no sistema financeiro, via compra de títulos associados ao crédito imobiliário ou mesmo de dívida pública. Deste modo a Reserva Federal persegue o duplo objectivo de combater os riscos deflacionistas e estimular o crescimento económico.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra seguiu o exemplo norte-americano e acentuou a tendência descendente da sua taxa de referência, procedendo ao alívio da política monetária em cinco ocasiões, num total acumulado de 3,25 pontos percentuais. A taxa base terminou o ano em 2,0%, igualando os mínimos desta secular taxa de juro – o último dos quais atingido na segunda metade da década de 1940.

Na zona euro, o Banco Central Europeu (BCE) manteve uma postura mais conservadora, optando por eleger o combate à inflação como primeira prioridade, mesmo quando já existiam sinais claros de acentuado abrandamento económico e de esbatimento das pressões inflacionistas.

Contra a tendência geral, o BCE subiu as suas taxas de intervenção em 25 pontos base (pb) no dia 3 de Julho. Esta medida acabou por se confirmar como inadequada à conjuntura, uma vez que em pouco tempo se intensificaram as pressões do sistema financeiro e se confirmou a materialização de um choque deflacionista. O BCE fechou o ano com três descidas de taxas de intervenção, num total acumulado de 1,75 pontos percentuais, colocando a principal taxa de refinanciamento do Eurosistema nos 2,5%.

1.4 Mercado de Capitais

Em 2008 confirmou-se o abrupto fim do *bull market* accionista, com as cotações dos títulos a serem pressionadas pelos elevados níveis de risco e de incerteza, bem como pela acentuada deterioração das expectativas dos resultados das empresas.

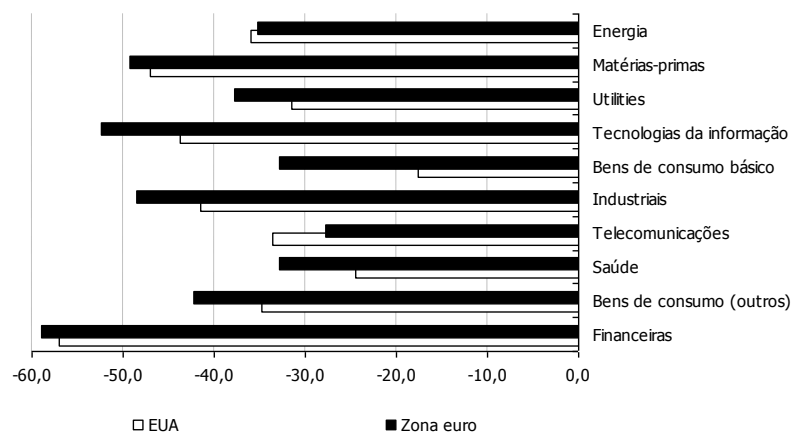
A desvalorização simultânea dos principais índices accionistas, com os máximos e mínimos do ano a serem obtidos genericamente no mesmo período, evidencia o retorno de elevados níveis de correlação entre praças e, sobretudo, sublinha o carácter sistémico e global da crise financeira.

Ainda a Crise Financeira

O processo de ajustamento dos desequilíbrios observados em anos anteriores, cuja principal manifestação era a persistência de prémios de risco historicamente baixos e pouco diferenciados por classe de activo, prosseguiu em 2008. Este movimento foi despoletado pela deterioração da qualidade de crédito no segmento de maior risco do mercado hipotecário norte-americano (conhecido como *subprime*), no Verão de 2007, e transmitiu uma forte instabilidade ao sistema financeiro internacional. Os problemas centraram-se inicialmente no mercado de dívida, em especial no segmento de créditos titularizados, mas rapidamente contagiaram outros mercados e tipos de activos.

A instabilidade reflectiu-se na desvalorização das carteiras e na quebra de resultados das empresas financeiras, em geral, e da banca, em particular. Por outro lado, a incerteza quanto à magnitude e distribuição das perdas no conjunto dos grandes grupos bancários internacionalmente activos aumentou a dificuldade de obtenção de fundos, mesmo nos mercados monetários interbancários – situação que conduziu ao significativo incremento dos custos de financiamento das instituições financeiras.

Índices sectoriais Standard & Poors (taxas de variação em 2008, em %)



Fonte: Reuters Ecowi

Estavam reunidas as condições para mais um capítulo no processo de reestruturação do sistema financeiro internacional, que se iniciou em Setembro na sequência da falência do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers e que se intensificou com o agudizar de problemas em outras instituições um pouco por todo o Mundo.

O aumento dos níveis de volatilidade e de incerteza, conduziram a uma onda de aversão a todo e qualquer tipo de risco, em especial o risco de contraparte, que se consubstanciou na quebra dos índices accionistas e na disfunção dos mercados monetários interbancários.

Chegou-se aos casos extremos da necessidade de nacionalizações de bancos e companhias de seguros nos EUA e da generalidade dos fundos pensões na Argentina ou do caso islandês, em que o Governo anunciou que a Nação se encontrava em risco de falência. Neste contexto, aumentou a pressão para a intervenção coordenada por parte de Governos, autoridades monetárias e instituições internacionais, de forma a estabilizar o mercado e minimizar os efeitos de contágio à economia real.

Evolução de alguns índices de referência em 2008

	2007		2008		Mínimo do ano			Máximo do ano		
	31-Dez	31-Dez	Variação*		valor	Variação*	data	valor	Variação*	data
EUA										
Dow Jones	13264,8	8776,4	-33,8		7552,3	-43,1	20-Nov	13058,2	-1,6	02-Mai
Nasdaq	2652,3	1577,0	-40,5		1316,1	-50,4	20-Nov	2609,6	-1,6	02-Jan
Zona euro										
IBEX35	15182,3	9195,8	-39,4		7905,4	-47,9	28-Out	15002,5	-1,2	02-Jan
DAX30	8067,3	4810,2	-40,4		4127,4	-48,8	21-Nov	7949,1	-1,5	02-Jan
PSI20	13019,4	6341,3	-51,3		5801,8	-55,4	27-Out	12892,7	-1,0	02-Jan
CAC40	5614,1	3218,0	-42,7		2881,3	-48,7	21-Nov	5550,4	-1,1	02-Jan
MIB30	38885,0	20064,0	-48,4		18668,0	-52,0	05-Dez	38433,0	-1,2	03-Jan
STOXX50	4399,7	2447,6	-44,4		2165,9	-50,8	21-Nov	4339,2	-1,4	02-Jan
Emergentes										
RTS (\$)	2290,5	631,9	-72,4		549,4	-76,0	24-Out	2487,9	8,6	19-Mai
ISE100	54873,2	26864,1	-51,0		21228,3	-61,3	20-Nov	54708,4	-0,3	02-Jan
Hang Seng	27812,7	14387,5	-48,3		11015,8	-60,4	27-Out	27615,9	-0,7	09-Jan
MERVAL	2151,7	1079,7	-49,8		829,0	-61,5	21-Nov	2248,6	4,5	22-Mai
BOVESPA	63886,1	37550,3	-41,2		29435,1	-53,9	27-Out	73516,8	15,1	20-Mai
Outros										
NIkkey225	15307,8	8859,6	-42,1		7162,9	-53,2	27-Out	14691,4	-4,0	04-Jan
FTSE100	6456,9	4434,2	-31,3		3781,0	-41,4	21-Nov	6479,4	0,3	03-Jan
MSCI World	1131,7	677,8	-40,1		585,8	-48,2	20-Nov	1131,7	0,0	01-Jan

* Face a 31 de Dezembro de 2007, em %

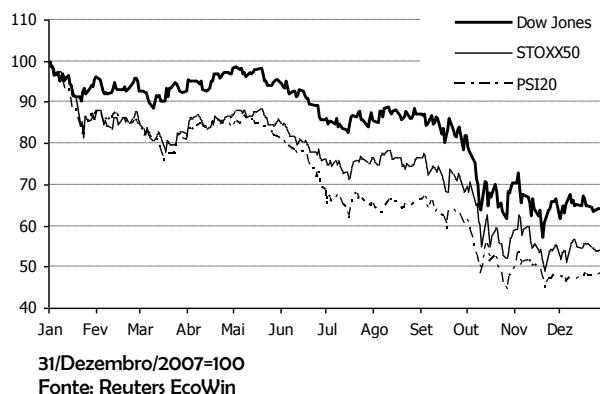
Fonte: Reuters EcoWin e; Finibanco (cálculos)

Este foi o pior ano desde a grande depressão para a maioria dos índices bolsistas de referência. A generalidade das praças iniciou o ano em perda, situação que se foi agravando com o avançar do ano, razão pela qual a maioria dos índices obteve os máximos do ano no primeiro dia de negociação. Por oposição, os mínimos do ano foram genericamente obtidos entre final de Outubro e Novembro, período em que se intensificou o ritmo de deterioração das condições económicas e se reduziram acentuadamente as expectativas de resultados das empresas.

Para os índices europeus este foi no cômputo geral o pior ano de sempre, sendo de destacar os piores anos de que há registo do francês CAC40 e do italiano MIB30, com colapsos de 42,7% e 48,4%, respectivamente. O alemão DAX30 desvalorizou-se 40,4%, desempenho que é apenas ultrapassado pelo registo de 2002 (quebra de 43,9%).

Nos EUA, o Dow Jones Industrial Average e o S&P500 contabilizaram o terceiro pior ano de sempre, com desvalorizações de 33,84% e de 38,49%, respectivamente. A queda do Nasdaq Composite foi ainda maior, de 40,5%, o que representa a mais elevada quebra anual da sua ainda relativamente curta história.

Análise comparativa do índice PSI20 face a índices seleccionados



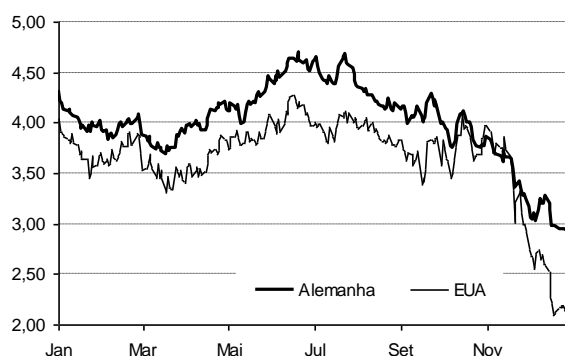
Portugal não foi excepção ao quadro negro do segmento accionista, sendo que o principal índice de referência, o PSI20, perdeu mais de metade do valor, desvalorizando 51,3% no ano. O pior desempenho relativo não teve origem em factores domésticos, reflectindo antes o carácter periférico e de menor dimensão do mercado português.

No segmento obrigacionista, os títulos de dívida contabilizaram um ano de ganhos excepcionais, beneficiando da conjugação do cenário recessivo com a descida de inflação, na segunda metade do ano, num contexto de instabilidade financeira e consequente reforço da procura de segurança da dívida pública. Esta dinâmica inverteu a tendência de subida das taxas de longo prazo observada no primeiro semestre do ano.

As taxas de rentabilidade da dívida pública evidenciaram uma tendência ascendente nos primeiros seis meses do ano, período em que a sua evolução permaneceu condicionada pelo acumular de pressões inflacionistas, associadas à subida do preço do petróleo e de outras matérias-primas. Os máximos do ano das taxas de juro de médio e longo prazo foram atingidos, genericamente, em meados de Junho, permanecendo em “range” até finais de Julho.

A taxa de rentabilidade do “bund” alemão a 10 anos atingiu um máximo de fecho de 4,275%, a 16 de Junho, enquanto a taxa de rentabilidade dos “treasuries” norte-americanos, para o mesmo prazo, chegou a 4,698%, três dias depois.

Evolução das taxas de rentabilidade da dívida pública a 10 anos (em %)



Fonte: Reuters EcoWin

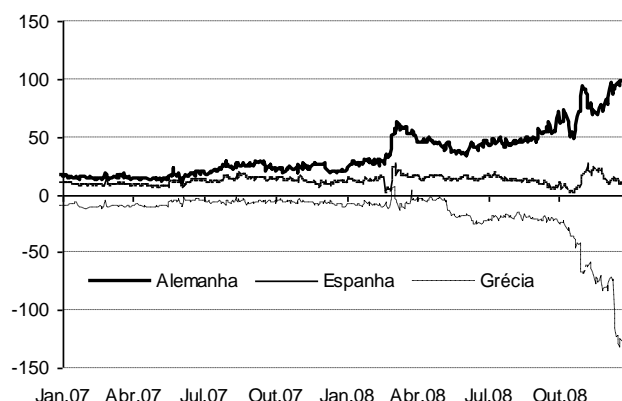
Com o avançar do Verão a tendência de desvalorização das obrigações de dívida pública inverteu-se, primeiro com o desanuviar das pressões inflacionistas e, posteriormente, com a procura de segurança e qualidade decorrente da intensificação da instabilidade do sistema financeiro.

Nos dois últimos meses do ano acentuou-se o movimento descendente das taxas de juro de longo prazo, na medida em que aumentou o ritmo de deterioração das condições económicas e que se consubstanciou o choque deflacionista, num contexto de rápidas e agressivas descidas das taxas de intervenção.

Refira-se que, em geral os mercados de taxa fixa se valorizam com expectativas de abrandamento do crescimento económico, pois esta situação está associada a menores taxas de inflação, o que aumenta os ganhos reais dos rendimentos periódicos (cupões) das obrigações. Por outro lado, a descida das taxas de intervenção é positiva para as obrigações, especialmente nos prazos mais curtos, pois torna mais atractivas as obrigações face aos investimentos alternativos, como é o caso dos depósitos a prazo.

Na zona euro, a absoluta aversão ao risco, num contexto de agravamento da situação orçamental, originou uma diferenciação entre os prémios de risco dos Estados Membros, com os investidores a privilegiarem as emissões mais líquidas e de menor risco.

Diferenciais de taxas de rentabilidade a 10 anos (em pontos base)



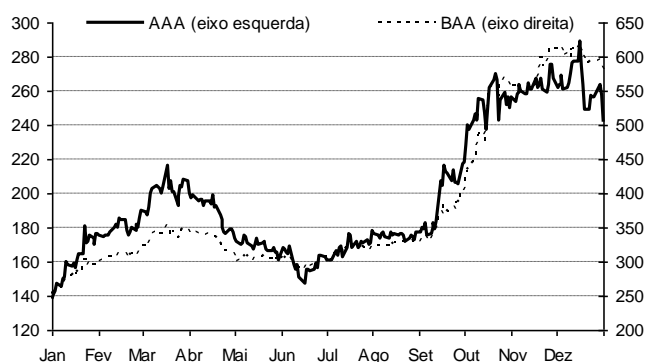
Fonte: Reuters Ecowin e; Finibanco (cálculos)

A Alemanha foi o país que mais beneficiou com o renovado estatuto de refúgio, com as taxas de rentabilidade da dívida pública a descerem e a resultarem num incremento dos diferenciais de longo prazo face aos restantes países da zona euro. Na posição oposta estão os países com maiores problemas percebidos ao nível da sustentabilidade das contas públicas, em que a Grécia e a Irlanda são exemplos por excelência.

Portugal, foi igualmente penalizado por esta maior diferenciação, contabilizando um incremento de 80 pontos base no diferencial a 10 anos face à Alemanha, variação ainda assim modesta quando comparada com os incrementos de 1,5 e 2 pontos percentuais da Irlanda e da Grécia, respectivamente. Globalmente, as Obrigações do Tesouro português permaneceram no meio da tabela, com um prémio de risco de 1 ponto percentual, idêntico ao da dívida pública de países como a Espanha, a Bélgica ou a Áustria.

Os historicamente reduzidos níveis de taxas de juro de longo prazo, são consistentes com o actual cenário de profunda e prolongada recessão, num contexto de um choque deflacionista.

Prémios de risco das melhores empresas



Nota: Diferenciais de taxas de juro face aos *treasuries* a 10 anos, em pontos base
Fonte: Reserva Federal dos EUA; Reuters EcoWin para dados da Moody's

A maior aversão ao risco desde o final do Verão reflectiu-se igualmente no diferencial de taxas de juro entre a dívida das melhores empresas privadas (AAA) e a dívida pública emitida por países sem risco percebido, a qual evidenciou uma dinâmica ascendente desde o Verão. A dinâmica é extremamente significativa, uma vez que ocorre sobre prémios de risco já em níveis historicamente elevados e com o mercado de crédito virtualmente paralisado.

O prémio de risco para as melhores empresas atingiu um máximo de quase três pontos percentuais a 16 de Dezembro, superando o anterior máximo de 2,7 pontos percentuais que datava de Setembro de 2001, mês em que a aversão ao risco disparou em função da incerteza decorrente dos ataques terroristas em Nova Iorque e Washington.

No entanto, o aumento do prémio de risco das melhores empresas foi bastante modesto quando comparado com o de outros segmentos, pois entre empresas houve também uma maior diferenciação em termos de qualidade.

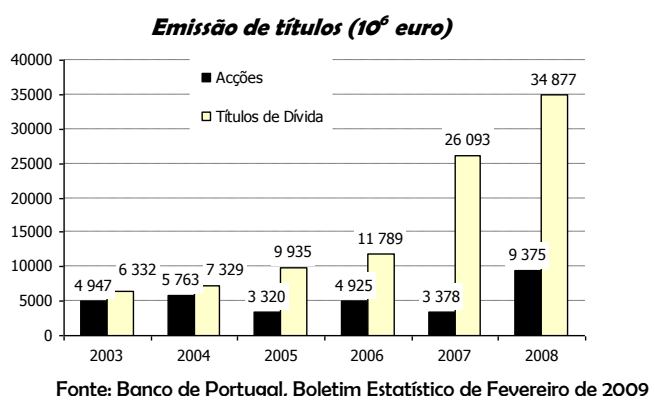
Por comparação, o prémio de risco das empresas “triple B” praticamente duplicou entre meados de Julho e o final do ano, aumentando de 3,15 pontos percentuais para um máximo histórico de 6,21 pontos percentuais, no dia 16 de Dezembro.

Globalmente, as condições financeiras voltaram a deteriorar-se acentuadamente no último trimestre do ano, com os problemas de solvabilidade de importantes empresas da área financeira a resultarem no fim do modelo de banca de investimento nos EUA e numa maior diferenciação intra-classe de activos, com penalização dos segmentos de maior risco percepcionado.

Mercado Nacional

Mercado Primário

No exercício de 2008, a emissão líquida de valores mobiliários em Portugal ascendeu a 44.251 M€, o que representa um crescimento de 50,2% face ao valor do exercício anterior e um novo máximo histórico para o mercado português. Este incremento reflecte a maior procura por parte da totalidade dos sectores institucionais de financiamento através do mercado de títulos.



A emissão líquida de acções situou-se em 9.375 M€, praticamente triplicando face ao valor do ano anterior, reflectindo acréscimos de 900% e de 141% das emissões concretizadas por entidades cotadas e não cotadas, respectivamente. Este superior dinamismo pode ser explicado, pelo menos parcialmente, pela necessidade de recapitalização das empresas em face dos problemas causados pela crise financeira internacional.

O maior recurso ao mercado de capitais português como fonte de financiamento foi comum a todos os sectores institucionais, tendo-se observado acréscimos de 1070%, 821% e 90,4% nas emissões líquidas das Instituições Financeiras Monetárias, das Instituições Financeiras Não Monetárias e nas do Sector Não Financeiro, respectivamente. Refira-se que a única descida ocorreu ao nível das empresas cotadas do Sector Não Financeiro, onde as emissões líquidas caíram 41%.

No segmento de títulos de dívida, o montante líquido emitido ascendeu a 34.877 M€, o que se traduz num incremento de 34% face a 2007 e no segundo máximo consecutivo para o mercado português. Não obstante, a composição do crescimento revela uma alteração face à tendência de um passado recente, com as empresas a privilegiarem a dívida de curto prazo, a qual mais que triplicou após três anos de quebras consecutivas, em detrimento da dívida de longo prazo, cuja taxa de crescimento praticamente estagnou após ter crescido um total acumulado de 352% nos dois anos anteriores.

Por sectores institucionais, o acréscimo das emissões líquidas de títulos de dívida reflecte, sobretudo, o imenso acréscimo de 411% do recurso ao financiamento através de títulos da dívida por parte das Administrações Públicas, a que se adicionaram os aumentos de 12% e de 29% das emissões líquidas das Instituições Financeiras Monetárias e das Instituições Financeiras Não Monetárias, respectivamente, enquanto o Sector Não Financeiro reduziu o montante emitido em 22%.

Ao nível dos títulos de médio e longo prazo há que destacar a redução de 2,5% do montante emitido a taxa fixa, para 9.608M€, em simultâneo com o incremento de 10,1% das emissões de taxa variável, as quais representam 59% do total de títulos emitidos a médio e longo prazo.

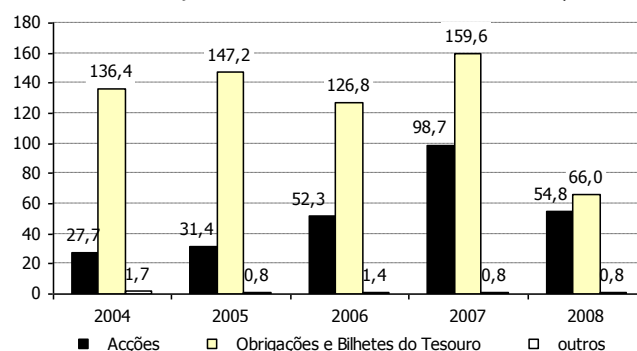
Mercado Secundário

Volume de Transacções a Contado

O volume de transacções de valores mobiliários, em mercados regulamentados e não regulamentados, ascendeu a 123.890,5 milhões de euros (M€) em 2008, o que representa um decréscimo de 52,8% face ao volume transaccionado no ano anterior. Esta imensa quebra, que colocou o volume transaccionado em níveis não vistos na última década, reflecte sobretudo a imensa redução de 53,1% das operações nos Mercados Regulamentados, a que se adicionou uma descida de 29,6% das transacções nos Mercados Não Regulamentados.

A descida das transacções nos Mercados Regulamentados decorre das quebras de 44,5% nas transacções de acções e de 59,0% nas operações do Mercado Especial de Dívida Pública (MEDIP), onde o volume de transacções de obrigações do tesouro e de bilhetes do tesouro caíram 63,2% e 26%, respectivamente.

Volume de transacções nos mercados regulamentados (10⁹ euros)



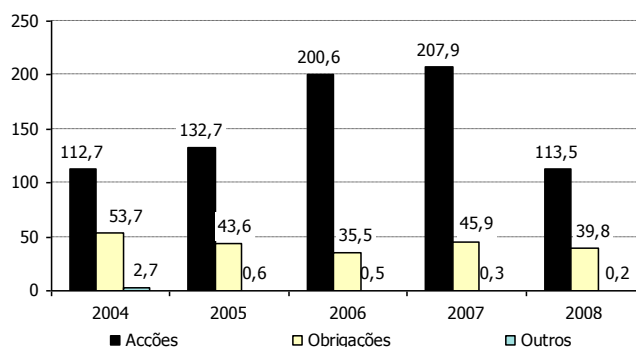
Fonte: CMVM e; Finibanco (cálculos)

O volume de transacções dos restantes instrumentos financeiros, que compreendem outras obrigações, títulos e unidades de participação, direitos, warrants, certificados, convertíveis e operações das sessões especiais, caíram na sua maioria, correspondendo estas transacções a volumes pouco expressivos nos Mercados Regulamentados e representando no seu conjunto cerca de 0,3% do total.

Capitalização bolsista da Euronext Lisbon

No último dia de negociação de 2008 a capitalização bolsista da Euronext Lisbon situou-se em 153,5 mil milhões de euros, o que representa uma quebra de 39,6% face ao período homólogo de 2007 e um mínimo desde os 141,8 mil milhões de euros de 2002. Esta dinâmica resulta sobretudo da quebra de 45,4% da capitalização bolsista em acções, componente que viu o seu peso relativo reduzir-se de 81,8% para 73,9%.

Capitalização bolsista da Euronext Lisbon (10⁹ euros)



Fonte: CMVM e; Finibanco (cálculos)

A capitalização bolsista do segmento obrigacionista dos Mercados Regulamentados apresentou uma tendência igualmente de queda, ao descer 18,5% para 39,8 mil milhões de euros, mas viu o seu peso relativo recuperar para cerca de um quarto da capitalização total. Nos outros instrumentos, destaque para o incremento de 166,0% da capitalização das unidades de participação, que permanecem como uma categoria residual, totalizando apenas 0,13% da capitalização da Euronext Lisbon.

No que toca à evolução da capitalização bolsista dos Mercados Não Regulamentados, esta ascendeu a 1,7 mil milhões de euros, o que representa um acréscimo de 33,5% face ao observado no ano anterior. Esta evolução em contra-ciclo reflecte a duplicação da capitalização bolsista das obrigações, componente que tem apresentado sistematicamente elevadas taxas de crescimento nos últimos 4 anos e que eclipsou o desempenho negativo de todos os outros tipos de activos.

2. Actividade

2.1 Linhas Gerais de Acção

O Finibanco, SA elegeu os seus órgãos sociais para o triénio 2008-2010, ficou com um Conselho de Administração composto por quatro membros e constituiu também uma Comissão Executiva, integrada por três deles e presidida por Humberto da Costa Leite, para tratamento da gestão corrente do Banco.

Importa ainda referir a cooptação de um novo Administrador após a eleição do Conselho de Administração, na Assembleia Geral de 28 de Março de 2008, tendo em vista a melhor funcionalidade do órgão e o desejado equilíbrio entre os elementos executivos e os não executivos.

A actividade de retalho foi apoiada na rede de 172 Balcões, ou seja, com mais 22 do que em 31 de Dezembro de 2007, na rede de Promotores de Negócio, agora revitalizada, na Banca Telefónica, na Internet Banking e tem como alvo preferencial o segmento de Particulares e de Pequenas e Médias Empresas.

Essa actividade traduz-se essencialmente na intermediação financeira, captando recursos através de depósitos de clientes, da emissão de obrigações e, pontualmente, de securitização de créditos, e na concessão de crédito a pequenas e médias empresas, a empresários em nome individual e a particulares.

Paralelamente, disponibilizou aos seus clientes serviços de corretagem e todos os outros serviços típicos da Banca de retalho.

Desenvolveu ainda a actividade de “trading”, através da carteira própria.

De salientar o trabalho desenvolvido por uma empresa de consultoria, que visou clarificar o seu posicionamento competitivo com vista a uma melhor abordagem do mercado. Deste trabalho resultou o lançamento do Programa CRESCERE que se consubstancia num conjunto de projectos em desenvolvimento com o objectivo de proporcionar bases sólidas de Crescimento, aumento de Eficiência e melhoria da Rentabilidade, ao nível do Finibanco e também do Grupo em que se integra, de que resultou a introdução de alterações na estrutura orgânica, que adiante se referem.

Prevendo atempadamente o agravamento da situação de liquidez sentida no mercado, com maior acuidade no quarto trimestre do exercício, o Finibanco concretizou uma operação de titularização de créditos à habitação, Aqua Mortgage, no montante de 233 milhões de euros, operação que se revelou de grande oportunidade tendo em conta a crise vivida com uma amplitude inédita nas últimas décadas, que contribuiu para uma melhor gestão de tesouraria e reforçou a capacidade de superação das dificuldades decorrentes da escassez de fundos.

O negócio do Banco continua apoiado, entre outras, na sua rede tradicional de Balcões e no Homebanking, que vem beneficiando da permanente melhoria das suas funcionalidades e que tem merecido acolhimento muito favorável por parte dos nossos clientes, de entre os quais há a registar com assinalável destaque os clientes Empresas.

Em matéria de organização, reviram-se os diversos normativos internos na área do crédito, o Regulamento Geral de Crédito e o Regulamento Geral de Pricing, adaptando-os à evolução verificada na estrutura comercial e às condições do mercado.

Na área do risco procedeu-se à revisão do Manual de Procedimentos sobre Imparidade de Crédito e sujeitou-se a entidade externa de conceituada reputação o trabalho de validação do novo modelo interno de Notação de Risco de Crédito, que obteve aprovação.

Ainda em matéria de organização e em consequência da implementação do Programa CRESCERE supra referido, a estrutura orgânica do Finibanco sofreu importantes transformações, ajustando-a em função dos objectivos que foram definidos.

Antes de mais, criaram-se dois órgãos de “staff” da Comissão Executiva:

- Um Comité de Direcção do Programa CRESCERE, composto por seis elementos da Direcção do Banco e coordenado por um deles, com dedicação exclusiva, que tem por função essencial a implementação e o acompanhamento de todos os projectos constantes do programa e garantir a sua execução nos prazos estabelecidos. Compete-lhe ainda prestar assistência às equipas de detalhe constituídas para concretização dos projectos e dar periodicamente conhecimento à Comissão Executiva da sua evolução, dos constrangimentos encontrados e do grau de resolução de cada um deles;
- Um Comité de Marketing e Cross-Selling composto pelos responsáveis das diversas áreas comerciais do Finibanco e por um dos Administradores das Participadas Finivalor, Finicrédito, Finibanco Vida e Finisegur e coordenado pelo Administrador do Finibanco, com o pelouro comercial, competindo-lhe a implementação e o acompanhamento da estratégia de marketing adoptada, nas vertentes de produtos, campanhas, comunicação e rentabilidade.

Redefiniu-se ainda a tipologia da estrutura orgânica do Finibanco e a sua distribuição por grandes áreas funcionais:

Na área comercial, extinguiram-se as Direcções Comerciais existentes e criaram-se Direcções Comerciais Regionais, Centros de Empresas, coordenadas por Direcções de Segmento nas áreas funcionais de Negócios e Particulares, de Empresas e de Corporate, com vista a imprimir-lhe maior dinamismo e funcionalidade. Procedeu-se ainda à redefinição do conteúdo orgânico e funcional das Direcções de Private Banking e de Promotores de Negócios.

Na área de Meios, extinguiram-se diversos órgãos de retaguarda e colocou-se:

- O conteúdo funcional da gestão imobiliária e instalações, aprovisionamento e logística, controlo operacional e “service desk”, na Direcção de Logística;
- A gestão de serviços e operações bancárias, o controlo operacional e a gestão de informações, na Direcção de Operações;
- A gestão de organização, a análise funcional, a gestão do normativo e comunicação interna, a gestão de qualidade e a implementação de soluções, na Direcção de Organização.

Aproveitou-se ainda a oportunidade para promover a revisão/definição do conteúdo orgânico e funcional das áreas de recursos humanos, de sistemas de informação, de logística, de organização e de operações.

A área de marketing passou a englobar a comunicação e imagem na nova Direcção de Marketing que foi criada.

A auditoria e controlo interno passou também a designar-se por Departamento de Auditoria Interna Corporativa e foi integrada na estrutura da Holding, com âmbito transversal a todo o Grupo.

No que respeita à actividade comercial, os negócios evoluíram favoravelmente até meados do exercício, não obstante os constrangimentos que já se faziam notar desde o final de 2007.

No primeiro semestre registaram-se acréscimos de 24,8% na carteira de crédito bruta e de 15,4% nos recursos totais de clientes, situação que se alterou na segunda metade do exercício por força do agravamento da crise instalada, mais notória no terceiro trimestre.

No final do ano, o ritmo de crescimento reduziu-se substancialmente, fixando-se em cerca de metade, 13,7%, o crédito bruto e em um quarto, 2,3%, o dos recursos de clientes.

Para o exercício de 2009 o Finibanco elegeu um conjunto de objectivos orientadores da sua acção, certamente exigentes, tendo em conta as dificuldades que se lhe deparam, mas também por isso motivadoras, de que se destacam as seguintes:

- A optimização da gestão da base de capital, reforçando o TIER 1 e salvaguardando o adequado rácio de solvabilidade;
- O reforço da liquidez, dando prioridade à captação de recursos domésticos na rede de Balcões e à estruturação de operações de activos para colateralizar financiamentos junto do BCE ou de outras Instituições;
- A rentabilidade dos capitais próprios, calculada na base da taxa de 17,5% e espelhada no “pricing” das operações e no custo da componente dos fundos próprios, decorrente da exigência do rácio de solvabilidade;
- O reforço da rede de Promotores de Negócios, elevando-a para 800 Promotores activos, e a introdução de novas funcionalidades na rede Net-Banking;
- O enfoque da actividade nos sectores mais dinâmicos, de forma a posicionar o Finibanco como uma Instituição de relação, moderna e inovadora, acessível e dotada de excelência;
- O incremento do produto bancário e do controlo dos custos, através, designadamente, da dinamização de produtos âncora, da inovação em produtos e “packaging” da diferenciação de ofertas por fase de ciclo de vida ou sector, do desenvolvimento de “bundles”, do aumento da prestação de serviços, do aproveitamento das oportunidades de desintermediação que se nos deparam, do controlo sistemático dos custos e da reorganização da estrutura;
- A melhoria da competitividade, com suporte no relacionamento com o cliente e na qualidade dos produtos disponibilizados e dos serviços prestados;

- A gestão de riscos, assumindo uma postura tendencialmente mais conservadora; obtendo a homologação dos modelos de quantificação de riscos, no âmbito de Basileia II e operacionalizando a sua utilização diária, impondo maior rigor nas fases do processo de gestão do risco de crédito: selectividade na originação, rigor na avaliação do risco, das garantias e do “pricing”, alinhamento da decisão com os objectivos, as políticas e as estratégias, melhor acompanhamento da carteira e maior agressividade na recuperação; adoptando sistemas de financiamento e de “pricing” orientados para a qualidade e discriminantes na alocação de fundos próprios, alinhados pelo normativo de Basileia II, e na transferência de fundos alheios em função do risco, etc;
- A dinamização da gestão de activos sem rendimentos, com recurso a novos métodos;
- A assunção de uma postura socialmente responsável a todos os níveis, baseada em atitudes ética e deontologicamente correctas na condução dos negócios e na adopção de procedimentos coerentes com os objectivos sociais da comunidade, actuando dentro do quadro legal e regulamentar, prevenindo tentativas de lavagem e branqueamento de capitais e usando a função creditícia com base na qualidade dos projectos, aferidos pelos grandes desígnios comunitários.

2.2 Modelo de Negócio

A origem do Grupo Finibanco remonta a 1989, data da fundação da Finindústria-Sociedade de Investimentos e Financiamento Industrial, SA.

Em 9 de Junho de 1993 aquela instituição financeira foi formalmente transformada em Instituição de Crédito, com a denominação social de Finibanco, SA.

Em 27 de Junho de 2001, o Finibanco, SA transformou-se em sociedade gestora de participações sociais, com a denominação de Finibanco-Holding, SGPS S.A., altura em que, simultaneamente, foi criado um novo Finibanco, SA, detido a 100% pela Holding, o qual recebeu do anterior o negócio bancário e a generalidade dos seus activos e passivos.

O Finibanco, SA realiza todas as operações que por lei são permitidas aos Bancos, desenvolvendo a sua estratégia de banca universal e trabalhando os segmentos de Particulares e de Pequenas Empresas, procurando disponibilizar-lhes vantagens competitivas e assumidamente diferenciadoras.

Para o efeito apoia-se numa rede de Balcões dispersas por todo o país, em duas sucursais financeiras exteriores, uma na Madeira e outra nas Ilhas Cayman, na rede de Promotores de Negócios e no Homebanking, cujas funcionalidades vêm sistematicamente melhorando.

Estratégia e Objectivos

O Finibanco tem por objectivo a prestação de um serviço de qualidade e a disponibilização de uma vasta gama de produtos e serviços financeiros, apoiando a sua actuação nas redes de distribuição supra referidas.

No desenvolvimento da sua acção procura nas abordagens que faz ao mercado, nos segmentos Negócios de Particulares e Pequenas e Médias Empresas, formular propostas de valor diferenciadas, adequando-as às características de cada cliente, capazes de dar resposta às questões apresentadas e às suas necessidades próprias.

Por outro lado, procede à análise frequente da evolução do mercado e, em função do conhecimento obtido da situação presente nos diferentes segmentos, desenvolve a sua oferta de produtos e serviços adequados às necessidades identificadas.

No início do exercício de 2008 e em matéria de estratégia comercial, definiram-se linhas de actuação visando:

- A optimização da gestão da base de capital reforçando o TIER 1 e salvaguardando-se o adequado rácio de solvabilidade;
- A rentabilidade dos capitais próprios, num mínimo de 15%;
- A continuação do reforço das redes de distribuição, quer através da abertura de novos Balcões tradicionais, quer da criação de novas funcionalidades no Net-Banking;
- O desenvolvimento de acções tendentes à melhoria da formação do elemento humano, à criação de produtos e serviços de qualidade ajustados à segmentação do mercado, à utilização de melhores tecnologias e ao aumento da transparência nos preços, com vista ao incremento da competitividade na relação com o cliente;
- O controlo dos custos e o incremento do produto bancário, em termos compatíveis com o alargamento das redes de distribuição;
- O desenvolvimento da desintermediação financeira, como forma de obter um crescimento sustentável nesta vertente de negócio apesar de os tempos que se avizinham não se mostrarem muito favoráveis nesta matéria;
- Melhorar a gestão dos riscos, entre outros, através da assunção de uma postura tendencialmente mais conservadora, e da homologação dos modelos de quantificação, no âmbito de Basileia II;
- Dinamizar a gestão de activos sem rendimento;
- A assunção de uma postura deontológica e socialmente responsável, adoptando procedimentos coerentes com os objectivos sociais da comunidade.

2.3 Banca Comercial

Apoiando genericamente a sua acção na cada vez maior rede de Balcões e nas redes complementares abaixo referidas, a Banca Comercial é constituída pela Banca de Empresas, agrupada em Centros de Empresa, e pelas Direcções Comerciais, desenhadas em função das grandes regiões do país e encimadas pelas respectivas Direcções de Segmento.

Umás e outras, desenvolveram as suas acções em perfeita complementaridade e em obediência a regras definidas, no que respeita à captação de recursos, e do que se encontra estabelecido no Regulamento Geral de Crédito, em matéria de aplicações.

A Banca Comercial, no seu conjunto, através das referidas redes tradicional, Homebanking, Banca Telefónica e ainda na rede de Promotores de Negócios, esta naturalmente em menor escala, angariou um total de recursos no montante de 2.776,9 milhões de euros e concedeu crédito (bruto) num total de 2.343,8 milhões de euros, apresentando estes valores crescimentos de 2,3%, no primeiro caso, e de 13,7%, no segundo, performance que se nos afigura muito significativa, tendo em conta a conjuntura económica que se instalou no mercado e vai continuar.

Por força do esforço desenvolvido no alargamento da rede tradicional, a Banca Comercial do Finibanco angariou 29.577 novos clientes, o que representa uma média de 172 por Balcão, e constitui 11,4% mais do que o número de clientes angariados no exercício anterior.

O crédito concedido (líquido de imparidade) distribuiu-se pelos seguintes sectores mais representativos:

	2008	2007
Crédito a Particulares	27,3%	28,0%
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	19,5%	19,5%
Comércio, Restaurantes e Hotéis	18,6%	18,8%
Serviços	5,4%	13,3%
Produtos Metálicos, Máquinas e Materiais de Transporte	3,3%	3,4%
Têxteis, Vestuário e Calçado	1,9%	2,6%
Madeira, Cortiça e Papel	1,9%	2,2%
Empresários em Nome Individual	1,8%	1,8%
Alimentação, Bebidas e Tabaco	1,8%	1,4%
Indústria Química e Actividades Conexas	1,3%	1,4%

De assinalar a redução significativa do peso relativo do Sector de Serviços, de Crédito a Particulares e dos Têxteis, Vestuário e Calçado, certamente em resultado dos efeitos da crise.

Para além do aumento do peso relativo registado na Alimentação, Bebidas e Tabaco, a evolução dos restantes sectores não merece referência especial.

2.3.1 Banca de Empresas

A Banca de Empresas trabalha o universo de empresas e de empresários em nome individual, com um volume de negócios superior a 2,5 milhões de euros anuais e exposição potencial igual ou superior a 250 mil euros.

Apoiada na rede de distribuição do Banco e em nove grandes centros integrados nas respectivas Direcções Regionais, a Banca de Empresas, no respeito pelas normas estabelecidas, designadamente em matéria de risco e de uso de poderes de decisão, procede à análise das solicitações de crédito que lhe são formuladas, gere o risco, faz o acompanhamento do crédito concedido e vela pela sua normal evolução.

A Banca de Empresas concedeu e geriu 40,3% do total da carteira de crédito e captou 14,2% dos recursos.

2.3.2 Banca de Negócios e Particulares

Trabalhando em complementaridade com a Banca de Empresas e igualmente apoiada nas redes de distribuição do Finibanco, a Banca de Negócios e Particulares desenvolve a sua actividade junto de clientes particulares, institucionais, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual com volume de negócios anual inferior a 2,5 milhões de euros e exposição potencial inferior a 250 mil euros.

Procede ainda à análise das solicitações de crédito e de outras operações que lhe são apresentadas, designadamente em termos de risco, no total respeito pelas normas dos Regulamentos instituídos, e faz o acompanhamento do crédito concedido.

Cabe aqui referir que até à data deste Relatório, a Banca de Negócios e Particulares angariou 8.360 novos clientes, o que representa mais 369 clientes/mês do que a média registada no exercício em análise.

A Banca de Negócios e Particulares detinha no final do exercício 59,7% do crédito concedido e angariou 85,8% dos recursos.

2.4 Banca de Investimentos

2.4.1 Private Banking

O Private Banking desenvolveu a sua actividade num enquadramento económico e financeiro jamais visto, na medida em que à crise de mercados iniciada em 2007 se juntou uma crise de liquidez, ambas sem precedentes, nas últimas décadas.

Com este enquadramento anormalmente adverso, mantivemos a estratégia delineada para o Private Banking e implementada há vários anos, que consiste em prestar um serviço de excelência, reposicionando permanentemente os conhecimentos e as competências do pessoal envolvido neste tipo de negócio e privilegiando a defesa dos interesses do cliente, na preservação do património e na criação de valor.

Certamente que o facto de os nossos clientes encontrarem da nossa parte a atenção que merecem e a oferta de produtos específicos, de qualidade e adequados aos perfis de risco, com “portfolio” permanentemente monitorizado, *reporting* fácil de ler e entender, confiança, transparência, eficiência e disponibilidade, terão contribuído para que o ano se saldasse por um crescimento sustentado da actividade e pela captação de clientes, não obstante em 2008 se haver registado um ciclo anormalmente negativo nas Bolsas e nos mercados financeiros, com as consequências conhecidas a nível mundial.

A queda brutal das cotações bolsistas corrida trouxe como consequência que os produtos de gestão patrimonial e as carteiras de risco tivessem sofrido uma natural e inevitável desvalorização. Apesar de tudo, releva-se que a percentagem média de recursos sob gestão afecta ao risco, por carteira, se revelou manifestamente cautelosa, como se impunha, nas condições de mercado vigentes.

O lançamento de produtos inovadores de curto e médio prazo, com capital garantido na maturidade e rentabilidade variável, teve forte aceitação dos nossos clientes, naturalmente receptivos ao investimento em produtos sem risco de capital.

Ninguém espera que conjunturalmente 2009 se apresente como um ano fácil, mas estamos determinados a continuar a crescer, nesta e noutras áreas, lenta mas firmemente, como todos os anos se tem verificado.

2.4.2 Mercado de Capitais

No decurso do exercício, foram estruturados e colocados:

- Instrumentos de Captação de Aforro Estruturado, constituídos por um depósito a prazo a 6 meses e pela subscrição de unidades de participação de vários fundos de investimento mobiliário (Finicapital, Finiglobal e Finifundo Acções Internacionais) e imobiliário (Finipredial) geridos pela Finivalor, no montante de 39.191 mil euros;
- Várias Aplicações Financeiras, exclusivamente dedicadas ao específico segmento do Private Banking;
- Vários Empréstimos Obrigacionistas para o Finibanco-Holding, SGPS S.A., no montante de 108.000 mil euros;
- Uma emissão de obrigações de caixa subordinadas para o Finibanco, SA com um 1.º cupão fixo e os restantes indexados à Euribor a 6 meses, num total de 10.363 mil euros.

Durante este exercício, e de acordo com as condições previamente estipuladas nas respectivas fichas técnicas foram reembolsados os empréstimos obrigacionistas “FNB Índices 06/08 e “Finibanco VarFix”. Este último pagou anualmente aos seus detentores uma remuneração de 5,4% desde o ano de 2001.

No total, o montante de obrigações amortizadas e de outros produtos estruturados emitidos pelo Finibanco (exclui produtos com unidades de participação em fundos de investimento) ascendeu a 19.781 mil euros (das quais 9.976 mil euros eram obrigações subordinadas), enquanto o de novas emissões se cifrou em 17.663 mil euros (inclui 10.363 mil euros de subordinadas).

Durante o ano, o Finibanco também participou em diversos Programas de Papel Comercial e *Private Placements*.

2.5 Área Financeira e Internacional

Nos primeiros meses de 2008 o aumento dos prémios de risco nos mercados de capitais, tanto de contraparte como de liquidez, tornou mais difíceis as condições em que as Instituições se conseguiam financiar, reflectindo-se num aumento generalizado dos custos de financiamento da economia.

No sentido de dar resposta à escassez de liquidez, a Reserva Federal dos EUA reduziu, no primeiro semestre do ano, a sua taxa de referência por quatro vezes, num total de 225 pontos base, de 4,25 para os 2 por cento.

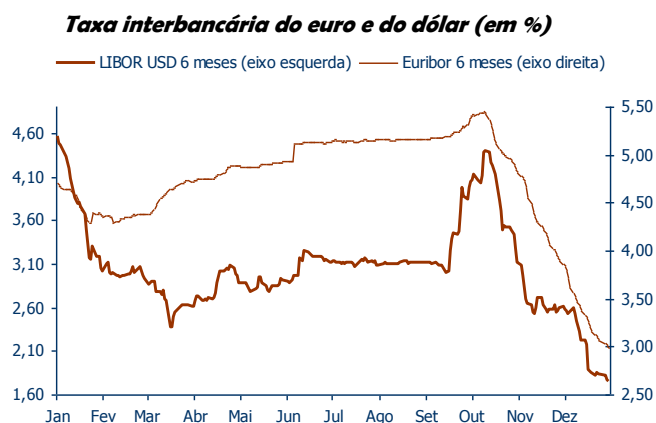
Já o BCE, que vinha subindo as taxas de juro desde Dezembro de 2005, manteve-as inalteradas até Julho de 2008, altura em que procedeu à subida das taxas directoras em 25 pontos base, para 4,5 por cento, com vista a evitar os efeitos de segunda ordem generalizados e a contrariar os crescentes riscos ascendentes para a estabilidade de preços.

A partir de Julho de 2008, observou-se uma acentuada correcção em baixa dos preços das matérias-primas, em particular do petróleo, após o fortíssimo aumento verificado desde 2007. Este facto conduziu à inversão das expectativas de inflação.

Em Setembro, o agravamento da instabilidade do sistema financeiro, associado aos problemas de balanço de algumas instituições financeiras, justificou a intervenção das autoridades monetárias, acelerando o ritmo de alívio da política monetária.

Neste enquadramento, no dia 8 de Outubro, numa acção concertada, seis Bancos centrais, entre eles, o BCE, a Reserva Federal dos EUA e o Banco de Inglaterra, baixaram em 50 pontos base as taxas de juro de refinanciamento, para 3,75, 1,5 e 4,5 por cento, respectivamente.

Até ao final do ano, o BCE baixou a sua taxa mais duas vezes, para 2,5 por cento, o Banco de Inglaterra terminou o ano com a sua taxa directora nos 2 por cento e a Reserva Federal dos EUA decidiu baixar a Fed Funds Target Rate para um intervalo entre zero e 0,25 por cento, o que constitui um novo mínimo histórico.



Fonte: Reuters EconWin

As taxas de juro do mercado monetário interbancário seguiram, até meados de Outubro, uma tendência ascendente, com a taxa Euribor a 6 meses a atingir 5,44 por cento, em resultado da crise de confiança e de liquidez que se instalou nos mercados financeiros, tendência que apenas foi invertida com as diferentes medidas e acções concertadas por partes dos bancos centrais das principais economias mundiais.

No mercado cambial, o euro prosseguiu a sua valorização face ao dólar, até meados de Julho de 2008, invertendo essa tendência nos meses seguintes, até meados de Dezembro, altura em que o Euro voltou novamente a apreciar face à moeda norte-americana. Em 2008, o euro/dólar registou um novo máximo histórico, ao atingir, no dia 15 de Julho, a marca de 1,6038.

Taxa de câmbio do dólar face ao euro



Fonte: Reuters EconWin

Em 2008, e após um processo de avaliação, foi atribuída pela Fitch Ratings ao Finibanco a notação de BBB-, com *outlook* estável. Tendo em conta a conjuntura actual, foi com satisfação que o Finibanco acolheu a notação de *Investment Grade* atribuída por uma conceituada e independente agência internacional de rating.

Foi realizada a primeira operação de securitização de crédito a habitação, 'Aqua Mortgage No. 1', num total de 233 milhões de euros, o que permitiu ao Finibanco obter liquidez junto do BCE, através dos seus leilões e operações de refinanciamento. Esta operação de securitização contribuiu para a contenção do custo de financiamento do Finibanco, numa altura em que as taxas praticadas nos mercados monetários eram consideravelmente superiores.

A Direcção Financeira e Internacional foi ainda responsável pela coordenação do projecto de reestruturação de métodos e procedimentos nas áreas de investimento e mercados de capitais, levado a cabo pela Ernst & Young.

A actividade do Gabinete de Relações Internacionais foi marcada pela promoção e manutenção de relações entre o Finibanco e outras Instituições financeiras nacionais e internacionais, assim como pela renegociação de acordos importantes, dos quais se destacam os acordos com a International Swaps and Derivatives Association (ISDA) e os acordos de Cash-Letter.

Iniciou-se, no final de 2008, a actualização do sistema informático utilizado pela Unidade de Sala de Mercados, para uma nova versão. As rigorosas normas internas relativas ao risco de liquidez e cambial foram escrupulosamente cumpridas.

2.6 Gestão do Risco

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

O processo de gestão do risco tem como pilar o Conselho de Administração, primeiro responsável na identificação e controlo dos riscos. No âmbito da Comissão de Gestão de Activos e Passivos são analisados riscos relacionados com a gestão do balanço, nomeadamente o risco de liquidez e risco de taxa de juro. Ao Comité de Investimentos, compete a avaliação da conjuntura macroeconómica global, a proposição das linhas de estratégia de investimentos em valores mobiliários, a análise do comportamento dos mercados e dos seus distintos segmentos e a oportunidade da efectivação de negócios. Ao nível do risco de crédito, existem diversos órgãos responsáveis pela sua gestão, nomeadamente:

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial, e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na nossa actividade.

Os objectivos, políticas e estratégias da gestão do risco de crédito encontram-se consubstanciadas em documento próprio emanado do Conselho de Administração e configuram as linhas mestras de actuação nesta área. Nele se referem, nomeadamente, segmentos, sectores, produtos ou tipologia das operações a privilegiar, sempre assentes nos princípios da diversificação, segurança, rentabilidade, liquidez, avaliação do risco de crédito e colegialidade na decisão de crédito.

A gestão do risco de crédito no Finibanco tem como base o Regulamento Geral de Crédito, onde estão estabelecidos os princípios, as regras e a organização do processo de concessão de crédito, assentes na independência nas diversas fases do processo creditício: análise, aprovação, acompanhamento das operações e monitorização da carteira.

A análise do risco de crédito tem por base a avaliação do cliente, o “rating”, o produto, as garantias/colaterais, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente decisão fundamentada em apreciação que pondere, de forma equilibrada, os factores subjectivos e objectivos.

Para a classificação e avaliação do risco dos clientes-empresa, o Finibanco dispõe de um sistema interno de classificação de risco que incorpora as componentes qualitativa e quantitativa, com avaliação da posição do sector em que a empresa se insere.

O Finibanco desenvolveu um novo modelo de notação de risco empresas que introduz, além das componentes quantitativa e qualitativa, a componente comportamental, já submetida a avaliação e aprovada por entidade independente.

Para o crédito pessoal, crédito à habitação e cartões de crédito, a avaliação do perfil de risco dos clientes é efectuada através do sistema de “Credit Scoring”, com módulos específicos para cada tipo de crédito. Como ferramenta de apoio à decisão, o sistema de “Credit Scoring” é uma técnica que procura medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento, construído com base num conjunto de informações tidas como relevantes para se aferir da solvabilidade associada ao mesmo.

No Finibanco, está implementado um sistema electrónico de gestão e concessão de crédito, sistema operacional que integra todo o processo de decisão de crédito nas suas várias actividades: propositura, apreciação e decisão, controlando os momentos da formalização e do processamento, com benefícios significativos na diminuição do risco operacional, na maior celeridade na decisão e no registo de informação.

No documento “Regulamento Geral de Pricing”, estão definidos os princípios para a fixação das taxas a praticar, bem como a delegação de competências para a respectiva aprovação. Como base do processo de decisão, é utilizado um sistema de “pricing” e risco que, em função do risco de cada operação de crédito, calculado por metodologia interna e traduzido em nível de alocação de fundos próprios, indica o preço a praticar que garanta a rentabilidade-objectivo internamente definida para os capitais próprios.

O acompanhamento das operações de crédito, está no âmbito do Gabinete de Imparidades de Crédito, que tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira actual de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vivo, vencido e vincendo.

No âmbito do crédito vivo, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende identificar antecipadamente clientes com elevada probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades e prevenir situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende tipificar atempadamente o nível de gravidade de incumprimento dos clientes, propondo, em conformidade, a sua transferência para os serviços de recuperação.

No processo de monitorização, para além do acompanhamento individualizado por operação e por cliente, procede-se à análise regular da qualidade e da estrutura da carteira de crédito. Assim, exerce-se vigilância sobre a concentração de responsabilidades, nomeadamente sectorial, por área geográfica, por cliente, por tipo de produto, por notação de risco, por tipo de garantia associada e por maturidade, entre outras. Procede-se à avaliação dos activos recebidos como garantias/colaterais das operações de crédito, de forma a garantir as coberturas desejadas. Paralelamente, analisa-se a evolução do crédito vencido e respectivas recuperações, o grau de cobrabilidade estimado e a adequação das provisões constituídas.

Está também implementado um modelo interno de avaliação da qualidade da carteira de crédito das diferentes unidades de negócio através do qual, partindo da análise das características das operações de crédito, se calcula o capital económico adequado ao nível de risco incorrido. Com utilização da metodologia RAROC, é apurada a rentabilidade de cada “portfolio” em função do respectivo risco.

Estão disponíveis sistemas de alerta para situações atípicas, destinados à estrutura comercial, a quem também são disponibilizados, com actualização diária e possibilidade de consulta via intranet, diversos indicadores caracterizadores da carteira de crédito, nomeadamente posição diária, saldos médios mensais, taxas médias, crédito vencido e provisionamento. Dispõe-se, ainda, de informação diária, também via intranet, das situações de incumprimento.

Nos casos de incumprimento e cumpridos os prazos limite de permanência nesta condição no âmbito das Direcções Comerciais, procede-se à transferência dos créditos para o Serviço de Recuperação e Contencioso, órgão que empreende todas as acções necessárias à recuperação do crédito.

Exposição em Risco

O quadro seguinte evidencia o montante máximo de exposição ao risco de crédito, por classe de activos. Os montantes apresentados são líquidos de provisões e imparidades.

Mil €		
Exposição total a risco de crédito		
	31-12-2008	31-12-2007
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	75.377	35.632
Disponibilidades em outras instituições de crédito	48.062	56.216
Activos financeiros detidos para negociação	4.698	3.952
Activos financeiros disponíveis para venda	32.920	27.433
Aplicações em instituições de crédito	269.893	330.067
Crédito a clientes	2.324.039	2.035.980
Outros activos	9.316	11.262
Sub-total	2.764.305	2.500.542
Passivos contingentes	106.995	104.612
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	169.301	184.931
Sub-total	276.296	289.544
Exposição total a risco de crédito	3.040.601	2.790.086

Concentração de Risco – Sectorial

O quadro seguinte mostra uma análise sectorial da carteira de crédito a clientes. Os valores evidenciados correspondem à exposição máxima para o crédito por desembolso (“portfolio” líquido de provisões e imparidades), antes e depois do efeito mitigador dos colaterais associados.

Concentração risco de crédito por desembolso e assinatura				
Sector de actividade	31-12-2008		31-12-2007	
	Exposição máxima		Exposição máxima	
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
Agricultura, Silvicultura e Pescas	24.931	11.461	27.362	15.574
Alimentação, Bebidas e Tabaco	41.678	31.112	29.135	23.057
Comércio, Restaurantes e Hotéis	429.572	274.781	381.892	288.001
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	451.023	182.963	394.445	192.140
Electricidade, Água e Gás	940	673	1.105	1.105
ENIS	41.069	26.113	35.515	23.731
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transf.	29.858	15.866	25.645	17.492
Indústria Química e Actividades Conexas	30.358	23.667	29.392	24.954
Indústrias Extractivas	13.680	6.683	15.485	13.402
Intermediação Financeira, Seguros e Pensões	261.839	249.298	5.448	4.657
Madeira, Cortiça e Papel	44.637	37.743	44.627	39.258
Metalúrgicas de Base	6.149	4.725	7.100	5.519
Outros	1.236	582	1.623	850
Papel, Artes Gráficas e Editoriais	12.850	7.022	16.243	14.590
Particulares	630.492	144.096	567.061	186.920
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	75.572	53.875	67.998	54.939
Produtos Minerais não Metálicos	23.073	14.908	26.262	19.403
Serviços	124.673	71.770	270.620	235.392
Têxteis, Vestuário e Calçado	44.196	31.066	52.169	42.593
Transportes e Actividades Conexas	25.320	14.376	28.037	19.567
Sub-total	2.313.144	1.202.779	2.027.165	1.223.145
Passivos contingentes	106.995	81.679	104.612	71.599
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	169.301	140.781	184.931	166.533
Sub-total	276.296	222.459	289.544	238.132
Exposição total a risco de crédito *	2.589.440	1.425.239	2.316.709	1.461.277

* Excluída de proveitos a receber no total de 10,90 milhões de euros em 2008, e 8,82 milhões de euros em 2007.

O tipo e valor dos colaterais/garantias exigidos na aprovação das operações de crédito dependem da avaliação do risco da contraparte. Os principais tipos de colaterais são os seguintes:

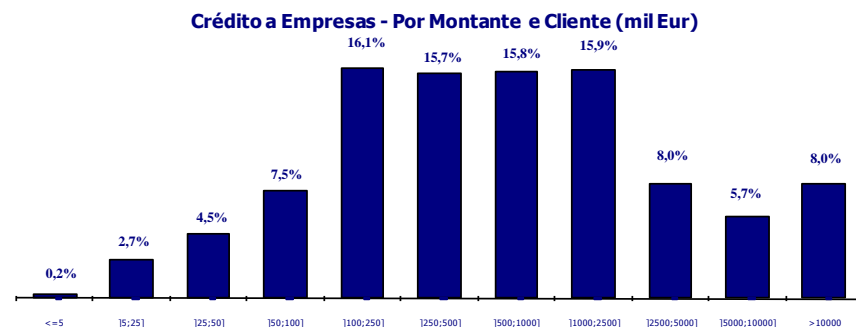
- Hipotecas
- Penhores de instrumentos financeiros
- Penhores de bens físicos

Nas diversas operações de crédito, também são obtidas garantias e avales que, no entanto, não estão reflectidos no quadro anterior.

A exposição a entidades não residentes representa menos de 1% da exposição total a risco de crédito.

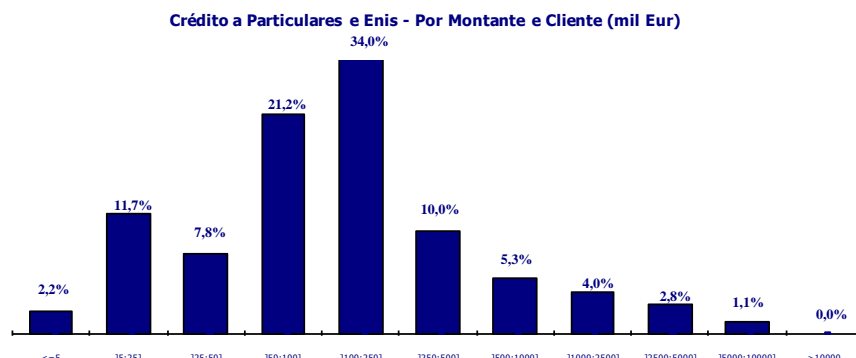
Concentração de Risco – Montantes

Os gráficos seguintes permitem observar a concentração por montante de crédito concedido, por tipo de cliente.



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes empresa, existe um elevado grau de diversificação por escalão de montantes, nomeadamente nos quatro escalões situados entre 100 mil euros e 2.500 mil euros. Esta distribuição reflecte o peso das PME's no "portfolio" de crédito a empresas. O escalão com maior relevância tem 16,1% do total da exposição, e diz respeito a clientes com montantes entre 100 mil euros e 250 mil euros.



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes particulares, 34,0% da exposição encontra-se em clientes com montantes entre 100 mil euros e 250 mil euros, reflectindo a relevância do crédito imobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2008, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte ascendia a 164,7 milhões de euros, sendo esta uma entidade do grupo. A maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte não pertencente ao grupo ascendia a 27,3 milhões de euros antes de colaterais e 4,0 milhões de euros depois de colaterais (21,1 milhões de euros, antes e depois de colaterais, em 31 de Dezembro de 2007).

O montante de crédito a clientes desagregado por notação interna de risco, é o que a seguir se indica:

mil Eur

Crédito a clientes bruto por notação de risco *		
	31-12-2008	31-12-2007
A	20.441	13.677
B	140.511	135.850
C	435.712	377.147
D	538.085	503.221
E	192.677	168.948
Sem notação	334.464	251.213
Sub-total Empresas	1.661.891	1.450.056
Particulares	681.911	611.472
Total	2.343.802	2.061.529
(dos quais com indícios de imparidade individual)	31.384	11.500

* Rubrica de crédito a clientes bruto, excluída de proveitos a receber no total de 10,90 milhões de euros em 2008, e 8,82 milhões de euros em 2007.

O montante de créditos renegociados desagregado por tipo de cliente em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é como a seguir se indica.

Mil €

Tipo de Cliente	31-12-2008	31-12-2007
Empresas	14.929	11.696
Particulares	4.906	3.059
Total	19.835	14.755

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2008 é como segue:
a seguir se indica:

Mil €

Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	5.152	459	307	520	6.438
3 - 6 m	5.365	938	247	454	7.005
6 - 9 m	5.373	952	520	504	7.349
9 - 12 m	5.027	577	258	471	6.333
12 - 15 m	3.463	790	515	347	5.115
15 - 18 m	1.721	460	488	76	2.745
18 - 24 m	4.531	250	1.553	621	6.955
24 - 30 m	2.226	241	482	95	3.044
30 - 36 m	535	66	891	65	1.557
36 - 48 m	988	121	682	126	1.917
48 - 60 m	259	0	197	62	519
> 60 m	98	0	22	1	120
Juros vencidos a regularizar	483	159	98	36	776
Total	35.221	5.014	6.259	3.377	49.871

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascende a 18,3 milhões de euros.

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2007 consta do quadro seguinte:

mil Eur

Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	4.286	52	148	962	5.448
3 - 6 m	5.198	74	295	534	6.101
6 - 9 m	5.071	91	449	492	6.104
9 - 12 m	7.730	84	272	802	8.887
12 - 15 m	3.925	97	180	634	4.836
15 - 18 m	1.672	5	375	519	2.570
18 - 24 m	4.297	132	717	754	5.901
24 - 30 m	3.138	70	254	427	3.888
30 - 36 m	554	0	629	133	1.316
36 - 48 m	677	0	448	403	1.529
48 - 60 m	11	0	21	112	144
> 60 m	110	0	0	56	165
Juros vencidos a regularizar	298	34	59	96	487
Total	36.966	639	3.847	5.924	47.377

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascendia a 13,1 milhões de euros.

Mil €

Movimentos de provisões no período	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2007	25.538	519	3.062	5.245	34.364
Reforços	18.366	1.698	2.148	3.741	25.953
Utilizações	-18.801	-478	-222	-3.079	-22.580
Reversões e Recuperações	-4.805	-114	-782	-1.378	-7.079
Saldo 2008	20.297	1.624	4.207	4.529	30.657

Mil €

Movimentos de provisões no período	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2006	23.967	447	1.168	5.275	30.857
Reforços	17.277	376	2.216	2.936	22.805
Utilizações	-10.001	-217	-181	-2.814	-13.213
Reversões e Recuperações	-5.705	-87	-141	-153	-6.086
Transferências	0	0	0	0	0
Saldo 2007	25.538	519	3.062	5.245	34.364

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais, em função de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios e cotações e índices).

No que respeita ao risco de cotações, diariamente são produzidos mapas com a constituição e performance do “portfolio”. É também efectuado o cálculo do VaR – “*Value at Risk*” – segundo as directrizes do BIS, nomeadamente distribuição normal de variações dos preços, avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos, em função do comportamento passado.

As metodologias VaR, baseando-se em dados históricos, não capturam alterações nos factores de risco, podendo portanto subestimar a probabilidade de ocorrência de movimentos bruscos e acentuados nos mercados. Assim, são também quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de “stress”, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados.

mil Eur					
VaR	Final	Ano de 2008			31-Dez-07
		Média	Máximo	Mínimo	
Risco de Cotações e Índices	208,8	2.757,9	8.737,3	208,8	8.737,3
Risco Cambial	38,3	79,0	193,1	15,4	15,4
Total	247,1	2.836,9	8.752,6	247,1	8.752,6

A evolução verificada no risco de cotações explica-se pela redução dos montantes em carteira resultado do desinvestimento efectuado, bem como da diminuição generalizada dos preços de mercado dos títulos mantidos em carteira.

Relativamente ao risco de taxa de juro, são igualmente realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada e do cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.

mil Eur

Análise de sensibilidade	
Impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas juro	
31 de Dezembro de 2008	

Impacto na Situação Líquida	-12.734
Fundos Próprios	192.242
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	-6,6%

Impacto na Margem Financeira, a doze meses	-3.876
Margem Financeira	74.618
Impacto % na Margem Financeira anual	-5,2%

Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.

31 de Dezembro de 2007

Impacto na Situação Líquida	-4.490
Fundos Próprios	189.009
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	-2,4%

Impacto na Margem Financeira, a doze meses	-7.704
Margem Financeira	66.763
Impacto % na Margem Financeira anual	-11,5%

Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.

Sensibilidade da Situação Líquida					mil Eur	
<=6 Meses	6 - 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 Anos	Total		
-10.342	683	-785	-2.290	-12.734		

Procede-se ainda à análise de “gaps” de taxas de juro dos activos e passivos (desfasamento entre os prazos de revisão de taxas de juro), que permite detectar concentrações de risco de taxa de juro nos diversos prazos.

Risco Taxa de Juro - Gaps de Repricing/Vencimento
31 de Dezembro de 2008

	mil Eur					
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-184.751	-31.949	-44.763	46.455	17.903	10.312
Gap Acumulado	-184.751	-216.701	-261.464	-215.009	-197.106	-186.794

31 de Dezembro de 2007

(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-296.989	12.815	26.954	-11.886	13.094	1.549
Gap Acumulado	-296.989	-284.174	-257.220	-269.106	-256.012	-254.463

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado nos mercados monetários.

A responsabilidade da gestão do risco de liquidez assenta em 3 órgãos: o Conselho de Administração, a Comissão de Gestão de Activos e Passivos e a Direcção Financeira e Internacional.

Em documento específico sobre gestão do risco de liquidez, encontram-se definidos os objectivos, políticas, estratégias, estrutura de gestão e planos de contingência, bem como os princípios orientadores e recomendações emanados do Comité de Basileia.

A gestão da liquidez de curto prazo incide na análise de todos os fluxos previstos para um determinado horizonte temporal e na avaliação dos meios disponíveis para fazer face a eventuais necessidades de liquidez, e que passam fundamentalmente por:

- Valores à ordem junto do Banco Central e outras IC's
- Disponibilidade de linhas de crédito
- Detenção em carteira de instrumentos financeiros de elevada liquidez

É privilegiada a diversidade de fontes de financiamento e evitada a excessiva concentração numa contraparte. Às áreas comerciais são transmitidas com regularidade as orientações sobre quais os produtos a privilegiar, não apenas na busca do melhor combinação de produtos passivos como também nos produtos activos, de forma a potenciar futuras operações de titularização de créditos. De acordo com a regulamentação do Banco de Portugal, o Finibanco mantém disponibilidades junto daquela instituição que, no mínimo, correspondem a 2% dos passivos elegíveis.

No âmbito da gestão do risco de liquidez, e no que respeita à cobertura de activos de médio e longo prazo, o Finibanco continua a recorrer à emissão de obrigações de caixa e obrigações subordinadas e a titularização de activos

Em Dezembro de 2008, foi realizada uma operação de titularização de créditos à habitação, no montante de 233 milhões de Euros. Esta operação visou a transformação de activos ilíquidos em títulos aceites como colateral em operações de mercado aberto no âmbito do Eurosistema, reforçando assim a capacidade de obtenção de liquidez no curto prazo.

O ano de 2008 e, com especial relevância, o segundo semestre, foi um período anormalmente conturbado no que respeita ao tema da liquidez já que, em consequência da degradação das condições económicas, se assistiu a uma escassez generalizada de fundos e ao consequente aumento do custo associado.

Na estrutura de financiamento do Finibanco a rubrica com maior relevância é a dos depósitos de clientes, que representavam 76,3% do total do passivo em 31 de Dezembro de 2007 e 76,6% do total do passivo em 31 de Dezembro de 2008, mantendo assim o seu peso relativo na estrutura de financiamento e significando que a evolução desta rubrica acompanhou a evolução do balanço.

Em relação a 31 de Dezembro de 2007, os depósitos de clientes registaram um crescimento de 7,3%, acompanhando o crescimento do balanço. Focando a análise no segundo semestre do ano, os depósitos cresceram apenas 0,9% em relação a 30 de Junho de 2008, o que se explica por duas razões fundamentais:

- O total do balanço manteve-se nos níveis de 30 de Junho de 2008;
- O recurso a fontes alternativas de financiamento, nomeadamente, a partir do início do mês de Dezembro, as operações de mercado aberto no âmbito do Eurosistema que, em 31 de Dezembro, ascendiam a 60 milhões de euros.

No que respeita a recursos alheios de médio e longo prazo, o Finibanco tem vindo a recorrer à emissão de empréstimos obrigacionistas e a operações de titularização de créditos. Em 31 de Dezembro de 2008, o montante emitido de obrigações ascendia a cerca de 164 milhões de euros, com maturidades entre 2011 e 2018, pelo que não haverá necessidade renovar estas emissões nos próximos dois anos. Em 31 de Dezembro de 2008, o Finibanco mantinha uma operação de titularização de créditos colocada em investidores, no montante de 250 milhões de euros, sendo que a data de início do período de amortização da operação ocorrerá, apenas, em Junho de 2010.

A distribuição dos activos e passivos por prazos de maturidade, em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, apresenta-se como segue:

Mil €									
31-12-2008	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Subtotal até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos	Subtotal mais de 1 ano	Sem prazo definido	Total de balanço
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	121.947			121.947			0		121.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	48.062			48.062			0		48.062
Activos financeiros detidos para negociação				0			0	13.559	13.559
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	21.365	11.555	32.920	6.001	38.921
Aplicações em instituições de crédito	25.000	143.046	93.750	261.796	4.900		4.900	3.197	269.893
Crédito a clientes	21.542	554.928	563.175	1.139.644	457.107	696.259	1.153.365	31.030	2.324.039
Activos não correntes detidos para venda			23.637	23.637			0		23.637
Outros activos tangíveis				0			0	42.439	42.439
Activos intangíveis				0			0	2.173	2.173
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação				0			0		0
Activos por impostos correntes			2.523	2.523			0		2.523
Activos por impostos diferidos				0			0	9.491	9.491
Devedores por seguro directo e resseguro				0			0		0
Outros activos	3		7.1862	7.1865	28.174		28.174	17	100.056
Total do Activo	216.554	697.974	754.947	1.669.475	511.546	707.814	1.219.359	107.905	2.996.740
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação		60.000		60.000			0	8	60.008
Passivos financeiros detidos para negociação				0			0	27.422	27.422
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		4.100	2.200	6.300	35.637	118.034	153.671	(21.841)	138.130
Recursos de outras instituições de crédito	9.847	82.521	9.123	101.491			0	404	101.895
Recursos de clientes e outros empréstimos	485.242	1.105.648	538.764	2.129.654	67.784		67.784	21.589	2.219.027
Responsabilidades representadas por títulos				0			0		0
Passivos financeiros associados a activos transferidos				0	249.889		249.889		249.889
Provisões				0			0	21.994	21.994
Provisões técnicas				0			0		0
Passivos por impostos correntes			0	0			0		0
Passivos por impostos diferidos				0			0		0
Outros passivos subordinados				0	410	10.601	11.011		11.011
Credores por seguro directo e resseguro				0			0		0
Outros passivos			26.396	26.396		3.034	3.034		29.430
Total do Passivo	495.089	1.252.269	576.483	2.323.841	353.720	131.669	485.390	49.575	2.858.806
Activo - Passivo	(278.535)	(554.295)	178.464	(654.366)	157.825	576.145	733.970	58.330	137.934

	mil Eur								
31-12-2007	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Subtotal até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos	Subtotal mais de 1 ano	Sem prazo definido	Total de balanço
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.825			79.825			0		79.825
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.216			56.216			0		56.216
Activos financeiros detidos para negociação				0			0	76.726	76.726
Activos financeiros disponíveis para venda			6.024	6.024	9.469	11.940	21.409	45.808	73.241
Aplicações em instituições de crédito	56.415	143.853	12.160	321.868	4.900		4.900	3.299	330.067
Crédito a clientes	35.014	474.192	602.335	1.111.541	330.660	561.607	892.267	32.172	2.035.980
Activos não correntes detidos para venda			43.032	43.032			0		43.032
Outros activos tangíveis				0			0	38.312	38.312
Activos intangíveis				0			0	2.056	2.056
Activos por impostos correntes			2	2			0		2
Activos por impostos diferidos				0			0	1.284	1.284
Outros activos	3		67.137	67.140	31.065		31.065	143	98.348
Total do Activo	227.473	618.045	840.130	1.685.648	376.094	573.547	949.641	199.800	2.835.089
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação através de resultados		7.314	12.352	19.666	32.246	96.167	128.413	3.512	15.159
Recursos de outras instituições de crédito	15.726	74.962	19.550	110.238			0	605	110.843
Recursos de clientes e outros empréstimos	559.368	979.621	454.013	1.993.002	57.528		57.528	16.596	2.067.126
Passivos financeiros associados a activos transferidos				0	248.802		248.802		248.802
Provisões				0			0	21.444	21.444
Passivos por impostos correntes			7.212	7.212			0		7.212
Outros passivos subordinados				0		654	654		654
Outros passivos			32.809	32.809		1.855	1.855		34.664
Total do Passivo	575.094	1.061.897	525.936	2.162.927	338.576	98.676	437.252	70.470	2.670.649
Activo - Passivo	(347.621)	(443.852)	314.194	(477.279)	37.518	474.871	512.389	129.330	164.440

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

A implementação da plataforma de Gestão de Risco Operacional está a ser ultimada e é composta pelas seguintes funcionalidades, disponível na intranet do Grupo Finibanco:

- Recolha e formalização dos pareceres dos processos, riscos e estruturas orgânicas identificados no “Relatório de Identificação de Riscos Operacionais”, o qual é submetido à apreciação dos Chefes de Risco;
- Divulgação dos processos em portal, após aprovados pelos respectivos Chefes de Risco, com detalhe dos procedimentos, tarefas, sistemas e riscos, sediados na cadeia de valor da Instituição;
- Registo de eventos pelas estruturas orgânicas da Instituição, de acordo com as hierarquias de apreciação e decisão implementadas;
- Realização de questionários de auto-avaliação (Self Assessment), sobre todos os processos da Instituição, por interpelação às estruturas orgânicas, sobre a frequência e o impacto dos eventos históricos em que são e/ou foram intervenientes;
- Realização de relatórios de gestão, de forma a acompanhar os registos de custos operacionais, por tipo de risco e por processo, assim como as respectivas acções de mitigação;
- Gestão dos indicadores chave de risco (KRI's) utilizando o modelo de “balance scorecard”, parametrizando-o em função dos riscos sediados nos diferentes quadrantes;
- Identificação e monitorização dos controlos internos mitigantes dos riscos não financeiros mais relevantes (exposição ao risco) para as áreas funcionais de peso mais elevado.

2.7 Área de Operações e Sistemas de Informação

O trabalho desenvolvido no exercício de 2008 na área de operações e sistemas de informação, pode esquematizar-se nas seguintes vertentes:

- Gestão da relação com o prestador de serviços externos nesta matéria;
- Desenvolvimento de aplicativos operacionais e outras intervenções, na rede do Finibanco.

Assim, baseado nas melhores práticas processuais em uso e na relação contratual oportunamente assumida, processou-se o trabalho de colaboração diário com a IBM tendo em vista a resposta aos requisitos e às particularidades específicas do Finibanco.

Ainda no âmbito deste relacionamento procedeu-se ao ensaio do simulacro de uma situação de desastre ocorrida no sítio principal da localização das infraestruturas, trabalho que envolveu um conjunto de técnicos do Finibanco e da IBM e serviu para anotar importantes apontamentos sobre situações semelhantes que possam ocorrer.

Promoveram-se também tarefas de segregação de ambientes de desenvolvimento, certificação e produção no ISeries do AS400 e obteve-se uma significativa redução dos tempos de processamento de fim-de-dia.

No âmbito do Finibanco e no que respeita a infraestruturas, deu-se continuidade ao desenvolvimento do trabalho de consolidação dos servidores aplicativos e dos servidores de suporte infraestrutural, iniciado em 2007, procedeu-se à migração da estrutura de “email” (sistema central a clientes) baseado no projecto de comunicações unificadas e deu-se início à reestruturação da solução da rede corporativa, projecto de rede inteligente, para ligação de todo o Grupo.

No que toca ao desenvolvimento aplicativo, os nossos esforços foram orientados para os temas de canais, visando a redução de custos de transformação e dos tempos de negociação e de liquidação, para o “upgrade” tecnológico do “software” de suporte à actividade de custódia de valores mobiliários e para novas soluções de apoio à decisão de crédito, através da migração tecnológica do “workflow” da concessão de crédito, com vista a aplicar o processo de decisão, reduzindo o tempo inerente e aumentando a fiabilidade da decisão. Foram ainda desenvolvidas aplicações no sentido de obter a desmaterialização dos contratos de abertura de conta e de colocar em funcionamento o novo “front end” dos Balcões.

De referir, por último, a implementação de novas funcionalidades e do desenho do Homebanking no Finibanco em Portugal.

2.8 Recursos Humanos

O ano de 2008 fica indelévelmente marcado pelas decisões tomadas no sentido da mudança que se pretende transversal a todas as empresas do Grupo Finibanco.

Nesse sentido, a Instituição implementou um vasto projecto estratégico, designado pela sigla CRESCERE, o qual, mais do que contemplar simples alterações de processos, metodologias e estruturas formais, visa a transformação cultural da Organização, no sentido do crescimento, da melhoria de índices de eficiência e de níveis de rentabilidade.

Porque a mudança de processos, estruturas e metodologias só resulta quando acompanhada de idênticas mudanças comportamentais, de atitudes e de valores, que consubstanciam a envolvente cultural, a Direcção de Recursos Humanos, como factor essencial que é nesta matéria, empenhou-se nela com todo o entusiasmo, por se entender que o capital intelectual é dos activos essenciais para a obtenção do sucesso.

Nestes termos, nos diversos projectos estruturantes pensados para alcançar os objectivos definidos nas mais diversas áreas de actuação organizacional, desde a de negócio (banca de retalho, segmentos empresas, private, corporate), passando pelas estratégias de marketing, risco de crédito, até às áreas de back-office e de meios, a participação dos quadros do Banco, que continuam envolvidos nesta dinâmica de realização, constituiu um elemento fundamental para o fortalecimento da coesão interna e do espírito de pertença, ao mesmo tempo que se constituiu como um veículo privilegiado na disseminação dos valores corporativos, impulsionando os aspectos motivacionais e mobilizadores.

De par com estas medidas de fundo, manteve-se a preocupação com o acompanhamento dos recursos humanos, procurando ir de encontro aos seus anseios e expectativas.

Assim, revitalizaram-se alguns benefícios, nomeadamente os enquadrados no leque de serviços prestados pelo Banco aos seus clientes, criando-se, na globalidade, condições mais vantajosas para os colaboradores, consubstanciadas em preçário específico, com reduções de “spreads” nas taxas dos créditos à habitação e pessoal e entre outras, algumas isenções e redução de comissões.

Manteve-se a aposta na criação e na dinamização de uma cultura orientada para o sucesso, verificando-se mesmo o seu reforço, com a criação de medidas sistemáticas de apelo ao envolvimento, à participação e à realização, levadas a cabo pelos quadros directivos junto das respectivas equipas, a manutenção de estímulos para os melhores desempenhos, a monitorização permanente das performances e a atribuição de recompensa aos que evidenciam maior destaque.

No âmbito da formação, mas entendidas num sentido mais lato, levaram-se a cabo algumas iniciativas, umas de forma mais alargada, outras mais restritas, para quadros superiores da Instituição, procurando criar dinâmicas de participação e envolvimento no processo de mudança em curso, com o objectivo de disseminar a mensagem pelos quadros subalternos e, em cascata, por todos os trabalhadores.

No mesmo âmbito do envolvimento alargado, levou-se a cabo o programa “Crescere Juntos”, que visou estender às áreas de suporte o seu interesse na participação directa no negócio, fazendo apelo à angariação de novos clientes através da abertura de contas e atribuindo alguns estímulos, diferenciando os mais realizadores.

No plano técnico e regulamentar, deu-se enfoque à formação dos quadros comerciais, de forma a prepará-los para responder com eficácia aos crescentes desafios e às exigências da função, apostando-se em acções relativas ao conhecimento da nota do Euro, projecto que tem vindo a ser desenvolvido em parceria com o Banco Central, e ao processo de implementação do Quadro Comum para a Recirculação de Notas (QCR), criado pelo Decreto-Lei nº 195/2007, de 15 de Maio, que visa assegurar a integridade das notas de euro em circulação em Portugal.

No domínio da Responsabilidade Social, o Finibanco continuou a apoiar iniciativas de apoio à inserção na vida activa, através do estabelecimento de protocolos e parcerias com diversas entidades e institutos para a concessão de estágios, continuando a merecer destaque a ligação ao Instituto de Formação Bancária e à Fundação da Juventude.

A culminar um ano de actividade, realizou-se novamente o encontro nacional dos quadros do Banco, iniciativa considerada das mais mobilizadoras e gratificantes, com níveis de participação muito próximos dos 100%, onde, de par com um salutar convívio, propício ao fortalecimento de laços internos e ao estreitamento de relações entre colaboradores, se aproveitou o ensejo para os colocar ao corrente do rumo traçado, para efectuar o balanço do ano que estava a terminar e para dar nota das estratégias e objectivos traçados para os próximos anos.

Por fim, apresentam-se alguns indicadores relativos ao quadro de pessoal do Finibanco, que não poderão ser dissociados do esforço de redimensionamento e racionalização de quadros, de forma a posicionar a Instituição em patamar competitivo, só possível com o inegável esforço dos colaboradores, a melhoria de processos e de sistemas eficazes.

Em resultado de tudo isto, o quadro de pessoal do Finibanco situava-se, em 31 de Dezembro de 2008, em 1.296 elementos, menos 4 do que em igual período do ano anterior, não obstante haverem sido abertos 22 novos Balcões no exercício a que nos reportamos.

2.9 Análise Económica e Financeira

2.9.1 Balanço

O Activo líquido do Finibanco, SA ascendeu a 2.997 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 5,7% (+161,7 milhões de euros) relativamente ao exercício anterior.

O aumento do Activo líquido resulta essencialmente do crescimento da actividade creditícia (+13,7%), em consequência da expansão da rede de Balcões ocorrida nos três últimos exercícios, já que a carteira de activos financeiros registou um decréscimo de 97,5 milhões de euros, passando a representar 1,8% do Activo total.

Na sequência da expansão da rede de Balcões, o investimento em Activos tangíveis apresenta um aumento de 9,7 milhões de euros (11,7%), em particular nas componentes de imóveis, benfeitorias e equipamento informático. Em termos líquidos, esta rubrica cresceu 10,8%.

Em 2008, foram realizados investimentos em aplicações informáticas em cerca de 1,1 milhões de euros (+8,9%).

Os Outros activos tiveram uma diminuição de 12,5%, justificada pela venda de duas participações, no montante de 24,6 milhões de euros. Esta rubrica inclui os imóveis recebidos em dação de crédito, situando-se em 45,5 milhões de euros (+2,7 milhões face a 2007).

Carteira de Crédito

A carteira de crédito bruta registou um acréscimo de 282,3 milhões de euros, relativamente a igual período do ano anterior, correspondente a um crescimento de 13,7%.

Este crescimento da carteira de crédito é suportado pelo alargamento da rede de Balcões ocorrida nos últimos três anos (+69 Balcões) e confere um potencial de crescimento no crédito de retalho.

Crédito a clientes	31-12-2008	31-12-2007	Mil €
			$\Delta\%$ Dez08/Dez07
1. Particulares	681.776	611.307	11,5
...Habitação	275.395	241.311	14,1
...Outros créditos	406.380	369.996	9,8
2. Empresas	1.662.026	1.450.222	14,6
Total	2.343.802	2.061.529	13,7

O crédito à habitação registou um incremento de 14,1%, representando cerca de 11,7% da carteira e o crédito a particulares para outras finalidades evidenciou um aumento de 9,8%. O comportamento do crédito a empresas (14,6%) situou-se acima do crescimento médio da carteira total de crédito.

Fruto da degradação da conjuntura económica, o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias (deduzido de créditos totalmente provisionados) passou a representar 1,7% do crédito total (era 1,5% em 2007).

O prémio de risco, líquido de recuperações, passou de 86 para 79 pontos base.

O crédito provisionado a 100% situava-se em 5,1 milhões de euros e o crédito vencido há mais de 90 dias (deduzido dos provisionados a 100%) tinha uma cobertura por provisões de 120,6% (143,6% em 2007).

Recursos de Clientes

O total dos Recursos de clientes (incluindo a desintermediação) registou um crescimento de 2,3% (+63,9 milhões de euros) face a 2007.

			Mil €
Recursos totais de clientes	31-12-2008	31-12-2007	$\Delta\%$ Dez08/Dez07
...Depósitos	2.197.236	2.050.483	7,2
...Obrigações colocadas em clientes	170.982	173.106	(1,2)
Recursos de clientes no balanço ⁽¹⁾	2.368.218	2.223.589	6,5
Desintermediação ⁽²⁾	408.710	490.434	(16,7)
Total	2.776.928	2.714.023	2,3

⁽¹⁾ Não considerando juros e outros ajustamentos

⁽²⁾ Inclui fundos de investimento, PPA e gestão de carteiras corrigidos de duplicações de registos (depósitos de fundos de investimento, UP's em carteira e outros)

Os depósitos de clientes aumentaram 146,7 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 7,2%.

As obrigações colocadas nos clientes registaram uma diminuição de 1,2%.

Em consequência da crise nos mercados financeiros, a desintermediação teve uma diminuição de 81,7 milhões de euros, tendo parte dos fundos sido transferidos para recursos de balanço. O crescimento dos recursos de clientes no balanço foi de 6,5%.

Outros Recursos

Os Recursos de instituições de crédito situavam-se em 101,9 milhões de euros (-8,1% face a 2007) e correspondiam a 3,4% do financiamento de Activo líquido. Esta rubrica inclui 10 milhões de euros do mercado monetário interbancário, 88,8 milhões de euros em depósitos e 2,6 milhões de euros de recursos de IC's no estrangeiro.

O Finibanco realizou em Dezembro uma operação de titularização de créditos à habitação, no montante de 233 milhões de euros, que lhe confere a facilidade de se refinarçar no BCE. Em 31 de Dezembro de 2008 a utilização desta linha situava-se em 60 milhões de euros. Esta operação contribuiu para melhorar as condições de liquidez e para fazer face à consequência da turbulência verificada nos mercados financeiros.

O Finibanco dispõe ainda de um financiamento de médio prazo de 250 milhões de euros associado à operação de titularização de créditos a PME's, realizado em Junho de 2007.

Estas três fontes de financiamento representavam 13,7% do Activo líquido.

O rácio de crédito/recursos de clientes situa-se em 99%.

Capitais Próprios

Os Capitais próprios tiveram uma diminuição de 6,1 milhões de euros (-4,3%), face a 31 de Dezembro de 2007. Esta redução deve-se, essencialmente, à desvalorização dos Activos financeiros disponíveis para venda e à venda de títulos que integravam a carteira em 31 de Dezembro de 2007, traduzindo-se numa diminuição de 20,5 milhões de euros nas reservas de justo valor. Em 2008, as reservas incorporam 18,3 milhões de euros do resultado de 2007.

A rentabilidade dos capitais próprios foi de 0,6%, pelo facto de os resultados líquidos se situarem em 0,9 milhões de euros. Estes registaram um decréscimo de 20,4 milhões de euros, em resultado da crise dos mercados financeiros, traduzindo-se na diminuição dos resultados não financeiros (-53 milhões de euros) e na constituição de imparidades para títulos (4,2 milhões de euros).

O rácio de solvabilidade, calculado segundo as regras do Banco de Portugal, era de 9,9% (8,1% em 2007) e o Core Tier I de 6,8% (5,1% em 2007).

	Mil €		
	31-12-2008	31-12-2007	Δ%
Fundos próprios e requisitos de fundos próprios	(Basileia II)	(Basileia I)	Dez08/Dez07
Fundos Próprios Elegíveis	192.947	189.009	2,1
...De base	133.798	119.129	12,3
...Complementares	66.900	74.649	-10,4
...Deduções	(7.751)	(4.770)	62,5
Requisitos de fundos próprios	156.502	187.017	-16,3
Core Tier I	6,8%	5,1%	1,74 pp
Tier II	3,0%	3,0%	0,03 pp
Rácio de solvabilidade	9,9%	8,1%	1,78 pp

2.9.2 Conta de Resultados

Produto Bancário

O Produto bancário teve um decréscimo de 18,4 milhões de euros, justificado essencialmente pela diminuição dos Resultados em operações financeiras, em 53 milhões.

	Mil €			
	31-12-2008	31-12-2007	Δ Dez08/Dez07	
Demonstração de Resultados			Abs.	%
Margem financeira	74.618	66.763	7.855	11,8
Outros resultados correntes	39.290	72.818	(33.528)	(46,0)
Comissões líquidas e Outros proveitos líquidas	43.457	24.002	19.455	81,1
Resultados em operações financeiras	(4.167)	48.816	(52.983)	(108,5)
Produto bancário	113.908	139.581	(25.673)	(18,4)
Provisões e Imparidades líquidas	19.892	24.498	(4.606)	(18,8)
Crédito	17.081	15.472	1.609	10,4
Títulos	4.186	339	3.847	1134,8
Outros	(1.375)	8.687	(10.062)	(115,8)
Encargos de estrutura	94.522	84.753	9.769	11,5
Gastos administrativos	86.334	77.734	8.600	11,1
Amortizações	8.188	7.019	1.169	16,7
Resultados antes de impostos	(506)	30.330	(30.836)	(101,7)
Impostos sobre os lucros	(1.384)	9.054	(10.438)	(115,3)
Lucro do exercício	878	21.276	(20.398)	(95,9)
Cash-flow antes de impostos	27.574	61.847	(34.273)	(55,4)

A Margem financeira registou um aumento de 7,9 milhões de euros (+11,8%), dos quais 1,7 relativos a Rendimentos de instrumentos de capital que, no exercício, ascenderam a 4,1 milhões de euros.

A Margem financeira relativa caiu, sobretudo no quarto trimestre, influenciada pela crise financeira internacional, que se traduziu na escassez de recursos e implicou um aumento do custo dos depósitos de clientes, enquanto as aplicações, maioritariamente indexadas às taxas de mercado (Euribor), sofreram o efeito da quebra brusca desta.

Rubricas	31-12-2008			31-12-2007		
	Saldos médios	Taxa	Proveitos / Custos	Saldos médios	Taxa	Proveitos / Custos
Activos Financeiros Remunerados	2.677.023	7,19%	192.352	2.316.152	6,57%	152.213
...Crédito	2.172.364	7,78%	168.939	1.790.322	7,55%	135.186
...Outras aplicações	457.209	5,12%	23.412	354.344	4,81%	17.027
...Diferencial	47.451			171.487		
Passivos Financeiros Remunerados	2.677.023	4,55%	121.842	2.316.152	3,79%	87.864
...Depósitos	2.137.082	4,26%	91.104	1.805.289	3,40%	61.396
...Outros recursos	539.941	5,69%	30.738	510.864	5,18%	26.468
Resultado / Margem		2,63%	70.510		2,78%	64.348

A Margem financeira geradora de juros situou-se em 3,23%, registando uma quebra de 14 pontos percentuais. Para tal diminuição, contribuiu o agravamento do “funding” em 0,76 pp, enquanto as taxas de mercado (média anual da Euribor a 3 meses) sofreram um aumento de 0,36 pp, produzindo um impacto negativo de 3,3 milhões de euros. Contudo, o aumento de 15,6% do volume dos activos remunerados, nomeadamente no crédito a clientes, compensou a descida de margem relativa, traduzindo-se num acréscimo de 9,5 milhões de euros.

Os Resultados em operações financeiras diminuíram 108,5% (-53 milhões de euros) em consequência da referida instabilidade dos mercados financeiros. Em 2008, esta rubrica incorpora um resultado negativo de 9,5 milhões de euros de menos valias, realizadas na venda de parte da carteira de títulos. Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de acções detida para negociação era reduzida, situando-se em 44 mil de euros.

As Comissões líquidas e os outros proveitos líquidos registaram um crescimento de 81,1%, traduzindo-se num aumento de 19,5 milhões de euros. A área de retalho contribuiu para 97% do total desta rubrica e teve um crescimento de 83,9% no ano.

Comissões e outros proveitos líquidos	Mil €		
	31-12-2008	31-12-2007	Δ%
			Dez08/Dez07
1. Área de retalho	42.126	22.908	83,9
...Associadas a crédito e garantias	16.579	14.563	13,8
...Serviços bancários	5.230	4.210	24,2
...Cartões e ATM's	6.522	5.384	21,2
...Securitização	105	31	236,7
...Outros	13.690	(1.279)	(1170,2)
2. Área de investimento	1.330	1.094	21,6
...Comissões de fundos e patrimónios	410	436	(6,0)
...Corretagem	650	1.449	(55,1)
...Montagem empréstimos obrigacionistas	685	309	121,4
...Títulos	(414)	(1.100)	(62,3)
Total	43.457	24.002	81,1

As componentes que mais contribuíram positivamente para esta rubrica foram as comissões relativas a crédito e garantias (+13,8%), a cartões (21,2%) e a serviços bancários (+24,2%). Estas três componentes, associadas à área de retalho registaram um acréscimo de comissões de 4,2 milhões de euros, correspondendo-lhe a um crescimento de 17,3%. O bom desempenho nestas componentes é justificado pela expansão da rede de distribuição e pelo alargamento da base de clientes.

A crise no mercado de capitais justifica as diminuições nas comissões de corretagem, em 798 mil euros (-55,1%), e das comissões dos fundos de investimento e gestão de patrimónios (-6%).

As Provisões e imparidades líquidas foram reforçadas em 19,9 milhões de euros, traduzindo-se numa diminuição de 4,6 milhões de euros.

Em consequência do agravamento das condições económicas, que afectou a actividade das empresas e dos particulares, o provisionamento do crédito aumentou 10,4%.

A crise económica afectou de forma inesperada os activos cotados em Bolsa e as actividades conexas com os mercados de capitais, tendo originado menos valias potenciais na carteira de títulos, no valor de 4,2 milhões de euros, que foram assumidas integralmente como custo do exercício.

As recuperações de créditos abatidos ao activo situaram-se em 2,5 milhões de euros (3 milhões de euros em 2007).

O prémio de risco de crédito (provisões constituídas, deduzidas das recuperações no ano anualizadas, a dividir pelo saldo médio do crédito) registou uma diminuição de 8 pontos base, situando-se em 79 pontos base.

Os Encargos de estrutura subiram 9,8 milhões de euros face ao período homólogo (+11,5%), para o que contribuiu a abertura de 22 novos Balcões.

Os Custos com o pessoal registaram um crescimento de 3,6 milhões de euros (+7,4%). De salientar que mesmo com o alargamento da rede em 2008 (+14,7%) o número de colaboradores foi reduzido em 4. Em 31 de Dezembro de 2008, o Finibanco tinha 1.296 colaboradores, perfazendo uma média de 7,5 colaboradores por Balcão (8,7 em Dezembro de 2007). Esta rubrica cresceu abaixo dos custos de estrutura por força da implementação de programas de racionalização de custos.

	31-12-2008	31-12-2007	Δ% Dez08/Dez07
Nº de balcões	172	150	14,7
Nº de colaboradores	1.296	1.300	(0,3)

Os Outros gastos administrativos tiveram um crescimento de 17,2%, correspondendo-lhe um aumento de 5 milhões de euros.

Os estudos e a implementação de programas de racionalização de custos que tiveram início em 2008, contribuíram para o aumento desta rubrica, nomeadamente nos “serviços especializados”, que registaram um acréscimo de 29%. Espera-se que os programas de racionalização de custos implementados façam sentir melhor os seus efeitos a partir do início de 2009.

As componentes que registaram maior crescimento foram “rendas e alugueres” e “comunicações”, respectivamente, 12,8% e 30,4%, em consequência da abertura dos novos Balcões.

As Amortizações aumentaram 16,7%, tendo a componente “equipamento” registado o maior crescimento.

	31-12-2008	31-12-2007	Mil € Δ% Dez08/Dez07
Amortizações do exercício			
1. Outros activos tangíveis	7.175	6.234	15,1
...Imóveis	2.397	2.013	19,1
...Equipamento	4.570	4.026	13,5
...Outros	207	195	5,9
2. Intangíveis	1.013	785	29,1
Total	8.188	7.019	16,7

O Cost to Income situou-se em 83% (60,7% em 2007) em consequência do comportamento desfavorável do Produto bancário, muito afectado pelos Resultados em operações financeiras. Quando expurgado da actividade de mercados, regista uma redução de 13,3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

			Mil €
Encargos de estrutura	31-12-2008	31-12-2007	$\Delta\%$ Dez08/Dez07
Custos com o pessoal	52.380	48.770	7,4
Gastos Administrativos	33.954	28.964	17,2
Amortizações	8.188	7.019	16,7
Total dos custos de estrutura	94.522	84.753	11,5
Produto bancário	113.908	139.581	(18,4)
Racio de eficiência	83,0%	60,7%	22,3 pp

A quebra dos Resultados líquidos do período explica-se:

- Pela turbulência, sem precedentes, registada nos mercados financeiros, cujos efeitos se fizeram sentir especialmente nos Resultados em operações financeiras, que diminuiram 53 milhões de euros e originaram o reconhecimento em resultados de perdas potenciais em títulos, no montante de 4 milhões de euros;
- Pela contribuição negativa para o resultado do período (12,7 milhões de euros) dos 69 Balcões abertos no último triénio e que em conjunto representam 40,1% da rede actual.

Indicadores de referência do Banco de Portugal

O quadro abaixo integra indicadores de referência, de acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL	31-12-2008	31-12-2007
1. Solvabilidade		
Racio de adequação de fundos próprios	9,9%	8,1%
Racio de adequação de fundos próprios de base	6,8%	5,1%
2. Qualidade do Crédito		
Crédito com incumprimento ^(a) / Crédito total	2,2%	2,3%
Crédito com incumprimento, líquido ^(b) / Crédito total, líquido ^(b)	0,9%	0,6%
3. Rentabilidade		
Resultados antes de impostos / Activo líquido médio	0,0%	1,2%
Produto bancário ^(c) / Activo líquido médio	3,9%	5,5%
Resultados antes de impostos / Capitais próprios líquido médio	-0,4%	22,5%
4. Eficiência		
Custos de funcionamento ^(c) + amortizações / Produto bancário ^(c)	83,0%	60,7%
Custos com o pessoal + amortizações / Produto bancário ^(c)	46,0%	34,9%

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal

(b) Crédito líquido de provisões para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa

(c) De acordo com a definição constante da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal (deduzidas as Recuperações de crédito e juros abatidos ao activo)

2.9.3 Impactos do Período de Turbulência Financeira

A crise sem precedentes que afectou o sistema financeiro mundial e o seu alastramento à denominada economia real motivaram a recessão que se instalou no mercado, apesar das diversas medidas que os vários governos foram tomando com o objectivo de reanimar a economia.

Não obstante a evidente dificuldade em segregar os efeitos da turbulência financeira dos demais, passamos a sintetizar as implicações da crise nos seguintes aspectos da gestão:

Liquidez

Numa conjuntura muito adversa o Finibanco conseguiu reforçar os recursos de clientes no Balanço (6,5 face a 2007), embora com custos acrescidos. De facto o custo médio dos recursos aumentou, em 2008, 76 pontos base.

Pese embora as dificuldades sentidas no mercado, a estrutura de financiamento do Banco, e a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez permitiram ultrapassar a fase mais crítica sem sobressaltos de relevo.

Por forma a diversificar as fontes de financiamento procedeu-se à monetização de activos ilíquidos de Balanço, através de uma operação de titularização de créditos à habitação no montante de 233 milhões de euros passando assim a ter a possibilidade, a partir do final do ano, de recorrer ao financiamento do Eurosistema.

Fundo de Pensões

A rentabilidade dos Activos do Fundo de Pensões foi fortemente afectada pela desvalorização dos activos financeiros que os compõem. Assim os activos do Fundo de Pensões do Finibanco tiveram uma desvalorização de 11,99%, equivalente a 7,6 milhões de euros, face a um rendimento positivo esperado de 3,5 milhões de euros.

Em consequência, o desvio actuarial nos pressupostos financeiros no montante de 11,1 milhões de euros, acresceu aos desvios actuarias nas responsabilidades, que foram de 20,1 mil euros, perfazendo um total de 11,3 milhões de euros. As contribuições efectuadas, num total de 7,4 milhões de euros, permitiram que no final do exercício a cobertura das responsabilidades pelos activos do Fundo ascendesse a 97,5%. No final de Fevereiro de 2009 essa cobertura passou a 100%, em consequência da contribuição efectuada de 1,7 milhões de euros.

Os desvios actuariais registados em Balanço passaram de ganhos no montante de 10,3 milhões de euros para custos de 0,9 milhões de euros integralmente incluídos no corredor.

Resultados

O Finibanco não dispõe de exposições face ao denominado mercado de crédito imobiliário “US subprime” ou seguradoras do tipo monoline.

O Banco não registou quaisquer perdas em resultado directo da falência do Lehman Brothers Holdings Inc. e do escândalo Madoff.

A actividade de trading da carteira própria em derivados tem uma expressão muito reduzida, quer em termos de exposição ao risco quer em termos de afectação de resultados.

A exposição a SPE (Special Purpose Entities) circunscreve-se apenas às associadas a operações de securitização de créditos próprios. Estas operações têm sido efectuadas como instrumento de gestão da liquidez e financiamento da actividade do Banco, e ainda parcialmente com o objectivo de libertação de capital.

A crise de liquidez repercutiu-se ao nível da margem financeira, pelo agravamento do custo médio dos recursos em 76 pontos base. A descida abrupta da Euribor, associada à dificuldade de a repercutir no “pricing” dos passivos, e à indexação dos activos àquele referencial, provocaram um efeito negativo na Margem de 3,3 milhões de euros que foi compensado pelo efeito volume.

A desvalorização dos preços de mercado provocou o registo de perdas

- Realizadas na venda de títulos (inclui perdas em Equity swaps) no montante de 9,3 milhões;
- Por imparidade nas acções da carteira de disponíveis no montante de 4,5 milhões de euros.

Capitais próprios

Os Capitais próprios foram directamente afectados pela crise financeira com reflexos nas reservas de justo valor, líquidas de impostos diferidos, reduzindo-as em 20 milhões de euros face a 2007.

3. Declaração dos Membros do Conselho de Administração Efetuada em Cumprimento do Disposto na Alínea c) do N.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

O Conselho de Administração do Finibanco, SA declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2008, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, SA.

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, SA, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Álvaro Pinho da Costa Leite

Humberto da Costa Leite

Armando Esteves

Artur de Jesus Marques

Joaquim Mendes Cardoso

4. Aplicação de Resultados

No exercício de 2008 o Finibanco, SA obteve um Lucro de 877.715,98 euros, para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal (10%)	87.771,60 euros
Para Reservas Livres	789.944,38 euros
Total	<hr/> 877.715,98 euros

5. Nota Final

Terminado este conturbado exercício, pleno de intenso trabalho, o Conselho de Administração entende dever expressar o seu reconhecido agradecimento a todos quantos deram o seu contributo para levar a bom termo a tarefa de que se ocupa, designadamente:

- À Autoridade Monetária e Financeira e à CMVM-Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela compreensão e pelo diálogo que sempre souberam pôr nos contactos havidos;
- Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas Ernst & Young Audit & Associados-SROC, SA, pela cooperação evidenciada;
- Aos Colaboradores do Finibanco, pelo empenhamento e dedicação que souberam colocar no desempenho das suas funções;
- Ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding, SGPS S.A., pelo interesse demonstrado no acompanhamento da nossa actividade.

Porto, 16 Março 2009
O Conselho de Administração

Álvaro Pinho da Costa Leite

Humberto da Costa Leite

Armando Esteves

Artur de Jesus Marques

Joaquim Mendes Cardoso

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de Dezembro de 2008

FINIBANCO S.A.

Balanço em base individual em 31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas / Quadros anexos	2008-12-31			2007-12-31	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	2008-12-31	2007-12-31
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	121.947	0	121.947	79.825	Recursos de bancos centrais	15	60.008	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	48.062	0	48.062	56.216	Passivos financeiros detidos para negociação	16	27.422	28.313
Activos financeiros detidos para negociação	5	13.559	0	13.559	76.726	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	17	138.130	151.591
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0	Recursos de outras instituições de crédito	18	101.895	110.843
Activos financeiros disponíveis para venda	6	38.921	0	38.921	73.241	Recursos de clientes e outros empréstimos	19	2.219.028	2.067.126
Aplicações em instituições de crédito	7	269.893	0	269.893	330.067	Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Crédito a clientes	8 e 21	2.354.697	30.657	2.324.040	2.035.980	Passivos financeiros associados a activos transferidos	20	249.889	248.802
Investimentos detidos até à maturidade		0	0	0	0	Derivados de cobertura		0	0
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0	Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0	Provisões	21	21.993	21.444
Activos não correntes detidos para venda	9	23.637	0	23.637	43.032	Passivos por impostos correntes	22	0	7.212
Propriedades de investimento		0	0	0	0	Passivos por impostos diferidos		0	0
Outros activos tangíveis	10	93.095	50.656	42.439	38.312	Instrumentos representativos de capital		0	0
Activos intangíveis	11	13.703	11.531	2.172	2.056	Outros passivos subordinados	23	11.011	654
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	0	Outros passivos	24	29.430	34.664
Activos por impostos correntes	12	2.523	0	2.523	2	Total de Passivo		2.858.806	2.670.649
Activos por impostos diferidos	13	9.491	0	9.491	1.284	Capital	25	120.000	120.000
Outros activos	14 e 21	100.993	937	100.056	98.348	Prémios de emissão		0	0
						Outros instrumentos de capital		0	0
						Acções próprias		0	0
						Reservas de reavaliação		(2.628)	17.918
						Outras reservas e resultados transitados		19.684	5.246
						Resultado do exercício		878	21.276
						Dividendos antecipados		0	0
						Total de Capital		137.934	164.440
Total de Activo		3.090.521	93.781	2.996.740	2.835.089	Total de Passivo + Capital		2.996.740	2.835.089

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2008

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO S.A.

Demonstração de Resultados em base individual em 31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	2008-12-31	2007-12-31
Juros e rendimentos similares		213.391	172.098
Juros e encargos similares		142.882	107.750
Rendimentos de instrumentos de capital		4.109	2.415
Margem financeira	27	74.618	66.763
Rendimentos de serviços e comissões	28	16.251	14.245
Encargos com serviços e comissões	28	2.104	2.875
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	29	(25.048)	28.991
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	30	14.871	22.001
Resultados de reavaliação cambial	31	6.010	(2.176)
Resultados de alienação de outros activos	32	14.585	76
Outros resultados de exploração	33	14.725	12.556
Produto bancário		113.908	139.581
Custos com pessoal	34	52.380	48.770
Gastos gerais administrativos	35	33.954	28.964
Amortizações do exercício	10 e 11	8.188	7.019
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	557	2.973
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)	21	16.068	13.759
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	21	4.186	340
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21	(919)	7.426
Resultado antes de impostos		(506)	30.330
Impostos		(1.384)	9.054
Correntes	36	256	10.232
Diferidos		(1.640)	(1.178)
Resultado após impostos		878	21.276
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
<hr/>			
Resultados por acção básicos (em Euros)		0,01	0,18
<hr/>			
Resultados por acção diluídos (em Euros)		0,01	0,18

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2008

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas de reavaliação (Justo valor)	Outras reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldos em 31.12.2007 (em NCA's)	120.000	0	0	17.918	1	11.860	(6.615)	21.276	164.440
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior									
Transferência para reservas	0	0	0	0	0	18.276	0	(18.276)	0
Distribuição de dividendos	0	0	0	0	0	0	0	(3.000)	(3.000)
Aquisição de acções próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda -									
Ganhos e perdas não realizados no período	0	0	0	(26.858)	0	0	0	0	(26.858)
Variações cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas por impostos diferidos									
Reforços no período	0	0	0	(148)	0	0	0	0	-148
Reversões no período	0	0	0	6.460	0	0	0	0	6.460
Utilização de reservas de reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	0	878	878
Outras variações em capital próprio - amortização do impacto da adopção das NCA's	0	0	0	0	0	0	(3.838)	0	(3.838)
Saldos em 31.12.2008 (em NCA's)	120.000	0	0	(2.628)	1	30.136	(10.453)	878	137.934

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro)

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Juros e comissões recebidos		227.654	180.286
Juros e comissões pagos		(132.780)	(97.387)
Impostos pagos		(16.556)	584
Recuperação de crédito e juros vencidos		2.457	2.962
Fluxo das operações financeiras		14.527	51.307
Pagamentos ao pessoal		(52.380)	(48.770)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		(19.236)	(23.672)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		23.686	65.310
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais			
Disponibilidades em outras instituições de crédito			
Aplicações em instituições de crédito		60.072	(145.297)
Créditos a Clientes		(304.395)	(402.247)
Activos financeiros detidos para negociação		63.167	(17.807)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
Activos financeiros disponíveis para venda		(3.145)	(17.745)
Activos com acordo de recompra		0	0
Derivados de cobertura		0	0
Activos não correntes detidos para venda		26.822	(28.696)
Outros activos		(1.513)	(30.268)
Fluxo líquido dos activos operacionais		(158.992)	(642.060)
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais			
Recursos de outras instituições de crédito		51.261	(9.523)
Recursos de clientes e outros empréstimos		146.894	366.369
Passivos financeiros detidos para negociação		(891)	2.501
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		665	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos		1.087	248.802
Derivados de cobertura		0	0
Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Outros passivos		7.214	23.829
Fluxo líquido dos passivos operacionais		206.230	631.978
Fluxos das actividades operacionais (1)		70.924	55.228
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Diminuições (aumentos) Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0	0
Diminuições (aumentos) Investimentos detidos até à maturidade		0	0
Diminuições (aumentos) Propriedades de investimento		0	0
Diminuições (aumentos) Outros activos tangíveis		(11.301)	(9.900)
Diminuições (aumentos) Activos Intangíveis		(1.130)	(1.185)
Aumentos (diminuições) Capital subscrito		0	16.000
Fluxos das actividades de investimento (2)		(12.431)	4.915
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissões de dívida titulada e subordinada		1.000	123.363
Amortizações de dívida titulada		(15.126)	(158.720)
Juros de Dívida Titulada		(7.399)	(363)
Dividendos		(3.000)	(5.000)
Venda (Aquisição) de acções próprias		0	0
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(24.525)	(40.720)
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		33.968	19.423
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 e 4	136.041	116.618
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 e 4	170.009	136.041

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa individual do exercício de 2008

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação, comparabilidade e principais políticas contabilísticas

BALANÇO: ACTIVO

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Activos financeiros detidos para negociação
6. Activos financeiros disponíveis para venda
7. Aplicações em instituições de crédito
8. Crédito a clientes
9. Activos não correntes detidos para venda
10. Outros activos tangíveis
11. Activos intangíveis
12. Activos por impostos correntes
13. Impostos diferidos
14. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO

15. Recursos de bancos centrais
16. Passivos financeiros detidos para negociação
17. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados
18. Recursos de outras instituições de crédito
19. Recursos de clientes e outros empréstimos
20. Passivos financeiros associados a activos transferidos
21. Imparidade acumulada e provisões acumuladas
22. Passivos por impostos correntes
23. Outros passivos subordinados
24. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

25. Capital
26. Dividendos pagos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

27. Margem financeira
28. Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões
29. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados
30. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
31. Resultados de reavaliação cambial
32. Resultados de alienação de outros activos
33. Outros resultados de exploração
34. Custos com o pessoal
35. Gastos gerais administrativos
36. Impostos correntes

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

37. Rubricas extrapatrimoniais
38. Activos e passivos expressos em moeda estrangeira
39. Relato por segmento
40. Gestão do risco
41. Operações de titularização
42. Benefícios pós-emprego
43. Partes relacionadas
44. Justo valor de instrumentos financeiros
45. Eventos subsequentes
46. Normas e interpretações recentemente emitidas que ainda não estão em vigor

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Finibanco, S.A. (Finibanco ou Banco) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída por escritura pública outorgada em 28 de Junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, actualmente com o capital social de m.Euros 120.000 representada por 120.000.000 acções nominativas, tituladas, e cujo objecto social é a “realização de todas as operações permitidas aos bancos”.

Em 27 de Março de 2007, realizou-se a escritura pública de aumento de capital de m.Euros 104.000 para m.Euros 120.000, realizado pelo accionista único Finibanco-Holding, SGPS S.A..

O Finibanco integra o denominado Grupo Finibanco que é composto por um grupo de empresas multiespecializadas que oferecem um extenso leque de produtos e serviços financeiros para empresas e investidores, institucionais e particulares.

Para a realização das suas operações, o Banco conta com uma rede nacional de 172 balcões, com uma Sucursal nas Ilhas Cayman e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

O Banco obtém os seus principais recursos através dos mercados monetários interbancários e depósitos, os quais aplica, juntamente com os seus capitais próprios e equiparados, principalmente na concessão de crédito a clientes, em aplicações em outras instituições financeiras e em títulos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de Março de 2009 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de accionistas de 31 de Março de 2009.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARIBILIDADE E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Adopção de novas ou revistas normas internacionais de relato financeiro

Em 2008 as normas que se seguem entraram em vigor:

IAS 39 Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração

O Banco adoptou as alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. Estas emendas permitiriam, face às circunstâncias excepcionais de mercado, reclassificar certos instrumentos financeiros das categorias de Activos Financeiros Detidos para Negociação e Activos Financeiros Disponíveis para Venda para Activos Financeiros Detidos até à Maturidade ou Empréstimos e Valores a Receber (Notas 5 e 6).

IFRIC 11 – Transacções com acções próprias

O Banco adoptou a IFRIC 11 na medida em que se aplique a demonstrações financeiras consolidadas. Esta interpretação requer que os acordos em que são atribuídos direitos sobre as acções da entidade a empregados sejam contabilizados como esquemas de liquidação em acções, mesmo que a entidade compre os instrumentos a uma parte independente, ou os accionistas entreguem os instrumentos de capital necessários. À data de 31 de Dezembro de 2008, o Banco não tinha acordos desta natureza.

IFRIC 12 – Acordos de concessão

Esta interpretação, ainda não adoptada pela União Europeia, aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão. Nenhum membro do Banco é um operador de concessões e consequentemente esta interpretação não tem impacto no Banco.

Na Nota 46 encontram-se descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras.

O Banco não espera que estas normas e interpretações tenham impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2.2 Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas pela primeira vez em 2006 de acordo com as Normas de Contabilidade ajustadas (NCA) conforme definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

Os impostos diferidos foram compensados por existir o direito legal para essa compensação e serem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal, ou sobre a mesma entidade tributável, situação esta já tida em conta nas demonstrações financeiras do ano anterior.

Na demonstração de resultados os valores relativos às recuperações de créditos abatidos estão relevados na rubrica de "Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)".

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os Activos e passivos financeiros detidos para negociação, incluindo derivados, Activos e passivos ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda que foram mensurados ao justo valor.

As principais políticas utilizadas pelo Finibanco estão descritas nos pontos seguintes.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão do Banco tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em suposições sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos similares determinam perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas em activos similares. De destacar que, de acordo com o estabelecido pelo Banco de Portugal, as perdas por imparidade só são reconhecidas se superiores aos valores de provisões calculados de acordo com o Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Imparidade em instrumentos de dívida

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é elaborada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado. Os juros deverão ser especializados à taxa efectiva original na parte reduzida do valor do activo e registada na rubrica de “juros e proveitos equiparados”. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder estar objectivamente relacionado com um acontecimento hque ocorra após o reconhecimento da perda por imparidade nos resultados, a perda por imparidade deve ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida nos resultados.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 42 são apresentados os pressupostos utilizados.

Operações de titularização

Como parte da sua actividade operacional o Banco realizou operações de titularização de crédito ao consumo, operações de aluguer de longa duração e crédito concedido a pequenas e médias empresas, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Banco através da detenção de títulos de natureza residual. Consequentemente, os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização cujos títulos de natureza residual sejam detidos pelo Banco são incluídos nas contas consolidadas.

2.4 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

1) Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

b) Mensuração subsequente de instrumentos financeirosActivos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Outros activos e passivos ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Banco de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista na IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Em 31 de Dezembro de 2008 o Finibanco não tinha activos classificados nesta rubrica.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratarem de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

A valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados tem em conta o risco de crédito do emitente como sendo o *spread* de cada dívida emitida.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”. À data de 31 de Dezembro de 2008 o Banco não tinha quaisquer activos registados nesta rubrica.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente avaliados ao justo valor, sendo os

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Banco.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Derivados

Na sua actividade corrente, o Banco utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial, devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial, devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os contratos “forwards” representam compromissos para comprar ou vender um determinado activo (nomeadamente instrumentos do mercado monetário ou divisas) numa data futura a um preço previamente acordado. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

Os “swaps” de moeda correspondem geralmente a uma troca de fluxos financeiros em duas diferentes divisas e respectivas taxas de referência cujo capital é trocado no início e novamente trocado no sentido inverso no termo do contrato, a taxas previamente especificadas. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os “swaps” da taxa de juro correspondem quer a operações de cobertura quer a operações de negociação relativas a uma troca de juros na mesma moeda onde não se verifica troca de capitais, os quais estão sujeitos a risco de mercado e a risco de crédito.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pelo Banco na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos na IAS 39 para cobertura de justo valor, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos nesta norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos. Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

O recurso a derivados pelo Banco para cobertura de exposições a riscos financeiros e de mercado ocorre, principalmente, nas seguintes situações:

- Cobertura de passivos com indexação a activos de referência
O Banco emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivados OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor;
- Cobertura do risco de operações de derivados com clientes
O Banco contrata derivados OTC (essencialmente forwards) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado;
- Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pelo Banco.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

Determinação do justo valor

Para efeitos de mensuração subsequente, o justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade em instrumentos financeiros

O Banco avalia em cada data de apresentação de contas se existe alguma evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Banco traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

Créditos a clientes

Para os créditos a clientes mensurados ao custo amortizado, o Banco inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade. Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Banco entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, afim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações". Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

O valor da imparidade assim obtido é confrontado com o montante das provisões registadas nos termos do Aviso nº 3/95, que é o referencial mínimo de provisionamento permitido pelo Banco de Portugal. Dos cálculos até ao momento efectuados, a diferença entre as provisões registadas em cumprimento do Aviso nº 3/95 e o valor da imparidade para crédito tem sido positiva, prevalecendo portanto os montantes registados nos termos daquele Aviso.

Os activos e imparidade associada são abatidos do activo quando existem baixas probabilidades de recuperação.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados da mesma rubrica de Imparidade acima referida.

Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio no justo valor dos activos, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto o Banco determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é abordada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

c) Desreconhecimento de activos e passivos financeirosActivos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de “pass-through” e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Banco pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

d) Reclassificação de activos e passivos financeiros

Um activo financeiro que não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, pode ser retirado da categoria de justo valor através dos lucros e prejuízos. Este tem de ser reclassificado ao justo valor na data de reclassificação. Os ganhos e as perdas já reconhecidos nos lucros ou prejuízos não deverão ser revertidos. O justo valor do activo financeiro à data de reclassificação tornar-se-á o seu novo custo ou custo amortizado, conforme aplicável.

Qualquer reclassificação efectuada depois de 1 de Novembro de 2008 terá efeito após a data de reclassificação. A reclassificação não pode ser efectuada antes de 1 de Julho de 2008. As reclassificações efectuadas antes de 1 de Novembro de 2008 podem ser aplicadas retrospectivamente até 1 de Julho de 2008.

2) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. Diferenças cambiais originadas por operações liquidadas em datas diferentes da transacção ou diferenças não realizadas em activos e passivos monetários não liquidados são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

3) Operações de locação financeira

O Finibanco classifica as operações de locação financeira ou locação operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que contratualmente sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. As restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

Nas **locações operacionais** os pagamentos efectuados pelo Finibanco de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Nas **locações financeiras**:

➤ Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em “Outros activos fixos tangíveis”, pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em resultados, como custos financeiros, na rubrica “Juros e encargos similares”.

Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Finibanco obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira

➤ Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em resultados, como proveitos financeiros, na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

4) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver suficiente prova de que o Banco continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

O Banco regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Os imóveis recebidos em dação que não cumpram integralmente os critérios acima referidos são registados temporariamente em “Outros Activos”.

Os activos registados nesta categoria e os imóveis registados em “Outros Activos” são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda. Nas avaliações os peritos utilizam normalmente pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação: comparativo, do rendimento e do custo.

Estes activos não são amortizados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

5) Outros Activos Tangíveis

A rubrica de “Outros Activos tangíveis” inclui imóveis de serviço próprio, viaturas de serviço e outros equipamentos.

Os outros activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias daí resultantes são incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta “reservas legais de reavaliação”.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Instalações	20
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3 a 8
Outros activos tangíveis	8 a 16

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

6) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

7) Benefícios aos empregados

Plano de pensões de reforma por benefício definido

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões autónomo gerido por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anuais.

O Banco procede à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACTV, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no Banco e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão no Banco será imputável às anteriores entidades financeiras, pelo que estas responsabilidades por serviços passados não são asseguradas pelo Fundo de Pensões do Banco. Esta posição é suportada por pareceres da Direcção Jurídica do Finibanco, S.A. e de peritos independentes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pela IAS 19.

O passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos do fundo de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 42). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos no balanço (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do exercício acrescidos dos montantes a que alúde o nº 2 do ponto 13-B do Aviso 12/2001 e ponto 1 do Aviso 11/2008. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as NCA’s, o Banco adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

Em Dezembro de 2005 o Banco de Portugal, através do Aviso 12/2005, veio introduzir alterações ao Aviso 12/2001. Tendo o Finibanco, em matéria de Fundo de Pensões, e com referência a 31 de Dezembro de 2005, ajustado quer os pressupostos financeiros, quer a tábua de mortalidade, procedeu ao registo contabilístico dos impactos decorrentes destas alterações de acordo com os artigos 13-A e 13-B, aditados ao Aviso 12/2001 pelo referido Aviso 12/2005. Acresce que o Aviso 7/2008 que alterou o Aviso 12/2001 veio permitir que o saldo ainda por especializar em 30 de Junho de 2008 possa ser reconhecido por um período adicional de três anos face à duração inicial prevista.

Deste modo o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração dos pressupostos financeiros, foi registado na conta de Despesas com encargo diferido, que serão levados a Resultados Transitados durante um período de 8 anos. No que concerne ao acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da Tábua de mortalidade, foi o mesmo registado por contrapartida de Flutuação de Valores. Os valores que ainda não foram relevados como custo, estão registadas em Outros Activos (Nota 14).

Outros benefícios

Para além das pensões, o Banco tem ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica (SAMS), Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

As responsabilidades com SAMS e Subsídio por Morte são financiados através do Fundo de Pensões anteriormente referido, pelo que o valor de responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2006 e registadas na rubrica Outros Passivos foram transferidas para as respectivas contas do Fundo de Pensões.

Na sequência do Aviso 7/2008 o impacto da passagem para NCAS relativamente ao SAMS e Subsídio por morte estão a ser especializados por um período de 10 e 8 anos respectivamente face à data da transição.

As responsabilidades com Prémio de Antiguidade são registadas na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de resultados “Custos com o pessoal”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Banco de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Adicionalmente, o Banco regista no Passivo as provisões para riscos gerais de crédito, conforme previsto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

9) Impostos

O Finibanco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira ao abrigo do artigo 41º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável em cada território no exercício em que os lucros tributáveis foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Banco regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias nos activos ou passivos, tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, impactos de conversão para as Normas de Contabilidade Ajustadas que só vão ser reconhecidos fiscalmente nos exercícios seguintes, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir o direito legal de compensar impostos correntes activos e passivos e estes forem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

10) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

11) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Banco e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

12) Rendimentos e encargos por serviços e Comissões

O Banco cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado serviço pontual.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um serviço pontual são reconhecidas no momento em que ocorre o referido serviço.

13) Garantias financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Banco presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 37).

As garantias financeiras são reconhecidas como um passivo, pelo justo valor, quando a mesma se encontrar vencida. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade considerando factores de conversão em crédito.

As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

14) Fundo de garantia de depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo no exercício a que dizem respeito. Seguindo o previsto na IAS 37, os compromissos irrevogáveis assumidos perante o FGD são reconhecidos em contas extrapatrimoniais como compromissos perante terceiros (Nota 37).

15) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa, saldos à ordem junto do banco central e outras instituições de crédito.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

O detalhe da rubrica "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Caixa	46.570	44.193
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	75.377	35.632
	<u>121.947</u>	<u>79.825</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos à ordem	39	20
Cheques a cobrar	34.297	42.346
	<u>34.336</u>	<u>42.366</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	10.692	10.605
Cheques a cobrar	3.034	3.245
	<u>13.726</u>	<u>13.850</u>
	<u>48.062</u>	<u>56.216</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2008 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2009.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O detalhe da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” era em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 como a seguir se mostra:

	31-12-2008	31-12-2007
<u>Títulos</u>		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
Dívida não subordinada	8.263	-
Instrumentos de capital	33	11.544
	<u>8.296</u>	<u>11.544</u>
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de capital	11	16.373
Outros - Hedge Funds	553	44.857
	<u>564</u>	<u>61.230</u>
	<u>8.860</u>	<u>72.774</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo</u>		
Swaps		
Divisas	1.172	-
Taxa de juro	2.558	3.363
	<u>3.730</u>	<u>3.363</u>
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	969	589
	<u>13.559</u>	<u>76.726</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Exceptuando os investimentos em *hedge funds* e os instrumentos de dívida no valor de m.Euros 553 e m.Euros 8.263, respectivamente, não existem títulos não cotados nesta rubrica (m.Euros 44.857 em *hedge funds* em 31 de Dezembro de 2007).

Os valores nominais dos instrumentos de derivados com justo valor positivo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2008 a m.Euros 29.780 (m.Euros 99.946 em 31 de Dezembro de 2007).

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

No âmbito do Regulamento da CE 1004/2008 de 15 de Outubro que introduziu alterações à IAS 39, atentas à particular turbulência dos mercados e às informações recolhidas sobre alguns instrumentos que motivaram o alargamento do prazo inicialmente previsto para a sua detenção foi decidido reclassificar da carteira de negociação para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda três activos.

Os activos reclassificados (três Hedge Funds, sendo um deles um investimento de capital garantido) tinham um justo valor à data da reclassificação de m.Euros 11.627. Estes investimentos provocaram na conta de resultados no exercício de 2008 perdas por ajustamento de justo valor no total m.Euros 382 (ganhos de m.Euros 1.114 no exercício de 2007). Caso não tivesse ocorrido esta reclassificação teriam sido registadas perdas adicionais de m.Euros 3.042.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda” era, em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, como a seguir se demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
<u>Títulos</u>		
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	10.392	9.413
De outros residentes	11.375	9.236
	<u>21.767</u>	<u>18.649</u>
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	5.061	8.784
De outros não residentes	6.092	-
	<u>11.153</u>	<u>8.784</u>
	<u>32.920</u>	<u>27.433</u>
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes		
Acções	5.141	41.741
Provisões para imparidade acumuladas (Nota 21)	(2.570)	(691)
	<u>2.571</u>	<u>41.050</u>
Emitidos por não residentes		
Acções	3.583	8
Provisões para imparidade acumuladas (Nota 21)	(2.647)	-
	<u>936</u>	<u>8</u>
	<u>3.507</u>	<u>41.058</u>
Outros		
Emitidos por residentes	-	5.090
Emitidos por não residentes - Hedge Funds	2.494	-
	<u>2.494</u>	<u>5.090</u>
	<u>38.921</u>	<u>73.581</u>
Provisões acumuladas		
Provisões para risco país		
Aplicações em títulos		
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(340)
	<u>38.921</u>	<u>73.241</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Os títulos incluídos nesta rubrica são cotados, excepto o valor líquido de m.Euros 22.001 (m.Euros 14.187 em 2007), que se referem a instrumentos de capital, a unidades de participação em fundos de titularização referidos na (Nota 41) e ainda a instrumentos hedge funds, m.Euros 2.040, m.Euros 11.375 e m.Euros 8.586, respectivamente.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O valor de m.Euros 10.392 dos títulos da dívida pública portuguesa e m.Euros 5.061 relativos a instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros encontram-se penhorados a favor de terceiros, conforme segue:

- A favor do Banco de Portugal no âmbito e condições da Instrução 35/2007 Mercado de Crédito Intradiário m.Euros 10.392;
- A favor do Sistema de Indemnização aos Investidores no âmbito e condições da Instrução 2/2000 da CMVM m.Euros 704;
- A favor do Fundo de Garantia de Depósitos no âmbito e condições do Aviso 11/94 do Banco de Portugal m.Euros 2.973;
- A favor da LCH.Clearnet SA no âmbito e condições do “Clearing Rule Book” m.Euros 1.384.

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica de “Aplicações em instituições de crédito” era, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, como a seguir se mostra:

	31-12-2008	31-12-2007
<u>Aplicações</u>		
No país		
Em outras instituições de crédito		
Empréstimos	248.650	256.062
	<u>248.650</u>	<u>256.062</u>
No estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Aplicações a muito curto prazo	-	31.412
Outras aplicações	18.047	39.294
	<u>18.047</u>	<u>70.706</u>
	<u>266.697</u>	<u>326.768</u>
<u>Juros a receber</u>		
De aplicações em instituições de crédito		
Instituições de crédito no país	3.154	3.163
Instituições de crédito no estrangeiro	42	136
	<u>3.196</u>	<u>3.299</u>
	<u>269.893</u>	<u>330.067</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8. CRÉDITOS A CLIENTES

O detalhe da rubrica “Crédito a clientes” era, em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, como a seguir se mostra:

	31-12-2008	31-12-2007
<u>Crédito a clientes</u>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	1.636.618	1.697.687
Ao exterior	16.090	15.437
<u>Activos titularizados não desreconhecidos</u>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	474.218	250.000
Ao exterior	4.566	-
	<u>2.131.492</u>	<u>1.963.124</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito a clientes		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	46.991	46.512
Crédito ao exterior	40	139
Activos titularizados e não desreconhecidos		
Crédito a clientes		
Crédito interno	1.705	-
Crédito ao exterior	30	-
Juros vencidos a regularizar e despesas de crédito vencido		
Juros vencidos a regularizar		
Crédito a clientes	721	487
Activos titularizados não desreconhecidos	42	-
Despesas de crédito vencido		
Crédito a clientes	231	128
	<u>49.760</u>	<u>47.266</u>
	<u>2.181.252</u>	<u>2.010.390</u>
Provisões acumuladas (Nota 21)	<u>(30.547)</u>	<u>(34.254)</u>
	<u>2.150.705</u>	<u>1.976.136</u>
<u>Crédito a clientes</u>		
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	162.440	51.028
	<u>162.440</u>	<u>51.028</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes	110	110
Provisões acumuladas (Nota 21)	(110)	(110)
	<u>162.440</u>	<u>51.028</u>
<u>Rendimentos a receber e Receitas com rendimento diferido</u>		
<u>Juros e rendimentos similares</u>		
Juros de crédito a clientes		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	10.417	10.230
Crédito ao exterior	187	114
Juros de activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito a clientes - titularizado		
Crédito interno	3.228	1.695
	<u>13.832</u>	<u>12.039</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes	915	619
	<u>915</u>	<u>619</u>
	<u>14.747</u>	<u>12.658</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	(3.852)	(3.842)
	<u>2.324.040</u>	<u>2.035.980</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Do total da carteira de crédito 28,28% foi objecto de análise individual de imparidade e 71,72% objecto de análise colectiva (em 31 de Dezembro de 2007 29% e 71% respectivamente).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, o detalhe da rubrica “Crédito não representado por valores mobiliários” por tipo de crédito era como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	217.209	257.213
Empréstimos	395.653	372.979
Créditos em conta corrente	656.782	580.976
Descoberto em depósitos à ordem	52.129	21.756
Locação financeira mobiliária	44.467	38.774
Locação financeira imobiliária	94.472	89.133
Outros créditos	1.893	1.864
	<u>1.462.605</u>	<u>1.362.695</u>
Particulares		
Habitação		
Locação financeira	16.594	18.535
Outros créditos	355.085	304.236
	<u>371.679</u>	<u>322.771</u>
Consumo		
Locação financeira	5.004	5.192
Outros créditos	117.578	171.423
	<u>122.582</u>	<u>176.615</u>
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	11.377	14.288
Empréstimos	80.425	12.775
Créditos em conta corrente	52.753	48.047
Descoberto em depósitos à ordem	14.947	13.258
Locação financeira	15.124	12.675
	<u>174.626</u>	<u>101.043</u>
	<u>2.131.492</u>	<u>1.963.124</u>

O total de créditos em Locação financeira apresenta a seguinte desagregação:

Prazo	31-12-2008			31-12-2007		
	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido
Até 1 ano	24.906	35.848	10.942	23.145	32.492	9.347
De 1 ano a 5 anos	67.642	95.680	28.038	62.247	89.534	27.287
Superior a 5 anos	83.113	117.563	34.450	78.917	113.512	34.595
TOTAL	175.661	249.091	73.430	164.309	235.538	71.229

Os valores residuais, são sempre, contratualmente, com opção de compra realçando-se que nos processos sem incidentes, são sempre repassados aos locatários.

A dedução acumulada para pagamento de incobráveis da locação a receber foi de m.Euros 2.393 (m.Euros 1.620 em 31 de Dezembro de 2007).

As rendas contingentes foram durante o período m.Euros 41.706 (m.Euros 35.510 em 31 de Dezembro de 2007).

Nos contratos de locação financeira em carteira não existem acordos da espécie.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos não correntes detidos para venda”, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008, era como a seguir se mostra:

	31-12-2007								31-12-2008
	Valor Bruto	Provisões p/ imparidade acumulada	Aquisições no período	Ajustamentos ao valor de aquisição a)	Perdas de Imparidade	Utilizações	Transfe-rências b)	Saídas no período	Valor de Balanço
Activos tangíveis não correntes detidos para venda									
Imóveis	11.968	-	4.283	34	-	-	4.228	(3.264)	17.249
Equipamento	28	-	-	-	-	-	-	(28)	-
Outros	-	-	40	-	-	-	-	(9)	31
Outros activos não correntes detidos para venda									
Filiais	9.508	(7.427)	-	-	919	6.508	-	(9.508)	-
Associadas	28.955	-	-	3.600	-	-	-	(26.198)	6.357
	50.459	(7.427)	4.323	3.634	919	6.508	4.228	(39.007)	23.637

a) Referente a imóveis recebidos em dação no ano anterior

b) Referente a imóveis recebidos em dação em anos anteriores e enquadrados na IFRS 5 no exercício

O montante de m.Euros 9.508 constante das saídas no período, na rubrica “Outros activos não correntes detidos para venda – filiais” refere-se à venda da sociedade Autoglobalsa. Esta venda motivou a utilização de uma provisão existente para o efeito no valor de m.Euros 6.508.

O montante de m.Euros 26.198 constante das saídas no período, na rubrica de “Outros activos não correntes detidos para venda – Associadas”, refere-se à venda da sociedade húngara Obol Invest KFT. Com esta venda, efectuada ao justo valor com base numa avaliação externa, foi registada uma mais valia de m.Euros 3.447, a qual está incluída na rubrica de “Resultados de alienação de outros activos”.

10. OUTRO ACTIVOS TANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008 na rubrica “Outros activos tangíveis”, são apresentados no anexo III.

Em 31 de Dezembro de 2008 o Finibanco tinha compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis num total de m.Euros 997 (m.Euros 790 em 31 de Dezembro de 2007) referentes a contratos promessa de compra e venda de imóveis de serviço próprio, para os quais já havia pago o respectivo sinal m.Euros 288 (m.Euros 174 em 31 de Dezembro de 2007).

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008 na rubrica “Activos intangíveis”, são apresentados no anexo III.

Esta rubrica é constituída essencialmente por software, sendo que em 31 de Dezembro de 2008 se encontram, totalmente amortizados m.Euros 9.861.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

12. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 da rubrica “Activos por impostos correntes” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	2.523	2
	2.523	2

13. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 da rubrica “Activos por impostos diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2008		31-12-2007	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Diferenças temporárias				
Prejuízos fiscais reportáveis	2.544	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	3.413	-	3.578	-
Activos tangíveis	3	-	6	-
Activos intangíveis	2	-	24	-
Benefícios de empregados	3.971	436	6.326	2.216
Instrumentos financeiros	567	591	1.055	7.520
Activos não correntes disponíveis para venda	91	-	137	-
Provisões, activos e passivos contingentes	-	67	-	101
Reavaliações legais	-	6	-	5
	10.591	1.100	11.126	9.842
Impostos Diferidos Líquidos	9.491		1.284	

O movimento no exercício relativo a impostos diferidos é retratado no quadro abaixo:

	31-12-2007	Por Resultados do Exercício	Por Resultados Transitados	Por Reservas de Reavaliação	31-12-2008
Prejuízos fiscais reportáveis	-	2.544	-	-	2.544
Provisões não aceites fiscalmente	3.578	(165)	-	-	3.413
Activos tangíveis	6	(3)	-	-	3
Activos intangíveis	24	(22)	-	-	2
Benefícios de empregados	4.110	(830)	255	-	3.535
Instrumentos financeiros	(6.465)	129	-	6.312	(24)
Activos não correntes disponíveis para venda	137	(46)	-	-	91
Provisões, activos e passivos contingentes	(101)	34	-	-	(67)
Reavaliações legais	(5)	(1)	-	-	(6)
	1.284	1.640	255	6.312	9.491

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais vencem nos anos conforme é detalhado no quadro seguinte:

Vencimento dos activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais		
	31-12-2008	31-12-2007
Ano de vencimento dos impostos diferidos por prejuízos fiscais:		
2012	2.544	-
Total	2.544	-

Apesar de no exercício ter sido gerado prejuízo fiscal é convicção da administração que o Finibanco gerará lucros fiscais suficientes que permitam a utilização integral dos valores de activos por impostos diferidos apresentados, já que, os resultados negativos foram gerados na carteira de títulos e dada a imparidade registada e a composição diminuta da carteira global face ao restante negócio, as previsões apontam para a geração de lucros suficientes no horizonte em causa.

14. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros activos” em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Outras disponibilidades	3	3
Devedores e outras aplicações vencidas	861	861
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	792	1.031
Aplicações diversas	28.175	31.065
Sector público administrativo	-	-
Devedores diversos	4.703	4.687
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	93	143
Rendimentos a Receber		
Juros e rendimentos similares		
Outros juros e rendimentos similares	248	232
Outros rendimentos a receber	3.573	5.036
Outras despesas com encargo diferido		
Benefícios pós emprego (Nota 42 alínea c)		
Benefícios de reforma	8.309	10.968
SAMS	1.407	1.675
Subsídio por morte	639	844
Outros	2.542	1.161
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso do Fundo	-	7.129
Flutuação de valores (Nota 42 alínea c)	942	-
Outras contas de regularização	48.706	34.374
	100.993	99.209
Provisões acumuladas (Nota 21)	(937)	(861)
	100.056	98.348

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O saldo da rubrica “Devedores por operações sobre futuros e opções” refere-se a margens depositadas em instituições financeiras para realização de operações de futuros.

A rubrica “Aplicações diversas” refere-se ao valor dos imóveis recebidos em dação que não cumprem os requisitos da IFRS 5. Estes imóveis não foram adquiridos numa lógica de investimento mas sim apenas recuperados como garantia de crédito vencido. Contudo, foi mantido o critério de mensuração pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor dos imóveis.

O detalhe da rubrica “Aplicações diversas”, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008, era como a seguir se mostra:

31-12-2007			Aquisições no período	Ajustamentos ao valor de aquisição a)	Transfe-rências b)	Saídas no período	31-12-2008
Valor Bruto	Provisões p/ imparidade acumulada	Valor de Balanço					
Aplicações diversas							
Outras aplicações							
Imóveis	30.789	-	3.374	(171)	(4.228)	(1.589)	28.175
	30.789	-	3.374	(171)	(4.228)	(1.589)	28.175

a) Referente a imóveis recebidos em dação no ano anterior

b) Reflecte:

b1) Imóveis recebidos em dação em anos anteriores e enquadrados na IFRS5 neste exercício

b2) Imóveis recebidos em dação em anos anteriores e que deixaram de estar enquadrados na IFRS5 no exercício

A rubrica “ Outras Contas de Regularização” inclui em 31 de Dezembro de 2008 m.Euros 36.965 de operações cambiais a liquidar (m.Euros 21.588 em 31 de Dezembro de 2007).

15. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 da rubrica “Recursos de bancos centrais” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
Recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Portugal	60.000	-
Juros de recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Portugal	8	-
	60.008	-

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

16. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 detalha-se como o quadro seguinte demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos derivados com justo valor negativo		
Swaps		
Divisas	-	611
Taxa de juro	27.400	10.570
Cotações (equity swaps)	-	16.774
Eventos de crédito	-	358
Futuros e outras operações a prazo		
Taxa de juro	22	-
	27.422	28.313

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nominais dos instrumentos derivados com justo valor negativo relativos a swaps de taxa de juro ascendem em 31 de Dezembro de 2008 a m.Euros 226.930 (m.Euros 293.020 em 31 de Dezembro de 2007).

17. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	63.024	67.174
Dívida readquirida		
Obrigações	(867)	-
Obrigações subordinadas	90.647	100.623
	152.804	167.797
Depósitos		
De outros residentes		
Outros	6.209	4.642
De não residentes		
Outros	92	12
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(203)	(62)
	6.098	4.592
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor		
Obrigações não subordinadas	(8.794)	(9.341)
Obrigações subordinadas	(15.023)	(14.902)
	(23.817)	(24.243)
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Sem carácter subordinado	161	578
Com carácter subordinado	2.884	2.867
	3.045	3.445
	138.130	151.591

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os passivos incluídos nesta rubrica foram designados no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados por incluírem derivados embutidos. A estes passivos estão associados instrumentos financeiros que foram classificados como derivados de negociação em conformidade com as disposições da IAS 39 sobre a opção pelo justo valor (*fair value option*).

O justo valor destes instrumentos financeiros foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de valorização de opções (Montecarlo). Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

No valor das correcções dos passivos do exercício está incluído um efeito positivo em resultados de m.Euros 3.077 relativo ao efeito do risco de crédito da instituição (m.Euros 3.321 em 31 de Dezembro de 2007).

O detalhe da rubrica " Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
<u>Emitida em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	15.000	A	21 de Março de 2011
Obrigações de caixa "FNB Taxa Acumulada 05/11"	2.337	B	19 de Dezembro de 2011
Obrigações de caixa "FNB Remuneração Garantida 2006"	2.700	C	7 de Abril de 2012
Obrigações de caixa "FNB Cupão Anual 06/11"	14.600	D	20 de Junho de 2011
Obrigações de caixa "FNB Dezembro 07/17"	27.387	E	19 de Dezembro de 2017
<u>Emitida no exercício</u>			
Obrigações de caixa "FNB Private Commodities 2008/2010"	1.000	F	23 de Janeiro de 2010
	63.024		
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
<u>Emitida em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Grandes Empresas 07/16"	36.700	G	9 de Maio de 2016 p/ 1ª série 20 de Junho de 2016 p/ 2ª e 3ª séries
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Índices Estratégicos 07/15"	53.947	H	9 de Maio de 2015 p/ 1ª série 11 de Junho de 2015 p/ 2ª e 3ª séries
	90.647		

A - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis.

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo indicado, cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Considerando o seguinte cabaz de referência:

<u>Acção</u>	<u>Bloomberg</u>	<u>Bolsa</u>
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

o cupão será igual a:

<u>Taxa</u>		<u>N</u>
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance ($PerfAcção_i^j$), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 ($PerfInd_i$) para o mesmo período e

$$PerfAcção_i^j = (Acção_i^j - Acção_0^j) / Acção_0^j$$

$$PerfInd_i = (Ind_i - Ind_0) / Ind_0$$

$Acção_i^j$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Acção_0^j$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação

Ind_i = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

Ind_0 = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

B - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)

2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior * n/N, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

C - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a

3% * valor nominal.

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:
21% * valor nominal, se Euribor 6 meses ϵ > Euribor 6 meses \circ + 0,90%;

3% * valor nominal, no caso contrário.

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a 13% * valor nominal.

Entende-se por:

Euribor 6 meses \circ a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006;

Euribor 6 meses ϵ a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

D - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0% * (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0% * (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0; 7,5% * (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

E - A remuneração será paga anualmente, e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 5%

A partir do 2º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, com um mínimo de 0% e um máximo de 6,5% por ano:

Mínimo [15 * (30 Yr Swap Rate – 10 Yr Swap Rate) + 0.75%;
15 * (10 Yr swap Rate – 2 Yr Swap Rate) + 1.25%]

30 Yr Swap Rate – Taxa swap a 30 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

10 Yr Swap Rate – Taxa swap a 10 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

2 Yr Swap Rate – Taxa swap a 2 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo.

F - A remuneração que será paga na data de vencimento, poderá variar entre 3,5% e 15%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Mín} \left[\text{Máx} \left[\sum_{i=1}^3 \frac{Fi - Ii}{Ii} \times Wi; 3,5\% \right]; 15\% \right],$$

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

onde,

i	Matérias-primas	Wi (Peso no Cabaz)
1	Trigo ("Wheat")	1/3
2	Soja ("Soybean")	1/3
3	Petróleo ("WTI")	1/3

Fi – Valor final da matéria-prima i, tal como definido abaixo.

Ii – Valor inicial da matéria-prima i, tal como definido abaixo.

F1 - cotação oficial de fecho, em USD por “bushel”, do primeiro contrato de futuros sobre trigo (“Wheat”) cotado na Chicago Board of Trade no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: W 1 <CMDTY>). Se esta data coincidir ou for posterior à primeira data de notificação do primeiro contrato de futuros sobre trigo (“Wheat”), utiliza-se o segundo contrato de futuros sobre trigo (“Wheat”) (Bloomberg Ticker: W 2 <CMDTY>).

F2 - cotação oficial de fecho, em USD por “bushel”, do primeiro contrato de futuros sobre soja (“Soybeans”) cotado na Chicago Board of Trade no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: S 1 <CMDTY>). Se esta data coincidir ou for posterior à primeira data de notificação do primeiro contrato de futuros sobre soja (“Soybeans”), utiliza-se o segundo contrato de futuros sobre soja (“Soybeans”) (Bloomberg Ticker: S 2 <CMDTY>).

F3 - cotação oficial de fecho, por barril, do primeiro contrato de futuros sobre petróleo (“WTI; Light Sweet Crude”) cotado na NYMEX no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: CL1 <CMDTY>).

I1 - cotação de fecho oficial, em USD por “bushel”, para o primeiro contrato de futuros sobre trigo (“Wheat”) cotado na Chicago Board of Trade na Data de Liquidação.

I2 - cotação de fecho oficial, em USD por “bushel”, para o primeiro contrato de futuros sobre soja (“Soybeans”) cotado na Chicago Board of Trade na Data de Liquidação.

I3 - cotação final oficial, em USD por barril, do primeiro contrato de futuros sobre petróleo (“WTI; Light Sweet Crude”) cotado na NYMEX na Data de Liquidação.

G - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho , para as 2ª e 3ª séries):

<u>Data Cupão</u>	<u>Taxa</u>	<u>Data Cupão</u>	<u>Taxa</u>
1º cupão	5,50%		
2º cupão	5,50%		
3º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]		
4º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]		
5º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]		
6º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]		
7º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]		
8º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]		
9º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]		, onde

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

H - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1º ano= 5,50% * valor nominal;

2º ano= 5,50% * valor nominal;

3º ano e seguintes = 6,25% * valor nominal se

$\text{Min} (\text{SDK}/\text{SD0}-\text{SXk}/\text{SX0} ; \text{HSk}/\text{HS0}-\text{SXk}/\text{SX0}) > \text{Barreirak},$

se não = 0%

onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%

Barreira4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%

Barreira5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%

Barreira6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%

Barreira7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%

Barreira8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDK – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K(K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

Em 31 de Dezembro de 2008, o Finibanco tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

18. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
No país		
Mercado monetário interbancário	10.000	19.000
Depósitos	87.081	89.978
Empréstimos	1.765	-
	<u>98.846</u>	<u>108.978</u>
No estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos	725	21
Outros recursos	1.920	1.239
	<u>2.645</u>	<u>1.260</u>
	<u>101.491</u>	<u>110.238</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de instituições de crédito no país	404	605
	<u>404</u>	<u>605</u>
	<u>101.895</u>	<u>110.843</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
<u>Recursos de clientes</u>		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo		
À ordem	25.704	28.551
A prazo	138.830	126.638
	<u>164.534</u>	<u>155.189</u>
De emigrantes		
À ordem	1.329	1.773
A prazo	12.327	12.185
De poupança	6.399	4.910
	<u>20.055</u>	<u>18.868</u>
De outros residentes		
À ordem	427.683	492.356
A prazo	1.477.239	1.263.384
De poupança	17.687	22.646
Outros	113	15
	<u>1.922.722</u>	<u>1.778.401</u>
De não residentes		
À ordem	22.244	24.769
A prazo	59.714	61.399
	<u>81.958</u>	<u>86.168</u>
Outros recursos de clientes		
Cheques e ordens a pagar	8.170	11.919
	<u>8.170</u>	<u>11.919</u>
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo	827	1.296
De emigrantes	314	279
De outros residentes	19.688	14.395
De não residentes	760	611
	<u>21.589</u>	<u>16.581</u>
	<u>2.219.028</u>	<u>2.067.126</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

20. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos” tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização		
Por crédito a clientes - titularizado		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	248.450	247.627
Despesas com encargo diferido		
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	(403)	(520)
Encargos a pagar		
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	1.842	1.695
	249.889	248.802

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. IMPARIDADE ACUMULADA E PROVISÕES ACUMULADAS

O detalhe da rubrica imparidade acumulada e provisões acumuladas, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008, era como a seguir se mostra:

	Saldo 31-12-2007	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Transfe- rências (+/-)	Saldo 31-12-2008
<u>Activos financeiros disponíveis</u>						
<u>para venda (Nota 6)</u>	691	4.526	-	-	-	5.217
	<u>691</u>	<u>4.526</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.217</u>
<u>Risco país</u>						
Aplicações em títulos - AFDV						
Instrumentos de dívida	340	39	-	(379)	-	-
(Nota 6)	<u>340</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>(379)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Crédito de cobrança duvidosa</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	9.975	3.377	(789)	(4.963)	-	7.600
Activos titularizados não desreconhecidos	-	43	-	(43)	43	43
<u>Risco país</u>						
Crédito ao exterior	29	13	-	(10)	-	32
	<u>10.004</u>	<u>3.433</u>	<u>(789)</u>	<u>(5.016)</u>	<u>43</u>	<u>7.675</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários						
Crédito interno	24.117	21.392	(21.791)	(1.238)	-	22.480
Crédito ao exterior	133	454	-	(577)	-	10
Activos titularizados não desreconhecidos	-	382	-	(382)	382	382
Outros créditos e valores a receber (titulados)	110	-	-	-	-	110
<u>Risco país</u>						
Outras aplicações no estrangeiro	-	1	-	(1)	-	-
	<u>24.360</u>	<u>22.229</u>	<u>(21.791)</u>	<u>(2.198)</u>	<u>382</u>	<u>22.982</u>
(Nota 8)	<u>34.364</u>	<u>25.662</u>	<u>(22.580)</u>	<u>(7.214)</u>	<u>425</u>	<u>30.657</u>
<u>Activos não financeiros</u>						
Activos não correntes detidos para venda	7.427	-	(6.508)	(919)	-	-
(Nota 9)	<u>7.427</u>	<u>-</u>	<u>(6.508)</u>	<u>(919)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Devedores e outras aplicações	861	-	-	-	-	861
<u>Risco país</u>						
Aplicações em IC's no estrangeiro	-	76	-	-	-	76
(Nota 14)	<u>861</u>	<u>76</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>937</u>
<u>Riscos gerais de crédito</u>	20.044	2.145	-	(1.131)	24	21.082
<u>Outras provisões</u>	1.400	265	(33)	(721)	-	911
	<u>21.444</u>	<u>2.410</u>	<u>(33)</u>	<u>(1.852)</u>	<u>24</u>	<u>21.993</u>
	<u>65.127</u>	<u>32.713</u>	<u>(29.121)</u>	<u>(10.364)</u>	<u>449</u>	<u>58.804</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Na demonstração de resultados a rubrica “Correcções de valores associados ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores” inclui o saldo da conta “Recuperações de crédito, juros e despesas” no valor de m. Euros 2.457.

Por outro lado, a rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações” inclui um reforço de imparidade para activos financeiros disponíveis para venda no valor de m. Euros 4.526.

22. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 de “Passivos por impostos correntes” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	-	7.212
	<u>-</u>	<u>7.212</u>

23. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a rubrica “Outros passivos subordinados” tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Dívida emitida		
Obrigações subordinadas	11.011	654
	<u>11.011</u>	<u>654</u>

O detalhe da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
<u>Emitida em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Garantido 05/13"	410	A	9 de Maio de 2013
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Seguro 05/15"	238	B	9 de Junho de 2015
<u>Emitida no exercício</u>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB 08/18"	10.363	C	9 de Dezembro de 2018 p/ 1ª série 16 de Dezembro de 2018 p/ 2ª série
	<u>11.011</u>		

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- A - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- B - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60 ; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60 ; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60 ; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60 ; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,70 ; 3,75%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70 ; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70 ; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70 ; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80 ; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80 ; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80 ; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80 ; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90 ; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90 ; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90 ; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90 ; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00 ; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00 ; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00 ; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00 ; 4,50%]

C - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 6,50% (taxa anual);

Do 2º ao 10º cupão: Euribor 6M + 1,50% (taxa anual);

11º cupão e seguintes: Euribor 6M + 1,75% (taxa anual).

Por Euribor 6 meses entende-se a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários denominados em Euros, oferecidos na zona da União Económica e Monetária entre Bancos de 1ª linha, cotados na base actual/360, e divulgada na página EURIBOR01 da Reuters.

Será fixada para efeitos de cálculo a taxa Euribor de 6 meses, fixada 2 dias úteis antes da data de início de cada período de contagem de juros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

24. OUTROS PASSIVOS

A rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Credores e outros recursos		
Recursos diversos	8	8
Sector público administrativo	5.823	4.461
Cobranças por conta de terceiros	35	30
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar	1	1
Contribuições para outros sistemas de saúde	192	167
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	98	111
Credores por fornecimento de bens	4.736	4.638
Outros credores	3.034	1.852
	<u>13.927</u>	<u>11.268</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Flutuação de valores (Nota 42 alínea c))	-	10.338
Insuficiência na cobertura de responsabilidades (Nota 42 alínea d) e e)	1.651	-
	<u>1.651</u>	<u>10.338</u>
Encargos a pagar		
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Benefícios pós emprego		
Prémio de antiguidade	3.261	1.855
Outros	8.727	9.146
	<u>11.988</u>	<u>11.001</u>
Receitas com rendimento diferido		
Outros receitas com rendimento diferido	806	1.507
	<u>806</u>	<u>1.507</u>
Outras contas de regularização	<u>1.058</u>	<u>550</u>
	<u>29.430</u>	<u>34.664</u>

A rubrica “Sector público administrativo” inclui m.Euros 835 de IVA e m.Euros 4.489 de retenções na fonte de impostos, os quais foram pagos ao estado nos prazos legais.

A rubrica “Credores diversos – outros credores” inclui m.Euros 1.383 de sinais recebidos em contratos de promessa de compra e venda.

A rubrica “ Encargos a pagar outros” inclui m.Euros 6.241 relativos a estimativas para férias e subsídio de férias a pagar em 2009.

25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital subscrito do Finibanco ascende a m.Euros 120.000 e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 120.000.000 acções de valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Finibanco Holding detém 100% das acções representativas do capital social do Finibanco.

O Finibanco não detém em 31 de Dezembro de 2008 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As informações sobre os requisitos de capital regulamentar encontram-se descritas na parte final do Relatório de Gestão.

26. DIVIDENDOS PAGOS

No exercício de 2008 foram pagos dividendos relativos aos resultados do exercício anterior no montante de m.Euros 3.000, que corresponderam a Euros 0,025 por acção (m.Euros 5.000 e Euros 0,042 por acção no exercício de 2007).

27. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades		
Em bancos centrais	1.771	1.397
Em outras instituições de crédito	239	203
Aplicações em instituições de crédito	16.729	12.782
Crédito a clientes	143.411	118.227
Crédito vencido	3.205	2.279
Outros activos financeiros		
Activos detidos para negociação	15.741	17.770
Activos financeiros disponíveis para venda	5.064	2.120
Activos titularizados não desreconhecidos	20.195	10.722
Devedores e outras aplicações	3	32
Outros juros e rendimentos similares	1	66
	<u>206.359</u>	<u>165.598</u>
Outras comissões recebidas		
Operações de crédito	7.032	6.500
	<u>213.391</u>	<u>172.098</u>
Juros e encargos similares		
Recursos de outros bancos centrais	47	-
Recursos de outras instituições de crédito	5.985	5.329
Recursos de clientes	91.104	60.968
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	1.851	1.980
Passivos financeiros de negociação	18.594	24.915
Passivos por activos não desreconhecidos	19.615	10.722
Passivos subordinados	5.548	3.728
Outros juros e encargos similares	20	44
	<u>142.764</u>	<u>107.686</u>
Comissões pagas associadas ao custo amortizado		
Passivos por activos não desreconhecidos	118	64
	<u>142.882</u>	<u>107.750</u>
Rendimentos provenientes de :		
Activos financeiros disponíveis para venda	20	2.363
Outros instrumentos de capital	4.089	52
	<u>4.109</u>	<u>2.415</u>
	<u>74.618</u>	<u>66.763</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A rubrica “Outros juros e rendimentos similares” incluem m.Euros 12.055 de juros relativos a contratos de locação financeira em que o Finibanco é locador (m.Euros 10.375 em 31 de Dezembro de 2007).

A rubrica “Outros juros e encargos” similares incluem m.Euros 4 de juros relativos a contratos de locação financeira em que o Finibanco é locatário (m.Euros 10 em 31 de Dezembro de 2007).

28. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Rendimentos de serviços e comissões por :		
Garantidas prestadas	2.120	1.881
Compromissos assumidos perante terceiros	738	448
Operações sobre instrumentos financeiros	685	310
Serviços prestados		
Comissão de fundos e patrimónios	410	436
Outros serviços prestados	3.099	2.615
Operações realizadas por conta de terceiros	650	1.448
Outras comissões recebidas		
Corretagem	650	1.449
Outras comissões recebidas	7.899	5.658
	<u>16.251</u>	<u>14.245</u>
Encargos com serviços e comissões por :		
Garantias recebidas	3	2
Serviços bancários prestados por terceiros	1.619	1.436
Operações realizadas por terceiros	206	632
Outras comissões pagas	276	805
	<u>2.104</u>	<u>2.875</u>
	<u>14.147</u>	<u>11.370</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

29. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Rendimentos de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	7.550	37.717
Instrumentos derivados	27.401	43.619
Passivos financeiros de negociação	-	312
Instrumentos financeiros designados ao justo valor (fair value option) ganhos		
Operações passivas	10.966	12.789
	<u>45.917</u>	<u>94.437</u>
Perdas em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	25.785	18.129
Instrumentos derivados	33.929	40.576
Passivos financeiros de negociação	-	573
Instrumentos financeiros designados ao justo valor (fair value option) perdas		
Operações passivas	11.251	6.168
	<u>70.965</u>	<u>65.446</u>
	<u>(25.048)</u>	<u>28.991</u>

30. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	17.081	22.235
	<u>17.081</u>	<u>22.235</u>
Perdas em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	2.210	234
	<u>2.210</u>	<u>234</u>
	<u>14.871</u>	<u>22.001</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

A rubrica “Resultados de reavaliação cambial”, em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos em :		
Operações financeiras		
Diferenças cambiais	105.125	39.754
	<u>105.125</u>	<u>39.754</u>
Perdas em :		
Operações financeiras		
Diferenças cambiais	99.115	41.930
	<u>99.115</u>	<u>41.930</u>
	<u>6.010</u>	<u>(2.176)</u>

32. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

A rubrica “Resultados de alienação de outros activos”, em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos em :		
Alienação de crédito a clientes	11.000	-
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Ganhos realizados	3.459	30
Outros activos tangíveis		
Ganhos realizados	132	63
	<u>14.591</u>	<u>93</u>
Perdas em :		
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Perdas realizadas	3	15
Outros activos tangíveis		
Perdas realizadas	3	2
	<u>6</u>	<u>17</u>
	<u>14.585</u>	<u>76</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

33. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros resultados de exploração” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos em :		
Ganhos em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Ganhos não realizados	865	158
Outros activos tangíveis		
Locação Financeira	648	161
Outros activos não financeiros	48	39
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	9.141	8.207
Prestação de serviços diversos	5.410	5.250
Outros	1.864	2.253
	<u>17.976</u>	<u>16.068</u>
Perdas em :		
Outros impostos	453	528
Quotizações e donativos	195	220
Contribuições para o FGD e FGCAM	464	341
Perdas em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Perdas não realizadas	1.156	1.864
Outros activos tangíveis		
Activos em locação financeira	115	6
Outros activos tangíveis		
Perdas não realizadas	50	42
Outros encargos e gastos operacionais	818	511
	<u>3.251</u>	<u>3.512</u>
	<u>14.725</u>	<u>12.556</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

34. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Custos com pessoal” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização	1.411	1.301
De empregados	38.328	35.005
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	6.682	5.915
Benefícios de empregados		
Benefícios de reforma	4.038	5.328
SAMS	303	280
Subsídio por morte	162	134
Outros	972	49
Outros custos com o pessoal		
Indemnizações contratuais	143	444
Transferências de pessoal	49	21
Outros custos com o pessoal	292	293
	52.380	48.770

O desdobramento do valor afecto ao fundo de pensões é apresentado na Nota 42.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número médio de efectivos do Finibanco por categorias profissionais, era o seguinte:

	31-12-2008	31-12-2007
Administração	2	2
Direcção	71	68
Chefia	264	238
Técnicos	372	332
Administrativos	417	362
Outros	18	17
	1.144	1.019

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

35. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Com fornecimentos :		
Água, energia e combustíveis	2.125	1.408
Material de consumo corrente	1.223	1.291
Publicações	49	46
Material de higiene e limpeza	41	40
Outros fornecimentos de terceiros	150	122
	<u>3.588</u>	<u>2.907</u>
Com serviços :		
Rendas e alugueres	8.551	7.579
Comunicações	3.247	2.490
Deslocações, estadas e representação	905	991
Publicidade e edição de publicações	2.050	2.192
Conservação e reparação	2.139	1.905
Transportes	382	307
Formação de pessoal	70	175
Seguros	577	375
Serviços especializados	9.837	7.626
Outros serviços de terceiros	2.608	2.417
	<u>30.366</u>	<u>26.057</u>
	<u>33.954</u>	<u>28.964</u>

A rubrica “rendas e alugueres” inclui o valor de m.Euros 5.476 (m.Euros 4.989 em 31 de Dezembro de 2007) relativa à locação operacional de imóveis onde o Finibanco tem instaladas parte das suas agências e serviços centrais, inclui o valor de m.Euros.1.446 relativo a contratos de aluguer de equipamento informático e de transmissão (m.Euros 2.168 em 31 de Dezembro de 2007), incluindo ainda o valor de m.Euros 97 de contratos de aluguer de viaturas de serviço próprio (m.Euros 70 em 31 de Dezembro de 2007)

Os totais dos futuros pagamentos mínimos associados a contratos de locações operacionais (equipamento informático) não canceláveis são os seguintes:

	31-12-2008	31-12-2007
Pagamentos até 1 ano	33	376
Pagamentos entre 1 e 5 anos	-	257
Pagamentos à mais de 5 anos	-	-
	<u>33</u>	<u>633</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

36. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva 31 de Dezembro de 2008 e 2007, pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
Imposto corrente :		
1. Resultado antes de impostos	(506)	30.330
2. Taxa legal de imposto (IRC + Derrama)	26,50%	26,50%
3. Carga fiscal normal (1*2)	-	8.037
4. Variações patrimoniais positivas	-	-
5. Variações patrimoniais negativas	(5.083)	(751)
6. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
6.1. Reintegrações não aceites	29	25
6.2. Provisões não dedutíveis	4.636	15.386
6.3. Mais valias fiscais	34	27
6.4. Derivados	-	-
6.5. Imputação de lucros de sociedades não residentes	-	-
6.6. Encargos financeiros com a aquisição de participações	-	-
6.7. Outros custos não dedutíveis	8.726	1.954
7. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
7.1. Redução de provisões não tributadas	(4.223)	(3.025)
7.2. Benefícios fiscais	(1.932)	(1.603)
7.3. Derivados	-	-
7.4. Excesso de estimativa de impostos	-	(434)
7.5. Rendimentos nos termos do artigo 46º	(4.224)	(1.314)
7.6. Outros proveitos não tributados	(7.040)	(2.833)
8. Resultados não tributáveis (ZFM)	17	(383)
9. Prejuízos fiscais reportáveis	-	-
10. Lucro tributável (1+4+5+6+7-8+9)	(9.600)	38.145
11. Imposto antes da tributação autónoma (10*2)	-	10.108
12. Tributações autónomas	256	124
13. Imposto total (11+12)	256	10.232
14. Taxa efectiva (13/1) (*)	-	33,74%

(*) Atendendo a que o resultado antes de imposto é negativo o imposto a pagar no exercício no montante de m.Euros 256 refere-se a tributação autónoma

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Quando haja lugar a prejuízos fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), o período a considerar é de seis anos.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

37. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Garantias prestadas e outros passivos eventuais :		
Garantias pessoais/institucionais	106.995	105.368
Garantias reais (activos dados em garantia)	214.566	13.375
	<u>321.561</u>	<u>118.743</u>
Garantias recebidas :		
Garantias pessoais/institucionais	2.029.280	1.578.806
Garantias reais (activos recebidos em garantia)	1.465.459	1.317.116
	<u>3.494.739</u>	<u>2.895.922</u>
Compromissos perante terceiros :		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	169.301	186.879
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para FGD	2.367	2.315
Responsabilidade potencial para com SII	456	534
Outros compromissos irrevogáveis	-	7.650
Compromissos revogáveis	234.549	204.839
	<u>406.673</u>	<u>402.217</u>
Operações cambiais e instrumentos derivados :		
Operações cambiais à vista	20.453	10.021
Instrumentos de negociação	588.302	910.192
Instrumentos de cobertura	814.210	1.002.993
	<u>1.422.965</u>	<u>1.923.206</u>
Responsabilidades por prestação de serviços :		
Depósito e guarda de valores	1.485.476	2.218.568
De cobrança de valores	71.338	80.063
	<u>1.556.814</u>	<u>2.298.631</u>
Serviços prestados por terceiros :		
Por depósito e guarda de valores	709.565	1.340.413
Por cobrança de valores	52.636	53.821
	<u>762.201</u>	<u>1.394.234</u>
Outras contas extrapatrimoniais :		
Consignações	22	29
Créditos abatidos ao activo		
Créditos		
Crédito Abatido	20.935	97.842
Crédito Abatido Cedido	95.995	-
Títulos	71	71
Juros vencidos	1.025	563
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	249.091	235.538
Obrigações de caixa emitidas	164.682	168.451
Crédito renegociado	19.836	14.778
Provisões acumuladas para crédito renegociado	1.405	1.245
	<u>553.062</u>	<u>518.517</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No âmbito das operações de política monetária de Eurosistema, o Finibanco entregou como colateral a totalidade da tranche mais sénior da operação de titularização “Aqua Mortgages nº 1 (valor nominal de m.Euros 203.176), o que permite a realização de operações junto do BCE até ao valor de mercado desses mesmos títulos, ajustado do respectivo *haircut*. Os títulos estão registados na rubrica “ Garantias prestadas e outros passivos eventuais – Garantias reais (activos dados em garantia)” encontrando-se valorizados tendo em conta os princípios de valorização dos activos subjacentes a operações de política monetária definidos pelo Eurosistema sendo o seu valor em 31 de Dezembro de m.Euros 199.122.

38. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante global dos elementos do activo e passivo do Finibanco, S.A. expressos em moeda estrangeira, convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, é como segue:

<u>Activos</u>		<u>Passivos</u>	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.182	Passivos financeiros detidos para negociação	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.512	Recursos de outras instituições de crédito	2.625
Activos financeiros detidos para negociação	9	Recursos de clientes e outros empréstimos	27.641
Activos financeiros disponíveis para venda	436	Outros passivos e contas de regularização	10.440
Aplicações em instituições de crédito	0	Reservas de Reavaliação	(264)
Crédito a clientes	31.294		
Outros activos e contas de regularização	9		
	<u>40.442</u>		<u>40.442</u>

39. RELATO POR SEGMENTO

A segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2008 é apresentada no Anexo IV.

Substancialmente as actividades do Banco desenvolvem-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

40. GESTÃO DO RISCO

Na Secção 2.6 do Relatório de Gestão são apresentadas as informações qualitativas e quantitativas relativas à Gestão dos vários riscos da actividade do Banco.

41. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**AQUA SME 1**

Em Junho de 2007 o Finibanco, SA efectuou uma operação de titularização da qual se destaca o seguinte:

Data da realização da operação: 14 de Junho de 2007

Montante: m.Euros 250.000

Duração do programa: 10 anos

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua SME 1

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas

Duração média ponderada remanescente: 0,249 anos

Taxa de juro média ponderada dos activos: 6,88%

Rating médio da carteira cedida: n.a.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Características dos instrumentos emitidos

<u>Denominação do instrumento</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Montante detido</u>	<u>Taxa de juro</u>
Classe A units	235.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe B units	15.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe C units	8.750	8.750	Excess spread

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de revolving e conforme ritmo de amortização dos créditos e de acordo com a seguinte prioridade:

- 1º Classe A units
- 2º Classe B units
- 3º Classe C units

As Class C foram integralmente tomadas pelo Finibanco S.A.

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Créditos de m.Euros 250.000 e m.Euros 8.750 de cash reserve.

Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo**Montantes a título de:**

Disponibilidades de caixa do emitente: n.a.

Linhas de liquidez: n.a.

Outros financiamentos: n.a.

Cash reserve inicial, limite máximo e mínimo: inicial m.Euros 8.750; máximo m.Euros 8.750; mínimo m.Euros 8.000

Garantias: n.a.

Proveitos residuais: a reverter para o Banco como remuneração das Classe C units.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: n.a.

Recompra dos activos remanescentes: Clean up call de 10%, a preços de mercado.

Outros n.a.

n.a. Não aplicável

No exercício de 2008, o Finibanco, S.A. alienou 20,6% dos títulos da Classe C, tranche até então integralmente detida por esta sociedade.

Entidades que intervêm na operação

<u>Nome da entidade</u>	<u>País da sede</u>	<u>Tipo de entidade</u>	<u>Função desempenhada</u>	<u>Relação de participação</u>
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Aqua SME 1 Fundo	Portugal	Fundo de titularização de créditos	Comprador	não tem
Navegater SGFTC	Portugal	SGFTC	Gestão de FTC	não tem
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Gestor de créditos	n.a.
Deutsche Bank S.A.	Portugal	Banco	Custodiante	não tem
Banco Espírito Santo de Investimento S.A	Portugal	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Linha liquidez Class B	não tem
Banco Espírito Santo S.A	Portugal	Banco	Linha liquidez Class A	não tem
European Investment Fund	Luxemburgo	Instituição europeia	Garante Class B	não tem

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Banco detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica “Activos titularizados não desreconhecidos”, e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Os fundos recebidos pela venda dos créditos estão registados na rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos”.

AQUA MORTGAGE Nº1

Em Dezembro de 2008, o Finibanco, S.A. efectuou uma operação de titularização de créditos à habitação, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites como colateral no âmbito das operações do Eurosistema, da qual se destaca o seguinte:

Identificação da Operação: Aqua Mortgages Nº 1

Tipo de operação: RMBS Tradicional

Montante da operação: 233 Milhões de Euros

Data de realização da operação: 09 de Dezembro de 2008

Prazo de vencimento da operação: Dezembro de 2063

Data prevista para o exercício da clean-up call: a partir do ano de 2033

Caracterização da operação de titularização

Instituição cedente: Finibanco S.A.

Tipos de posições em risco: Crédito à habitação

Descrição dos principais critérios de selecção dos activos para a carteira titularizada: Crédito à habitação, em euros, imóvel localizado em Portugal, com data de maturidade inferior a Dezembro de 2060, com montante máximo de Eur 1.000.000,00, sem pagamentos em atraso há mais de 30 dias e com taxa de juro indexada

Grau de risco médio da carteira cedida: 63,23% (método padrão)

Revolving: por um período de 2 anos após o início da operação

Caracterização das posições em risco titularizadas

Limite máximo de posições em risco titularizadas: Eur 233.000.000,00

Valor das posições em risco titularizadas, na data de início da operação:

-Valor médio dos contratos: Eur 66.059,08

-Posição em risco mais significativa: Eur 620.529,65

-Duração média ponderada remanescente: 25 anos

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Desagregação do valor das posições de titularização

Caracterização das tranches				euros	
Denominação da posição de titularização	Tranche (notação)	Quant	Montante	Taxa de Juro	Data de reembolso
Classe A	AAA		203.176.000,00	Euribor 6M + 15bps	Dez-63
Classe B	-		29.824.000,00	Euribor 6M + 40bps	Dez-63
Classe C	-		3.500.000,00	Excess Spread	Dez-63
TOTAL	-		236.500.000,00		

Detentores das tranches			euros
Denominação do Instrumento	Entidade Detentora Dos títulos	Tranche (notação)	Montante Detido
Classe A	Finibanco, S.A	AAA	203.176.000,00
Classe B	Finibanco, S.A	-	29.824.000,00
Classe C	Finibanco, S.A	-	3.500.000,00
Total			236.500.000,00

Compromissos assumidos e/ou interesses retidos / a reter pela instituição ou por uma instituição do grupo.

Reserva de caixa inicial, limite máximo e mínimo: Montante inicial de Eur 3.500.000; máximo de Eur 3.500.000; mínimo de Eur 1.200.000,00.

Linhas de liquidez: não existem linhas de liquidez associadas à operação

Garantias: não existem linhas de garantias adicionais associadas à operação

Proveitos residuais: n.a.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: não existem swaps de taxa de juro ou outros instrumentos derivados associados à operação.

Entidades que intervêm na operação:

Designação da entidade	País da Sede	Tipo de entidade/ actividade	Função Desempenhada	Relação de Participação
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Arranger	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Servicer	n.a.
Tagus - Soc. Titularização Créditos S.A.	Portugal	Soc. Tit. Créditos	Emitente	não tem
Deutsche Bank AG, London Branch	Inglaterra	Banco	Agente pagador	não tem
Deutsche Trustee Company Limited	Inglaterra	Serviços Financ.	Common representative	não tem
Standard & Poors	Espanha	Agência de Rating	Agência de Rating	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Banco detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Dadas as características e finalidade da operação não ocorreu a entrada de fundos. Assim e no cumprimento do parágrafo 39 da IAS 39 e AG 58 da mesma norma, as tranches Classe A e B estão representadas no Balanço de forma autónoma pelos créditos não desreconhecidos não havendo, portanto, lugar ao registo de passivos financeiros associados a activos transferidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

42. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Conforme referido na Nota 2.4, e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, foram:

	31.12.2008	31.12.2007
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa anual de crescimento salarial	3%	3%
Taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo	5%	5%
Taxa de desconto	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento das pensões	3%	3%
SAMS	6,5% *	6,5% *

* sobre o valor das responsabilidades calculadas nos termos do ACTV

A taxa de desconto utilizada reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade na zona euro com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões

A taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo foi determinada pela sociedade gestora do Fundo utilizando as rentabilidades anuais esperadas a longo prazo para cada classe de activos, definidas com base em estudo de uma consultora internacional sobre o histórico das rendibilidades de mercado e uma ponderação resultante do *benchmark* definido para a estrutura de activos do Fundo.

No exercício de 2008 a taxa anual de rendimento dos activos do Fundo foi de (11,99%) (14,23% em 2007) e a taxa anual de crescimento salarial e das pensões de 2,6%.

De acordo com as informações obtidas do actuário responsável pela preparação do estudo actuarial, não foi considerada no cálculo actuarial qualquer taxa de rotação dada a ausência de referências estatísticas de mercado credíveis e pelo facto de, com os dados internos do Banco, as análises históricas efectuadas ao comportamento da rotação interna demonstrarem comportamentos irregulares, que ao serem incorporados no estudo poderiam conduzir a variações futuras de responsabilidades difíceis de justificar de forma consistente.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

b) População

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 da seguinte forma:

	31.12.2008	31.12.2007
1.Empregados no activo	899	863
2.Pensionistas	13	12
3.Total (1+2)	912	875
4.Ex – participantes com direitos adquiridos	406	394
5.Total (3+4)	1.318	1.269

c) Valores reconhecidos no balanço

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	57.655	3.249	1.860	62.764
2. Pensionistas	2.001	130	86	2.217
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	59.656	3.379	1.946	64.981
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	58.181	3.200	1.949	63.330
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 24) (3-4)	1.475	179	(3)	1.651
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 14) (4-3)	-	-	-	-
7. % de cobertura do financiamento	98%	95%	100%	97%
31/12/2007				
	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	50.561	2.824	1.548	54.933
2. Pensionistas	1.476	96	7	1.579
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	52.037	2.920	1.555	56.512
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	59.114	2.852	1.675	63.641
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 24) (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 14) (4-3)	7.077	(67)	120	7.129
7. % de cobertura do financiamento	114%	98%	108%	113%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo				
1. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados				
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	4.661	103	320	5.084
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-	-	-
2. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros				
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	(3.367)	(310)	(466)	(4.143)
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido				
A amortizar por resultados transitados em 8 anos	8.309	-	639	8.948
A amortizar por resultados transitados em 10 anos	-	1.407	-	1.407
3. Responsabilidades a amortizar (Nota 14) (1.2+2.2)	8.309	1.407	639	10.355

Conforme referido no ponto 7 da Nota 2 o Aviso 7/2008 que alterou o Aviso 12/2001 veio permitir que o saldo ainda por especializar à data de 30 de Junho de 2008 possa ser reconhecido por um período adicional de 3 anos face à duração inicialmente prevista (5 anos para benefícios de reforma e subsídio por morte e 7 anos para SAMS) razão pela qual em 2008 os valores a especializar referem amortizações em 8 anos (benefícios de reforma e subsídio por morte) e 10 anos (SAMS).

31/12/2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo				
1. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados				
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 14)	(5.684)	(401)	(110)	(6.195)
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-	-	-
2. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros				
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 14)	(3.367)	(310)	(466)	(4.143)
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido				
A amortizar por resultados transitados em 5 anos	10.968	-	844	11.812
A amortizar por resultados transitados em 7 anos	-	1.675	-	1.675
3. Responsabilidades a amortizar (Nota 14) (1.2+2.2)	10.968	1.675	844	13.487

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	52.037	2.920	1.555	56.512
2. Custos do serviço corrente	4.950	308	172	5.430
3. Custo de juros	2.729	153	82	2.964
4. Pensões pagas	119	7	-	126
5. Perdas (ganhos) actuariais				
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	59	5	137	201
Por alteração de pressupostos – Taxa de desconto	-	-	-	-
Por revisão de estimativa de valor pensionável	-	-	-	-
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	7.619	459	391	8.469
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	59.656	3.379	1.946	64.981

31/12/2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	51.092	2.835	1.702	55.629
2. Custos do serviço corrente	5.822	388	205	6.415
3. Custo de juros	2.529	143	77	2.749
4. Pensões pagas	77	-	-	77
5. Perdas (ganhos) actuariais				
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	833	(69)	85	849
Por alteração de pressupostos – Taxa de desconto	(13.297)	(730)	(514)	(14.541)
Por revisão de estimativa de valor pensionável	5.135	353	-	5.488
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	945	85	(147)	883
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	52.037	2.920	1.555	56.512

e) Movimento registado nos activos do Fundo

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	59.113	2.852	1.675	63.641
2. Rendimento líquido do fundo	(7.085)	(342)	(201)	(7.628)
3. Contribuição entregue ao fundo	6.271	697	475	7.443
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	118	7	-	126
5. Outras variações líquidas	-	-	-	-
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	58.181	3.200	1.949	63.330

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	51.676	-	-	51.676
2. Rendimento líquido do fundo	7.364	332	195	7.891
3. Contribuição entregue ao fundo	-	2.520	1.480	4.000
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	77	-	-	77
5. Outras variações líquidas	150	-	-	150
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	59.113	2.852	1.675	63.640

f) As principais categorias de activos do Fundo são as seguintes:

Tipos de investimento	31.12.2008	31.12.2007
Terrenos e edifícios	13,9%	9,6%
Acções e unidades de participação	24,4%	43,1%
Obrigações – Dívida pública	26,1%	29,9%
Obrigações – Outros emissores	17,6%	13,0%
Depósitos em instituições de crédito	17,4%	3,5%
Outros	0,6%	0,9%
	100%	100%

Os imóveis detidos pelo Fundo encontram-se arrendados ao Banco ou subsidiárias da sua empresa-mãe.

g) Gastos reconhecidos no exercício

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1. Custo do serviço corrente	4.950	308	172	5.430
2. Custo dos juros	2.728	153	82	2.963
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.200	158	92	3.450
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	-	-
5. Contribuições dos funcionários	440	-	-	440
6. Outras variações	-	-	-	-
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	4.038	303	162	4.503

O custo dos serviços correntes relativo a membros dos órgãos de administração do Banco encontra-se divulgado na (Nota 43).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1.Custo do serviço corrente	5.822	388	205	6.415
2.Custo dos juros	2.529	143	77	2.749
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	2.873	-	-	2.873
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	-	-
5. Contribuições dos funcionários	-	251	148	399
6. Outras variações	150	-	-	150
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	5.328	280	134	5.742

A contribuição esperada para o Fundo para o exercício de 2009 ascende a m.Euros 5.646.

h) Análises de sensibilidade

A redução de 0,25% na taxa de desconto teria um efeito de aumento das responsabilidades em cerca de 4,9 milhões de euros.

Uma variação de 1% na taxa de SAMS representaria um impacto de cerca de 520 mil euros (aumento de responsabilidades em caso de incremento da taxa e redução no caso contrário)

i) Análise evolutiva

O quadro seguinte apresenta uma análise evolutiva dos valores do exercício e dos últimos 4 anos:

Responsabilidades com benefícios de reforma	2008	2007	2006	2005	2004
Responsabilidades por serviços passados	(59.656)	(52.037)	(51.092)	(43.088)	(22.145)
Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	58.181	59.114	51.676	26.662	18.552
Excesso /(Insuficiência) de cobertura	(1.475)	7.077	584	(16.426)	(3.593)
% de cobertura do financiamento pelo Fundo	98%	114%	101%	62%	84%
Ajustamentos de experiência em passivos do plano	(59)	(833)	(452)	(276)	307
Ajustamentos de experiência em activos do plano	(10.285)	4.491	1162	316	(259)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

43. PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas apresenta-se como segue:

Accionistas

ÁLVARO PINHO COSTA LEITE – Accionista com controlo final
 MARIA AUGUSTA RESENDE COSTA LEITE - Accionista com controlo final
 APCL FINANCEIRA - SGPS, LDA- Entidade com controlo final
 VIC (SGPS), SA
 FINIBANCO - HOLDING, SGPS SA – Empresa mãe

Membros do Conselho de Administração

ÁLVARO PINHO COSTA LEITE
 HUMBERTO COSTA LEITE
 ARTUR JESUS MARQUES
 ARMANDO ESTEVES
 JOAQUIM MENDES CARDOSO

Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Finibanco / APCL

FINI INTERNATIONAL LUXEMBOURG SA
 FINIBANCO VIDA-COMPANHIA SEGUROS VIDA,SA
 FINICRÉDITO-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA
 FINIMÓVEIS SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE SERVIÇOS AUXILIARES,SA
 FINISEGUR-SOCIEDADE MEDIADORA SEGUROS,SA
 FINIVALOR-SOCIEDADE GESTORA FUNDOS MOBILIÁRIOS,SA
 FINIBANCO SA - ANGOLA
 LESTINVEST, SGPS SA
 FERREIROS & ALMEIDA - GES COM BEN IM, SA
 SAF - IMOBILIÁRIA, S A
 SOGIPTO-GESTÃO IMOBILIÁRIA, S A
 SOGILEÇA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA
 SOGIBRAGA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA
 LAMEIRA - IMOBILIÁRIA, LDA
 ESTIA SGPS
 Vic Beteiligungsverwaltungs GmbH
 ROSUD SRL
 MAMAIA INVESTMENTS, SRL.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Sociedades onde Accionistas e membros da Administração têm influência significativa

EMPICAIMA-CONSTRUÇÕES SA
GLOBAL DIS-DISTRIBUIÇÃO GLOBAL MATERIAIS,SA
IMOBILIÁRIA DA CAVADA, LDA
IMOCAMBRA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA
MARTIFER RETAIL
PEDRAL-PEDREIRAS DO CRASTO DE CAMBRA, SA
PREDICAIMA - COMÉRCIO IMOBILIÁRIO, SA
PROMOQUATRO-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
SITAPE - INDÚSTRIA METALÚRGICA, SA
SOGICAIMA-GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA
STOCKTRANS - LOGÍSTICA TRANSPORTES, LDA
VICAIMA - Puertas y Derivados, S.L.
VICAIMA - Türenwerk Handels GmbH
Vicaima Beteiligungsverwaltungs GmbH
VICAIMA FINANCE - SGPS, LDA
VICAIMA INVEST - SGPS, LDA
VICAIMA INVESTMENTS LIMITED
VICAIMA MADEIRAS (SGPS), SA
VICAIMA PARTICIPA - SGPS, LDA
VICAIMA, Limited
VICAIMA/CIFIAL, ACE
VICAIMA-INDÚSTRIA DE MADEIRAS E DERIVADOS, SA

Fundo de Pensões de colaboradores do Grupo Finibanco

FUNDO PENSÕES FNB – GERIDO POR CGD PENSÕES

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante global dos activos, passivos, rendimentos, encargos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

	Accionistas do Finibanco	Membros do Conselho de Administração	Empresas Subsidiárias e Associadas	Sociedades onde Accionistas e Membros de Administração têm influência significativa	Fundo de pensões de Colaboradores do Grupo Finibanco	Total
<u>Activo</u>						
Crédito	187.854	140	247.581	3	-	435.578
Outros activos	-	-	7.228	-	-	7.228
	187.854	140	254.809	3	-	442.806
<u>Passivo</u>						
Passivos Financeiros	4.856	211	185	-	-	5.252
Depósitos	10.895	3.799	23.632	284	12.131	50.741
	15.751	4.010	23.817	284	12.131	55.993
<u>Rendimentos</u>						
Juros e rendimentos similares	9.274	5	14.146	-	1	23.426
Rendimentos com serviços e comissões	629	5	770	5	-	1.409
	9.903	10	14.916	5	1	24.835
<u>Encargos</u>						
Juros e encargos similares	635	121	698	-	159	1.613
Outros custos	805	-	277	-	-	1.082
	1.440	121	975	-	159	2.695
<u>Extrapatrimoniais</u>						
Garantias e avals	953	-	866	-	-	1.819
Depósito e guarda de valores	161.057	3.295	4.066	81.142	-	249.560
	162.010	3.295	4.932	81.142	-	251.379

A rubrica de Crédito a Accionistas inclui crédito titulado à empresa mãe no montante de m.Euros 152.082.

As operações de crédito a Accionistas e Empresas subsidiárias e associadas são de suporte à tesouraria e foram realizadas a taxa variável com *spread* considerado de mercado, não tendo colaterais associados.

O montante de m.Euros 7.228 da rubrica Outros Activos sobre empresas subsidiárias e associadas não são remunerados e não foram constituídas quaisquer provisões ou imparidade.

Os passivos financeiros (que correspondem a empréstimos obrigacionistas) e os depósitos são igualmente remunerados a taxas consideradas de mercado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As remunerações dos membros dos órgãos sociais desdobram-se da seguinte forma:

	2008	2007
Benefícios de curto prazo (Nota 34)	1.411	1.301
Benefícios pós emprego	38	43
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Pagamentos com base em acções	-	-
	1.449	1.344

44. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No seguinte quadro apresenta-se uma análise dos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007:

31-12-2008	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Cotação em Bolsa	NAV*	Técnica de valorização		
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	44	553	4.698	8.264	13.559
Activos financeiros detidos para venda	16.920	8.586	-	13.415	38.921
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	27.422	-	27.422
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	138.130	-	138.130
31-12-2007					
	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Cotação em Bolsa	NAV*	Técnica de valorização		
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	27.917	44.857	3.952	-	76.726
Activos financeiros detidos para venda	53.964	5.090	-	14.187	73.241
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	28.313	-	28.313
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	151.591	-	151.591
* NAV - Net Assets Value					

* NAV - Net Assets Value

O justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.3. do anexo às demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Para os instrumentos considerados na coluna ao custo de aquisição não foi possível determinar valorizações fiáveis.

As técnicas de valorização dos instrumentos financeiros e de negociação e ao justo valor através de resultados baseiam-se no cálculo do valor presente dos fluxos futuros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O desconto dos cash-flows futuros baseia-se na curva de cupão zero que não é mais que uma estimativa da Estrutura Temporal de Taxas de Juros.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva de taxa de juro designada de cupão zero com referência a 31 de Dezembro de 2008, para o Euro são as seguintes:

Prazo		Taxa	Prazo		Taxa
3m	3 meses	2,940%	6y	6 anos	3,382%
6m	6 meses	3,038%	7y	7 anos	3,498%
9m	9 meses	2,971%	8y	8 anos	3,593%
1y	1 ano	2,891%	9y	9 anos	3,670%
2y	2 anos	2,810%	10y	10 anos	3,730%
3y	3 anos	2,932%	15y	15 anos	3,838%
4y	4 anos	3,092%	20y	20 anos	3,756%
5y	5 anos	3,246%	30y	30 anos	3,416%

A essa curva é adicionado um *spread* considerado adequado às características de cada emissão e os indicadores observáveis no mercado.

Para os instrumentos mais complexos, incorporados nos produtos estruturados, foram utilizados os seguintes modelos de valorização: Black, Black-Scholes, Hull & White e simulações de Monte Carlo dos processos log-normais dos activos subjacentes.

45. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

46. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Finibanco SA decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "comprehensive income".

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Banco será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS – 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada. O Banco não espera qualquer impacto da introdução desta alteração.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda ("puttable instruments") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Banco não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Banco não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Banco não espera quaisquer impactos da introdução da alteração desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Banco será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível do Banco.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 14 que clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo. Um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. A IAS 19 limita a mensuração desses activos ao valor presente de benefícios económicos disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo. A data de efectiva aplicação desta interpretação é 1 de Janeiro de 2009 e o Finibanco SA não espera impactos significativos na sua aplicação.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Banco em 2009.

As principais alterações decorrentes do Annual Improvement Project apresentam-se em seguida:

Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. O Banco não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. O Banco não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

cessão do arrendamento e a data da sua alienação. O Banco não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pelo Banco em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras

Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. O Banco não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. O Banco não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. O Banco não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Banco.

Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. O Banco não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas e ainda não adoptadas pela União Europeia e consequentemente que ainda não entraram em vigor podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Banco não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;

o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Banco, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e

aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o método directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FINBANCO S.A.

ANEXO II

INVENTARIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor		Valor médio		Valor		Valor		Valor de Balanço em Euros	
		nominal		de aquisição (euro)		de cotação		do balanço (em moeda)		Bruto	Líquido
A. - CREDITOS TITULADOS											
Emitidos por residentes											
Títulos de Dívida											
De Outros Residentes											
Dívida Não Subordinada											
INCOMPOL-Industria de Componentes, Lda.	25	EUR	49.879,79	49.879,79	-	-	EUR	1.246.994,75	1.246.994,75	1.246.994,75	
FINBANCO HOLDING 04/09	1.950.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	9.750.000,00	9.750.000,00	9.750.000,00	
FINBANCO HOLDING 05/10 AGO	3.957.551	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	19.787.755,00	19.787.755,00	19.787.755,00	
FINBANCO HOLDING 05/10NOV	3.400.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	17.000.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00	
FINBANCO HOLDING 08/11 JUNHO	8.331.058	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	41.655.290,00	41.655.290,00	41.655.290,00	
FINBANCO HOLDING 08/13 NOVEMBRO	7.000.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00	
FINBANCO HOLDING 08/14 DEZEMBRO	5.600.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	28.000.000,00	28.000.000,00	28.000.000,00	
LESTINVEST SGPS II - 1ªEmissão	200	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	
									162.440.039,75	162.440.039,75	
B.-ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO											
Títulos											
Emitidos por residentes											
-Instrumentos de Dívida											
Dívida Não Subordinada											
Outros											
LESTINVEST SGPS - 1ªEmissão	1	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	51.710,74	51.710,74	51.710,74	
LESTINVEST SGPS - 2ªEmissão	73	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	3.746.230,63	3.746.230,63	3.746.230,63	
LESTINVEST SGPS - 3ªEmissão	79	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	4.012.891,68	4.012.891,68	4.012.891,68	
LESTINVEST SGPS - 4ªEmissão	9	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	452.784,41	452.784,41	452.784,41	
-Instrumentos de Capital											
MARTIFER SGPS NOM.	8910	EUR	0,50	9,34	EUR	3,76	EUR	33.501,60	33.501,60	33.501,60	
Emitidos por não residentes											
-Instrumentos de Capital											
QUEENS - S.WALK INVESTEMNT LTD	21.220	EUR		8,11	EUR	0,510	EUR	10.822,20	10.822,20	10.822,20	
-Outros											
G EMERGING MARKETS SPECIAL ASSETS FUND E	7.214,1500	EUR		91,66	EUR	76,64	EUR	552.892,46	552.892,46	552.892,46	
									8.860.833,72	8.860.833,72	
D.-ACTIVOS FINANCIEROS DISPONIVEIS PARA VENDA											
Títulos											
Emitidos por Residentes											
Instrumentos de dívida											
Instrumentos de dívida pública											
-A médio e longo prazos											
O.T. - SET 2013 5,45%	255.000.000	EUR	0,01	0,011213	EUR	0,010825	EUR	2.760.324,00	2.760.324,00	2.760.324,00	
O.T. - JUN 2011 5,15%	120.000.000	EUR	0,01	0,009854	EUR	0,010524	EUR	1.262.856,00	1.262.856,00	1.262.856,00	
O.T. - JUN 2014 4,375%	50.000.000	EUR	0,01	0,010037	EUR	0,010387	EUR	519.330,00	519.330,00	519.330,00	
O.T. - JUN 2018 4,45%	25.005.023	EUR	0,01	0,009999	EUR	0,010377	EUR	518.845,00	518.845,00	518.845,00	
O.T. - ABR 2011 3,20%	25.005.024	EUR	0,01	0,009606	EUR	0,010059	EUR	5.331.217,00	5.331.217,00	5.331.217,00	
De Outros Residentes											
Adquiridos no Âmbito de Operações de Titularização											
-Equiparados a First Loss Position											
AQUA SME Nº1 CLASSE C	6.950.000	EUR		1,000000	EUR	-	EUR	6.950.000,00	6.950.000,00	6.950.000,00	
TAGUS CLASSE C	3.500	EUR		1.264,285714	EUR	-	EUR	4.425.000,00	4.425.000,00	4.425.000,00	
-Instrumentos de Capital											
TEIXEIRA DUARTE-ENG. CONST.	900.469	EUR	0,50	2,684321	EUR	0,5980	EUR	2.417.147,54	2.417.147,54	538.480,46	
PROCAPITAL - Investimentos imobiliários, SA.	76.940	EUR	4,99	8,979822	-	-	EUR	690.907,53	690.907,53	0,00	
MATUR	50	EUR	4,99	0,498798	-	-	EUR	24,94	24,94	24,94	
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA.	5.882	EUR	4,99	63,600547	-	-	EUR	374.098,42	374.098,42	374.098,42	
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA.	20.000	EUR	4,99	81,917579	-	-	EUR	1.638.351,57	1.638.351,57	1.638.351,57	
AVENIDA DOS ALIADOS SA	4.000	EUR	5,00	5,000000	-	-	EUR	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
Emitidos por não Residentes											
Instrumentos de Dívida											
-Emissores Públicos Estrangeiros											
-A médio e longo prazos											
BUNDES OBLIGATION 2,5% 08/10/2010	500.000.000	EUR	0,01	0,009528	EUR	0,0101	EUR	5.060.600,00	5.060.600,00	5.060.600,00	
-Outros não Residentes											
CHEYNE CAPITAL GUARANTEED CREDIT NOTES	9.000.000	EUR		1,00	EUR	0,6769	EUR	6.092.100,00	6.092.100,00	6.092.100,00	
Instrumentos de Capital											
LA SEDA BARCELONA	2.729.782	EUR	1,00	1,309614	EUR	0,34	EUR	3.574.959,26	3.574.959,26	928.125,88	
S.W.I.F.T. - Society For Worldwide Interbank Financial Teleco	9	EUR	123,95	908,94	-	-	EUR	8.180,49	8.180,49	8.180,49	
Outros											
CHEYNE TOT RET CRED FD 1 CLASS C	25.000	EUR		100,00	EUR	82,306	EUR	2.057.650,00	2.057.650,00	2.057.650,00	
GLG EMERGING MARKETS SPEC SITS FUND CLASS B	8.770	USD		81,93	USD	69,20	USD	436.093,31	436.093,31	436.093,31	
									44.137.685,06	38.921.277,07	
TOTAL											
									215.438.558,53	210.222.150,54	

FINIBANCO S.A.

ANEXO III

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

Movimento do exercício de 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aquisições	Transf.	Amortizações do Exercício	Regulariz.	Abates (líquido)	Valor líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas						31-12-2008
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS								
. Sistemas de tratamento automático de dados	12.220	10.485	877	211	1.014	0	0	1.809
. Activos intangíveis em curso	260	0	253	(211)	0	0	0	302
. Outros activos intangíveis	93	32	0	0	0	0	0	61
	12.573	10.517	1.130	0	1.014	0	0	2.172
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS								
Imóveis								
. Imóveis de serviço próprio	14.403	1.894	226	219	651	0	100	12.203
. Obras em imóveis arrendados	23.017	13.666	5.820	717	1.747	0	35	14.106
. Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	38.626	25.858	4.601	0	4.570	0	30	12.769
Activos em locação operacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos em locação financeira	2.772	2.771	0	0	1	0	0	0
Activos tangíveis em curso	1.556	0	159	(936)	0	0	0	779
Outros activos tangíveis	3.006	879	661	0	205	0	1	2.582
	83.380	45.068	11.467	0	7.174	0	166	42.439
TOTAIS	95.953	55.585	12.597	0	8.188	0	166	44.611

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO, SA

ANEXO IV

SEGMENTAÇÃO POR LINHAS DE NEGOCIO

31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Corporate Finance	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Actividade Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	0	39.400	0	216.947	64.831	0	0	0	0	(107.787)	213.391
Juros e encargos similares	0	38.692	0	158.238	53.739	0	0	0	0	(107.787)	142.882
Rendimentos de instrumentos de capital	0	4.109	0	0	0	0	0	0	0	0	4.109
Margem Financeira	0	4.817	0	58.709	11.092	0	0	0	0	0	74.618
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	1.423	(528)	972	5.015	2.581	4.198	465	21	0	0	14.147
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	(25.048)	0	0	0	0	0	0	0	0	(25.048)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	14.871	0	0	0	0	0	0	0	0	14.871
Resultados de reavaliação cambial	0	6.010	0	0	0	0	0	0	0	0	6.010
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	9.331	1.669	0	0	3.585	0	0	14.585
Outros resultados de exploração (líquidas)	0	0	0	12.874	1.173	438	0	240	0	0	14.725
Produto Bancário	1.423	122	972	85.929	16.515	4.636	465	3.846	0	0	113.908
Custos de estrutura	737	5.290	1.376	74.075	8.413	3.580	376	675	0	0	94.522
Pessoal	382	2.451	692	43.290	4.579	460	140	386	0	0	52.380
Gastos	310	2.553	605	23.669	3.230	3.098	220	269	0	0	33.954
Amortizações	45	286	79	7.116	604	22	16	20	0	0	8.188
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	0	4.526	0	8.174	7.192	0	0	0	0	0	19.892
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados antes de impostos	686	-9.694	-404	3.680	910	1.056	89	3.171	0	0	-506
Imposto diferidos											-1.640
Imposto corrente											256
Resultado líquido do exercício											878
Crédito a clientes (Liq.)	0	0	0	1.247.370	1.076.670	0	0	0	0	0	2.324.040
Crédito Bruto	0	0	0	1.271.129	1.083.568	0	0	0	0	0	2.354.697
Provisões	0	0	0	23.759	6.898	0	0	0	0	0	30.657
Débitos para com clientes	0	191.298	0	1.772.788	254.942	0	0	0	0	0	2.219.028
Activo	96	484.145	280	1.334.072	1.080.074	41	27	51.867	46.138	0	2.996.740
Passivo	0	779.653	0	1.784.732	264.991	0	0	29.430	0	0	2.858.806
Investimento tangível no (no periodo)	8	59	31	10.433	924	4	3	5	0	0	11.467
Investimento intangível (no periodo)	6	89	43	911	74	3	2	2	0	0	1.130

**Compliance com as recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS)
relativas à transparência de informação e à valorização de activos**

I. Modelo de Negócio	Relatório e Contas
1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Relatório de Gestão - Ponto 2. Actividade.
2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Relatório de Gestão - Ponto 2. Actividade; Nota 41 às Demonstrações Financeiras.
3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);	Relatório de Gestão - Ponto 2. Actividade; Nota 39 às Demonstrações Financeiras; Anexo IV - Segmentação por linhas de negócio.
4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Relatório de Gestão - Ponto 2. Actividade; Notas 2 e 39 às Demonstrações Financeiras.
5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Relatório de Gestão - Ponto 2. Actividade; Nota 39 às Demonstrações Financeiras.
II. Riscos e Gestão dos Riscos	Relatório e Contas
6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	Relatório de Gestão - Ponto 2.6 Gestão do Risco; Notas 29 e 30 às Demonstrações Financeiras.
7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Relatório de Gestão - Ponto 2.6 Gestão do Risco; Notas 29 e 30 às Demonstrações Financeiras.
III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	Relatório e Contas
8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	Relatório de Gestão - Ponto 2.9 Análise Económica e Financeira (inclui Ponto 2.9.3 sobre os Impactos do Período de Turbulência Financeira).
9. Decomposição dos "write-downs" por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	Relatório de Gestão - Ponto 2.9 Análise Económica e Financeira (inclui Ponto 2.9.3 sobre os Impactos do Período de Turbulência Financeira).
10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	Relatório de Gestão - Ponto 2.9 Análise Económica e Financeira (inclui Ponto 2.9.3 sobre os Impactos do Período de Turbulência Financeira).
11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	Relatório de Gestão - Ponto 2.9 Análise Económica e Financeira (inclui Ponto 2.9.3 sobre os Impactos do Período de Turbulência Financeira).
12. Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	Relatório de Gestão - Ponto 2.9 Análise Económica e Financeira (inclui Ponto 2.9.3 sobre os Impactos do Período de Turbulência Financeira); Notas 5, 6, 21, 29 e 30 às Demonstrações Financeiras.
13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	Não aplicável.
14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Relatório de Gestão - Ponto 2.6 Gestão do Risco.
15. Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Relatório de Gestão - Ponto 2.9 Análise Económica e Financeira; Notas 17 e 44 às Demonstrações Financeiras.

**Compliance com as recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS)
relativas à transparência de informação e à valorização de activos**

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência	Relatório e Contas
16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Notas 5 e 6 às Demonstrações Financeiras; Relatório de Gestão - Ponto 2.9.3 Impactos do Período de Turbulência Financeira.
17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes;	Não aplicável.
18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages); - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Relatório de Gestão - Ponto 2.6 Gestão do Risco; Relatório de Gestão - Ponto 2.9.3 Impactos do Período de Turbulência Financeira.
19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	Relatório de Gestão - Ponto 2.9.3 Impactos do Período de Turbulência Financeira.
20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	Não aplicável.
21. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados;	Não aplicável.
V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização	Relatório e Contas
22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Nota 2 às Demonstrações Financeiras.
23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	Notas 2 e 41 às Demonstrações Financeiras.
24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Nota 2, 5, 6 e 44 às Demonstrações Financeiras; Relatório de Gestão - Ponto 2.6 Gestão do Risco.
25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave); - Stress scenarios.	Nota 2 e 44 às Demonstrações Financeiras; Ponto 16 do presente anexo; Relatório de Gestão - Ponto 2.6 Gestão do Risco.
VI. Outros aspectos relevantes na divulgação	Relatório e Contas
26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Nota 2 às Demonstrações Financeiras.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, do Finibanco, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 2.996.740 milhares de euros e um total de capital próprio de 137.934 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 878 milhares de euros), as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o

mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Finibanco, S.A. em 31 de Dezembro de 2008 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 16 de Março de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Excelentíssimos Senhores Accionistas do

Finibanco, SA

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Finibanco, S.A. vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de dois mil e oito, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos àquele ano, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração e ainda sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal reuniu assiduamente, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Com efeito, periodicamente foram disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.

No seu desempenho, o Conselho Fiscal procedeu também às verificações que por lei lhe estão conferidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.

De igual modo, este órgão acompanhou a actividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que avalia muito positivamente, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das suas funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal elaborou, ainda, o parecer previsto no Aviso nº 5 de 2008 do Banco de Portugal, acerca do Sistema de Controlo Interno, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos Serviços do Banco.

O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e sem ênfases, tendo também apreciado a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados.

Finibanco S.A.

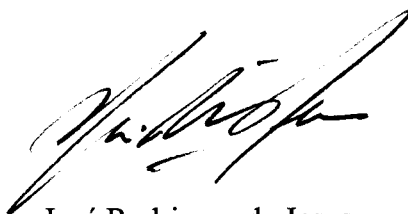
Sede Social: Rua Júlio Dinis, 157 Apartado 4573 4050-323 Porto Telef. 226 084 500 Fax 226 084 501
Sede Central: Avenida de Berna, 10 Apartado 14018 1064-804 Lisboa Telef. 217 902 800 Fax 217 902 801
Capital Social EUR 120.000.000 Cons. Reg. Com. do Porto e Pes. Colect. N.º 505 087 286

Finibanco

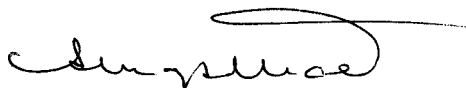
Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados.

Porto, 17 de Março de 2009

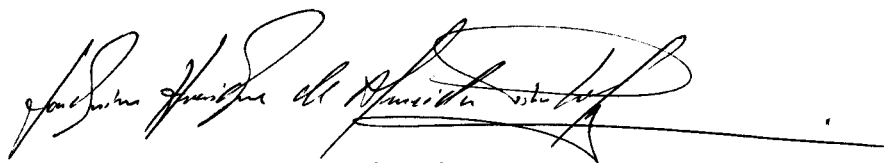
O Conselho Fiscal



José Rodrigues de Jesus
Presidente



António Monteiro de Magalhães



Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

Finibanco S.A.

Sede Social: Rua Júlio Dinis, 157 Apartado 4573 4050-323 Porto Telef. 226 084 500 Fax 226 084 501
Sede Central: Avenida de Berna, 10 Apartado 14018 1064-804 Lisboa Telef. 217 902 800 Fax 217 902 801
Capital Social EUR 120.000.000 Cons. Reg. Com. do Porto e Pes. Colect. N.º 505 087 286

ANEXOS

Anexos

Informação sobre as Participações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informam-se as posições detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais e operações efectuadas no ano de 2008:

Accionista/Membro de Órgãos Sociais:

Álvaro Pinho da Costa Leite

Posição em 31-12-2007

Acções Finibanco-Holding	3.708
Obrigações "FNB Índices 06/08"	200
Obrigações "FNB Dezembro 07/17"	200

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	3.708
Obrigações "FNB Dezembro 07/17"	200

Movimentos durante o ano de 2008

Amortização de 200 Obrigações "FNB Índices 06/08", em 03/03/2008, a 50 euros cada.

(Cônjuge) Maria Augusta Resende da Costa Leite

Posição em 31-12-2007

Acções Finibanco-Holding	403
--------------------------	-----

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	403
--------------------------	-----

Armando Esteves

Posição em 31-12-2007

Acções Finibanco-Holding	395.000
--------------------------	---------

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	245.000
--------------------------	---------

Movimentos durante o ano de 2008

Venda de 9.963 acções Finibanco-Holding, em 10/04/2008, a 3,9922 euros cada.
Venda de 15.037 acções Finibanco-Holding, em 15/04/2008, a 4,0011 euros cada.
Venda de 5.000 acções Finibanco-Holding, em 23/04/2008, a 4,0500 euros cada.
Venda de 77 acções Finibanco-Holding, em 30/04/2008, a 4,0300 euros cada.
Venda de 4.923 acções Finibanco-Holding, em 02/05/2008, a 4,0200 euros cada.
Venda de 5.000 acções Finibanco-Holding, em 05/05/2008, a 4,0486 euros cada.
Venda de 1.611 acções Finibanco-Holding, em 07/05/2008, a 4,0900 euros cada.
Venda de 3.389 acções Finibanco-Holding, em 08/05/2008, a 4,0900 euros cada.
Venda de 15.000 acções Finibanco-Holding, em 22/08/2008, a 2,9833 euros cada.
Venda de 650 acções Finibanco-Holding, em 05/09/2008, a 2,9600 euros cada.
Venda de 4.350 acções Finibanco-Holding, em 08/09/2008, a 2,9600 euros cada.
Venda de 10.000 acções Finibanco-Holding, em 09/09/2008, a 2,9900 euros cada.
Venda de 5.000 acções Finibanco-Holding, em 11/09/2008, a 2,9800 euros cada.
Venda de 5.000 acções Finibanco-Holding, em 12/09/2008, a 2,9900 euros cada.
Venda de 5.000 acções Finibanco-Holding, em 15/09/2008, a 2,9800 euros cada.
Venda de 5.000 acções Finibanco-Holding, em 16/09/2008, a 3,0569 euros cada.
Venda de 10.000 acções Finibanco-Holding, em 17/09/2008, a 3,0800 euros cada.
Venda de 10.000 acções Finibanco-Holding, em 19/09/2008, a 3,1200 euros cada.
Venda de 10.000 acções Finibanco-Holding, em 22/09/2008, a 3,2350 euros cada.

Venda de 5.000 acções Finibanco-Holding, em 25/09/2008, a 3,4800 euros cada.
 Venda de 3.974 acções Finibanco-Holding, em 29/09/2008, a 3,4800 euros cada.
 Venda de 6.026 acções Finibanco-Holding, em 03/10/2008, a 3,5100 euros cada.
 Venda de 45 acções Finibanco-Holding, em 08/10/2008, a 3,4500 euros cada.
 Venda de 1.955 acções Finibanco-Holding, em 13/10/2008, a 3,3400 euros cada.
 Venda de 3.000 acções Finibanco-Holding, em 14/10/2008, a 3,5900 euros cada.
 Venda de 5.000 acções Finibanco-Holding, em 20/10/2008, a 3,5720 euros cada.

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Posição em 31-12-2007

Acções Finibanco-Holding	2.877
--------------------------	-------

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	2.877
--------------------------	-------

Jorge Manuel Matos Tavares Almeida

Posição em 31-12-2007

Acções Finibanco-Holding	11.517
--------------------------	--------

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	11.517
--------------------------	--------

António Luís Alves Ribeiro de Oliveira

Posição em 31-12-2007

Acções Finibanco-Holding	3.541.217
--------------------------	-----------

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	3.541.217
--------------------------	-----------

Arlindo da Costa Leite

Posição em 31-12-2007

Acções Finibanco-Holding	1.234
Obrigações "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	1.600
Obrigações "FNB Dezembro 07/17"	1.600
Obrigações "FNB Índices Estratégicos 07/15 – 2.ª Série"	500
Obrigações "FNB Grandes Empresas 07/15 – 2.ª Série"	500
Obrigações "FNB Índices 06/08"	1.000

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	1.234
Obrigações "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	1.600
Obrigações "FNB Dezembro 07/17"	1.600
Obrigações "FNB Índices Estratégicos 07/15 – 2.ª Série"	500
Obrigações "FNB Grandes Empresas 07/15 – 2.ª Série"	500

Movimentos durante o ano de 2008

Amortização de 1.000 Obrigações "FNB Índices 06/08", em 03/03/2008, a 50 euros cada.

Carlos Manuel Marques Martins

Posição em 31-12-2007

Acções Finibanco-Holding	11.000
--------------------------	--------

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	11.000
--------------------------	--------

Fernando da Rocha e Costa**Posição em 31-12-2007**

Acções Finibanco-Holding	1.150.000
Obrigações "FNB Varfix"	5.000.000

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	1.150.000
--------------------------	-----------

Movimentos durante o ano de 2008

Amortização de 5.000.000 Obrigações "FNB Varfix", em 08/12/2008, a 0,01 euros cada.

Joaquim Mendes Cardoso**Posição em 31-12-2007**

Acções Finibanco-Holding	3.240
--------------------------	-------

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	3.240
--------------------------	-------

Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes**Posição em 31-12-2007**

Acções Finibanco-Holding	220
--------------------------	-----

Posição em 31-12-2008

Acções Finibanco-Holding	220
--------------------------	-----

Lista de Titulares de Participações Qualificadas

Nos termos do Regulamento n.º 05/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, passamos a referir os Accionistas que, em 31.12.2008, detinham mais de 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A.:

ACCIONISTA	N.º Acções	% DE DIREITOS DE VOTO
VIC (S.G.P.S.), S.A.	77.137.752	67,076
Banif-SGPS, S.A. (*)	11.119.874	9,669
Vicaima Madeiras (S.G.P.S.), SA (**)	8.483.160	7,377
António Luís Alves Ribeiro de Oliveira	3.541.217	3,079

(*) Conforme comunicação do accionista, após consideração das acções detidas indirectamente, a Banif-SGPS, S.A. detinha 9,695% dos direitos de votos, como segue:

ACCIONISTA	N.º Acções	% DE DIREITOS DE VOTO
Directamente	11.119.874	9,669
Indirectamente		
Através do BANIF ACÇÕES PORTUGAL	24.086	0,021
Através do BANIF PPA	5.075	0,004

A Banif-SGPS, S.A. é dominada pela Rentipar Financeira SGPS, S.A. que, por sua vez, é detida maioritariamente pelo Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, pelo que os referidos direitos de voto são igualmente imputáveis a esta entidade.

(**) Após consideração das acções detidas indirectamente, através das suas participadas, a Vicaima Madeiras (S.G.P.S.), SA detinha, em 31 de Dezembro de 2008, 7,359% dos direitos de votos, como segue:

ACCIONISTA	N.º Acções	% DE DIREITOS DE VOTO
Directamente	8.440.059	7,339
Indirectamente (através de participada)	22.524	0,020

O Sr. Álvaro Pinho da Costa Leite e esposa, detentores da sociedade APCL Financeira-S.G.P.S., SA, cuja participação, directa e indirecta, na VIC (S.G.P.S.), S.A. é de 71,53%, detinham, directa e indirectamente, uma participação qualificada no Finibanco-Holding, SGPS S.A. de 67,080%, como segue:

ACCIONISTA	N.º Acções	% DE DIREITOS DE VOTO
Directamente	4.111	0,004
Indirectamente		
Através da VIC (S.G.P.S.), S.A., a qual é detida maioritariamente pela APCL Financeira-S.G.P.S., SA	77.137.752	67,076

Acções Próprias Detidas em 31.12.2008

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Finibanco-Holding, SGPS S.A., em 31.12.2008, não detinha ou fez qualquer movimento sobre acções próprias.

Nenhuma das sociedades dependentes, nos termos definidos no artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, detinha ou fez qualquer movimento sobre acções do Finibanco-Holding, SGPS S.A.

TRANSCRIÇÃO DE DELIBERAÇÃO UNÂNIME POR ESCRITO

Nos termos do artigo 63.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, transcreve-se integralmente no presente livro de actas as Deliberações Unânicas por Escrito, de trinta e um de Março de dois mil e nove, cujo original se anexa, rubricado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelo Secretário da Sociedade.

- Transcrição: “Aos trinta e um dias do mês de Março, do ano de dois mil e nove, a FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., detentora da totalidade do capital social e representada pelo seu Presidente, Álvaro Pinho da Costa Leite, tomou, na qualidade de accionista único da sociedade comercial FINIBANCO, SA, pessoa colectiva número quinhentos e cinco milhões, oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e seis, com sede na Rua Júlio Dinis, número cento e cinquenta e sete, Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com igual número e com o capital social de cento e vinte milhões de euros, integralmente realizado, as seguintes deliberações unânicas por escrito, ao abrigo do disposto no artigo cinquenta e quatro, número um, do Código das Sociedades Comerciais:

UM: Aprovar o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de dois mil e oito e a fiscalização da sociedade, conforme documentos anexos.

DOIS: Aprovar a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e oito apresentada pelo conselho de administração, cujo teor é o seguinte:

“No exercício de dois mil e oito o Finibanco, SA obteve um lucro de oitocentos e setenta e sete mil, setecentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos, para os quais se propõe a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal (dez por cento): oitenta e sete mil, setecentos e setenta e um euros e sessenta cêntimos;

Para Reservas Livres: setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro euros e trinta e oito cêntimos;

Total: oitocentos e setenta e sete mil, setecentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos.”

TRÊS: Aprovar um voto de confiança em todos os membros do conselho de administração e do conselho fiscal, relativo ao desempenho dos respectivos cargos no exercício de dois mil e oito.

QUATRO: Aprovar a seguinte proposta de deliberação apresentada pelo conselho de administração, relativa à aquisição de obrigações próprias:

“Tendo em vista melhorar as condições de liquidez das obrigações emitidas ou a emitir pelo Finibanco, conforme previsto nos artigos trezentos e dezasseis a trezentos e vinte e três e no número um do artigo trezentos e cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, fica autorizada a aquisição de obrigações próprias, nas seguintes condições:

- a) Quantidade de títulos a adquirir: até ao limite dos títulos emitidos;
- b) Prazo de aquisição: dezoito meses, a contar da data da deliberação;
- c) Forma de realização das operações: todas as aquisições de obrigações próprias serão efectuadas através de operações realizadas em Bolsa, quando tais valores estiverem admitidos à negociação em Bolsa, e em Mercado de Balcão, nos restantes casos;
- d) Preço de aquisição: ao melhor, não podendo ser superior ao valor nominal, acrescido de vinte por cento.”

CINCO: Aprovar a seguinte proposta de deliberação apresentada pelo conselho de administração, relativa à alienação de obrigações próprias:

“Tendo em vista melhorar as condições de liquidez das obrigações emitidas ou a emitir pelo Finibanco, S.A., conforme previsto nos artigos trezentos e dezasseis a trezentos e vinte e três e no número um do artigo trezentos e cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, fica autorizada a alienação de obrigações próprias, nas seguintes condições:

- a) Quantidade de títulos a alienar: o número mínimo de títulos a alienar por operação será de cem obrigações;
- b) Prazo de alienação: dezoito meses, a contar da data da deliberação;
- c) Forma de realização das operações: todas as alienações de obrigações próprias serão efectuadas através de operações realizadas em Bolsa, quando tais valores estiverem admitidos à negociação em Bolsa, e em Mercado de Balcão, nos restantes casos;
- d) Preço de alienação: as obrigações não poderão ser alienadas, em geral, por preço inferior ao seu valor nominal, podendo, excepcionalmente, o preço ser menor desde que não seja inferior ao de aquisição.”

SEIS: Considerando que o anterior Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo, por carta de doze de Novembro de dois mil e oito, delibera-se eleger para o desempenho do mesmo cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia e para o período que resta do mandato em causa, de dois mil e oito a dois mil e dez, Pedro Canastra de Azevedo Maia, cujo “curriculum vitae” será anexado a esta acta e arquivado na pasta da Assembleia Geral.

SETE: Delibera-se ratificar a cooptação do Vogal Joaquim Mendes Cardoso, efectuada pelo Conselho de Administração do Finibanco, SA na sua sessão de vinte e quatro de Abril de dois mil e oito.

Do teor desta deliberação unânime por escrito será dado conhecimento ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Joaquim de Matos Pinto Monteiro, e ao Secretário do FINIBANCO, SA, António Alfredo Martins Manso Gigante, perante quem FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., fará a necessária prova da qualidade de accionista único do FINIBANCO, SA.

Porto, trinta e um de Março de dois mil e nove, Álvaro Pinho da Costa Leite, administrador com poderes de representação do FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., conforme carta de representação em anexo, accionista único, detentor da totalidade do capital social da sociedade comercial FINIBANCO, SA.”

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Geral
FINIBANCO, SA
Rua de Júlio Dinis, 157
4050-320 PORTO

Porto, 27 de Março de 2009

Exmo. Senhor,

Servimo-nos da presente para informar V. Exa. de que o Finibanco-Holding, SGPS S.A. delegou no seu Presidente do Conselho de Administração, Álvaro Pinho da Costa Leite, plenos poderes de representação para, em substituição da Assembleia Geral do Finibanco, SA, ao abrigo no artigo 54.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, subscrever um documento com as Deliberações Unâнимes por Escrito, relativas à aprovação do relatório e contas, à distribuição de resultados, à apreciação da administração e fiscalização da sociedade, à autorização do Conselho de Administração para aquisição e alienação de obrigações próprias, à eleição do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral e à cooptação do Administrador, Joaquim Mendes Cardoso.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos.

FINIBANCO - HOLDING, SGPS SA
O Conselho de Administração,